

RELATÓRIO & CONTAS INDIVIDUAIS '16





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



## Índice

1.	Órgãos Sociais .....	3
2.	Datas Relevantes .....	5
3.	Relatório do Conselho de Administração .....	7
	Enquadramento Macroeconómico .....	8
	Economia Internacional .....	8
	Economia Nacional .....	9
	Mercados .....	11
	Mercados Accionistas .....	11
	Mercados Cambiais .....	12
	Mercados Obrigacionistas .....	13
	Mercado de Commodities .....	14
	Síntese da actividade desenvolvida .....	15
	Indicadores Individuais .....	15
	Actividade Desenvolvida .....	17
	Clientes Empresas .....	17
	Clientes Particulares .....	17
	Clientes Institucionais .....	19
	Actividade de Carteira Própria .....	20
	Controlo de Riscos .....	23
	Risco de Mercado .....	23
	Risco de Crédito .....	24
	Risco de Liquidez .....	24
	Risco Operacional .....	25
	Resultados Apurados e Proposta de Aplicação .....	25
	Agradecimentos Devidos .....	25
4.	Demonstrações Financeiras .....	26
5.	Anexos às Demonstrações Financeiras .....	32
6.	Certificação Legal de Contas .....	107
7.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....	115

# 1. Órgãos Sociais ✦





# 1. Órgãos Sociais

## Assembleia Geral

### Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

### Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

## Conselho de Administração

### Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

### Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

### Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Luís Miguel da Rocha Barradas Ferreira

## Conselho Fiscal

### Presidente

Artur Carmo Barreto

### Vogais

Rosendo Manuel da Silva José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

### Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

## Revisor Oficial de Contas

Deloitte e Associados, SROC, S.A.

## 2. Datas Relevantes ✦





## 2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco com um capital social de 20 milhões de euros.
Abril – 97	Início de actividade em Lisboa e no Porto.
Dezembro – 97	Os activos do Banco atingem os 27 milhões de euros.
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco.
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco.
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLPL).
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa.
Dezembro – 98	Os activos consolidados do Banco atingem os 48 milhões de euros.
Janeiro – 99	Aumento de capital para 25 milhões de euros.
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal).
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria.
Dezembro – 99	Aumento de capital para 35 milhões de euros.
Agosto – 00	Os activos consolidados do Banco atingem os 100 milhões de euros.
Outubro – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLPL).
Dezembro – 00	Aumento de capital para 42,5 milhões de euros.
	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Acções Europa.
	Os activos consolidados do Banco atingem os 150 milhões de euros.
Outubro – 01	Aumento de capital para 47,5 milhões de euros.
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E.
	Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros.
Dezembro – 01	Os activos consolidados do Banco atingem os 200 milhões de euros.
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de acções nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001.
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto.
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros.
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet.
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco:
	· Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal.
	· Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um banco português.
	· Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas.
	Os activos consolidados do Banco atingem os 300 milhões de euros.
Janeiro – 04	O Banco obtém o estatuto de Trading Member Firm do Euronext Lisboa.
Março – 04	A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco através de uma operação de fusão por incorporação.
Dezembro – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o fundo mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003.
	Titularização de 42 milhões de euros de contratos da carteira de crédito do Banco.
	Os activos consolidados do Banco atingem os 350 milhões de euros.
Junho – 05	Os activos consolidados do Banco atingem os 400 milhões de euros.
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest.
	Lançamento do site do Banco Invest.
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”.
	Os activos consolidados do Banco atingem os 451 milhões de euros.
Março – 06	A Alrimo passa a denominar-se Invest Gestão de Activos.
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de <i>default</i> e perda esperada para a actividade de concessão de crédito.
Dezembro – 06	Os activos consolidados do Banco atingem os 545 milhões de euros.
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o fundo mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006.
Dezembro – 07	Os activos consolidados do Banco atingem os 627 milhões de euros.
Março – 08	Lançamento de um programa de titularização de contratos da carteira de crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de euros.
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais.
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria.
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado.
Janeiro – 10	Primeiro lugar na <i>league table</i> internacional “Structured Retail Products” de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal.
Março – 10	Obtenção de <i>membership</i> do Euronext para os mercados de Amsterdão, Paris e Bruxelas.
Dezembro – 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atinge 13,3%.
Fevereiro – 11	Lançamento de um Cartão Multibanco.
Abril – 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa na Rua Barata Salgueiro.
Maio – 11	Lançamento de website transaccional ( <a href="http://www.bancoinvest.pt">www.bancoinvest.pt</a> ).
Junho – 11	Lançamento de uma plataforma profissional de trading online – Invest Trader.
Outubro – 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado.
Novembro – 11	Atribuição pela Revista Exame do prémio de “Banco mais Rentável” em Portugal na categoria Pequeno e Médio Banco.
Fevereiro – 12	Inauguração do Centro de Investimento no Porto na Rua Júlio Dinis.
Outubro – 12	Prémio da revista Euromoney de “Best Distributor for Performance of the Structured Products”, na categoria Best Sales and Performance, distinguindo os produtos estruturados emitidos pelo Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente Final.
	Abertura da décima primeira agência de Crédito Especializado.
	Lançamento da aplicação <i>mobile</i> do Banco Invest, ampliando a forma de acesso dos Clientes ao Banco Invest.
Janeiro – 13	O Fundo Alves Ribeiro PPR, gerido pela Invest – Gestão de Activos, é o fundo de alocação de activos nacional (fundo misto) com a maior rentabilidade em 2012 (48,9%).
Fevereiro – 13	Dos três fundos mobiliários com rentabilidade mais elevada nos últimos doze meses em Portugal, dois são geridos pela Invest – Gestão de Activos: o mais rentável é o Ffundo AR – PPR e o terceiro mais rentável é o AR – Médias Empresas.
Dezembro – 13	A oferta de fundos de investimento estrangeiros atinge os 500 fundos, geridos pelas mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.
	O rácio de solvabilidade do Banco Invest ultrapassa 20%.
Janeiro – 14	A Invest – Gestão de Activos é considerada a sociedade gestora nacional com maior rentabilidade média, em 2013: 26,3%. Os Fundos AR – Médias Empresas Portugal e AR – PPR valorizam 32,8% e 19,8% em 2013, respectivamente.
Fevereiro – 14	O Fundo AR – PPR regista a terceira maior rentabilidade anualizada, desde o início de 2004, de entre todos os fundos de investimento nacionais.
Novembro – 14	De entre todos os fundos de investimento nacionais, o Fundo AR – PPR apresenta a terceira maior rentabilidade anualizada nos últimos três anos.
	O Banco Invest é eleito pela segunda vez o “Banco Mais Rentável”, na categoria Médio ou Pequeno Banco. O prémio é atribuído pela Revista Exame num estudo exclusivo realizado pela Informa D&B e pela Deloitte.
Fevereiro – 15	O Banco Invest ganha o prémio de “Best Distributor for Performance” atribuído pela Structured Retail Products, do grupo Euromoney. Este prémio baseia-se na análise dos produtos estruturados emitidos na Europa, distinguindo os produtos do Banco Invest como os mais rentáveis para o Cliente final, na região do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália). Esta é a segunda vez que os produtos estruturados do Banco Invest são destacados pela Structured Retail Products, após a obtenção do mesmo prémio em 2012.
Setembro – 15	O Banco Invest é eleito “Fastest Growing Private Banking Portugal” em Portugal no ano de 2015 pela conceituada Global Banking & Finance, revista líder mundial na área financeira online.
Outubro – 15	Inauguração do novo Centro de Investimento de Braga.
Novembro – 15	A International Banker, umas das principais fontes de análise financeira da banca internacional, atribui ao Banco Invest o prémio “Best Investment Bank Portugal 2015”.
Maio – 16	Lançamento da nova plataforma de trading de CFDs “Invest BTrader”.
Setembro – 16	Lançamento da marca “Bi Credit”, especializada na concessão de crédito automóvel.
Novembro – 16	O Banco Invest é eleito “Investment Bank of the year Portugal 2016”. pela International Banker, umas das principais fontes de análise financeira da banca internacional.
Dezembro – 16	O Banco Invest é eleito “Most Innovative Private Bank Portugal 2016” pela conceituada revista Global Banking & Finance.
	Em 2016, o fundo “Alves Ribeiro PPR”, comercializado pelo Banco Invest e gerido pela Invest – Gestão de Activos volta a ser o mais rentável para os Clientes (12,3%), entre os fundos comercializados em Portugal na sua categoria, de acordo com os dados disponibilizados pela MorningStar e pela APFIPP.

### 3. Relatório do Conselho de Administração ✧







### 3. Relatório do Conselho de Administração

#### Enquadramento Macroeconómico

##### Economia Internacional

De acordo com as últimas estimativas oficiais, a economia mundial terá crescido 3,1% em 2016, menos 0,1 pontos percentuais (p.p.) que em 2015. Para esta desaceleração terá contribuído o desempenho da economia norte-americana, que terá atingido um crescimento de apenas 1,6% em 2016, bem abaixo dos 2,7% inicialmente estimados. A economia chinesa, cuja evolução concentrava grande parte das preocupações dos analistas no final de 2015, deverá atingir um crescimento de 6,7% em 2016, ligeiramente acima das estimativas iniciais.

Apesar do actual contexto de elevada incerteza política resultante da eleição da nova administração norte-americana, das negociações para o Brexit e das eleições em França e na Alemanha, a generalidade das previsões oficiais apontam para uma futura aceleração da economia mundial, que se estima poderá crescer 3,4% em 2017.

##### Estados-Unidos

A economia norte-americana cresceu 0,875%, em cadeia, no terceiro trimestre de 2016, em clara aceleração face aos trimestres anteriores (0,2% e 0,35% no primeiro e no segundo trimestres do ano, respectivamente). Este valor foi o mais elevado dos últimos dois anos e foi impulsionado pelo consumo privado, pelo investimento em infra-estruturas e pelas exportações. Face ao período homólogo, o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano subiu 1,7% no terceiro trimestre, mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior.

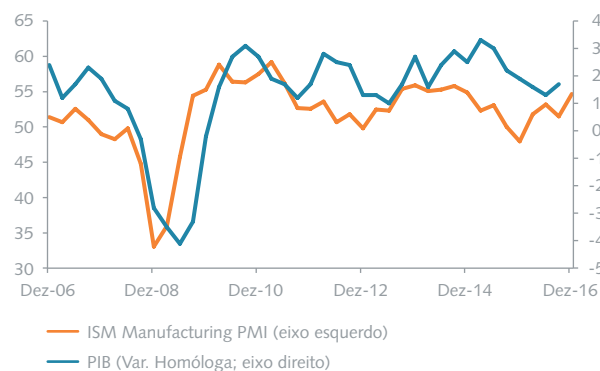
O bom momento da economia reflectiu-se na diminuição da taxa de desemprego, que baixou de 4,9% em Outubro para 4,6% em Novembro, o valor mais baixo desde Agosto de 2007, com o número de desempregados a diminuir em 387 mil para 7,4 milhões. Por sua vez, a participação no mercado de trabalho baixou 0,1 p.p. para 62,7%.

A evolução da confiança dos consumidores tem sido igualmente positiva: o *Consumer Sentiment Index* da Universidade de Michigan encerrou o ano em 98,2 pontos, atingindo o valor mais alto desde Janeiro de 2004 e, muito provavelmente, espelhando o impacto esperado das políticas expansionistas anunciadas pelo novo presidente Donald Trump.

Em linha com a aceleração da actividade, a taxa de inflação manteve a trajectória ascendente dos últimos meses, situando-se em 1,7% no final de Novembro, bem acima do valor mínimo do ano registado em Julho (0,8%). Excluindo os custos com alimentação e energia, a taxa de inflação (*core*) situou-se em 2,2% no final de 2016, acima da taxa de referência (2%) monitorizada pela Reserva Federal (FED).

A média das estimativas oficiais aponta para um crescimento económico de 1,6% e 2,3%, em 2016 e 2017, respectivamente.

##### EUA: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg

##### Zona Euro

O crescimento do PIB da Zona Euro, em cadeia, atingiu 0,3% no terceiro trimestre de 2016, tal como no trimestre anterior. O consumo privado e o consumo público foram as componentes que mais contribuíram para o crescimento deste agregado. Em termos homólogos, o PIB cresceu 1,7% até Setembro de 2016.

Em linha com a melhoria da taxa de desemprego (9,6% em Dezembro de 2016 vs 10,5% em Dezembro de 2015), os índices de confiança dos consumidores e empresários têm vindo a recuperar desde o final do primeiro trimestre de 2016, tendo atingido o valor 104,9 no final de Setembro, perto dos valores máximos dos últimos anos obtidos em Março de 2011 (108,3) e em Dezembro de 2015 (106,6).

Por sua vez, as vendas a retalho aumentaram, em cadeia, 1,1% em Outubro, fixando o crescimento homólogo em 2,4%, tendo sido impulsionadas pela venda de produtos não-alimentares.

##### Zona Euro: Actividade Económica



Fonte: Bloomberg



A taxa de inflação começa a dar sinais de subida: depois de ter atingido -0,2% em Abril de 2016, terminou o ano em 1,1%, o valor mais elevado desde Setembro de 2013 devido ao acréscimo dos preços de energia. Excluindo os custos da alimentação e energia, a taxa de inflação (*core*) situou-se em 0,9%, abaixo da média de longo prazo (1,4% entre 1997 e 2016).

De acordo com as estimativas oficiais, a economia da Zona Euro terá crescido 1,7% em 2016, e deverá crescer 1,6% em 2017.

## Países Emergentes

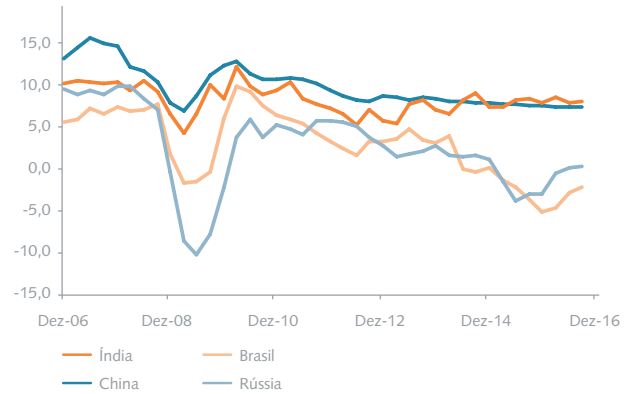
Na China, o PIB cresceu, em cadeia, 1,8% no terceiro trimestre de 2016 (1,7% no segundo trimestre). Face ao período homólogo, o crescimento do PIB situou-se em 6,7% no terceiro trimestre de 2016, sem alteração face aos dois trimestres anteriores. Ao contrário do que fora receado no início de 2016, a economia chinesa estabilizou, com o crescimento a ser suportado pelo aumento do investimento, do consumo público e das vendas no retalho, compensando o abrandamento da produção industrial. Entretanto, em Dezembro o índice *Manufacturing PMI* atingiu 51,9 pontos, o valor mais alto do ano, perspectivando uma melhoria da actividade industrial para os meses seguintes. A taxa de desemprego mantém-se estável em torno de 4% e a taxa de inflação situou-se em 2,1% em Novembro, o nível mais alto desde Abril.

Na Índia, a economia cresceu, em cadeia, 1,8% no terceiro trimestre e 7,3% face ao período homólogo. O consumo privado subiu acima do esperado, enquanto o consumo público e o investimento desaceleraram. A taxa de inflação manteve a tendência de queda, terminando em 3,6% em Novembro (6,1% em Julho) de 2016. Ao contrário do verificado na China, o índice *Manufacturing PMI* terminou o ano abaixo dos 50 pontos (49,6 pontos em Dezembro) pela primeira vez desde Dezembro de 2015.

No Brasil, a economia continua a recuperar da recessão em que se encontra. No terceiro trimestre, o PIB contraiu 2,9% em termos homólogos (-5,4% no primeiro trimestre e -3,6% no segundo trimestre). A taxa de desemprego manteve-se estável, ligeiramente abaixo de 12%, e a taxa de inflação caiu para 7% em Novembro (10,7% no início de 2016). Apesar da melhoria ao nível da actividade, o índice *Manufacturing PMI* terminou o ano em 45,2 pontos, em ligeira queda face ao valor de Novembro (46,2).

A Rússia permanece em recessão mas longe dos valores verificados no final de 2015. A economia contraiu 0,4% no terceiro trimestre de 2016 face ao período homólogo, sendo esta a menor queda dos últimos sete trimestres. A taxa de desemprego permaneceu estável em 5% e a taxa de inflação manteve a trajectória descendente dos últimos meses, terminando o ano em 5,4% (o menor valor desde Junho de 2012).

## BRIC: Crescimento do PIB (Var. Homóloga)



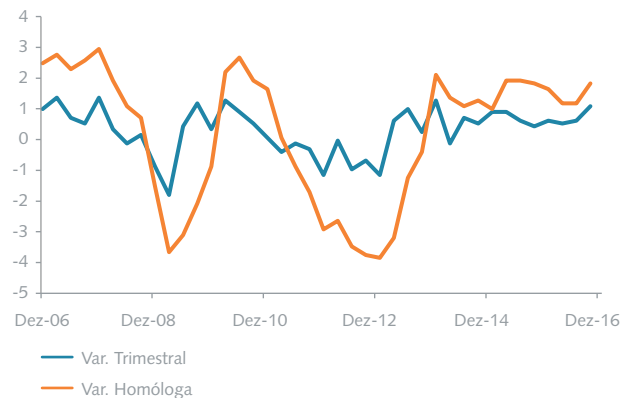
Fonte: Bloomberg

## Economia Nacional

A economia nacional cresceu, em cadeia, 0,8% no terceiro trimestre de 2016, (0,1% no primeiro trimestre e 0,3% no segundo trimestre). Em termos homólogos, o PIB registou uma subida de 1,6% até Setembro de 2016, mais 0,7 p.p. que nos dois trimestres anteriores.

Até Setembro de 2016, o crescimento foi impulsionado pela procura externa (as exportações subiram 5,4% e as importações apenas 1,6%) e pelo consumo das famílias (1,9%). Menos positiva continuou a evolução do investimento, que contraiu 1,5%. Por sua vez, reflectindo o bom momento do sector externo, o saldo da balança corrente aumentou significativamente até Outubro para os 815 milhões de euros, cerca de 0,4% do PIB.

## Evolução do PIB Nacional



Fonte: Bloomberg

De acordo com o Banco de Portugal (BdP), a economia portuguesa terá encerrado 2016 com um crescimento de 1,2%, que deverá acelerar ligeiramente em 2017 para 1,4%. O consumo privado, importante motor da economia, deverá subir 2,1% e 1,3% em 2016 e 2017, respectivamente. Por sua vez, é expectável que o investimento recupere em 2017 para 4,4% (-1,7% em 2016). Finalmente, as exportações deverão crescer 3,7% e 4,8% em 2016 e 2017, respectivamente.

Ainda de acordo com o BdP, o PIB nacional só deverá atingir em 2019 um valor idêntico ao registado em 2008.



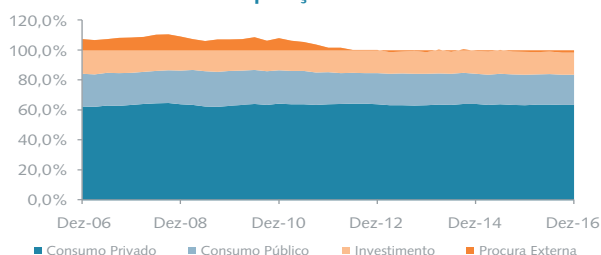
## Projeções do Banco de Portugal: 2016-2018

	Pesos 2015	2016	2017	2018
Produto Interno Bruto	100,0%	1,2%	1,4%	1,5%
Consumo Privado	65,6%	2,1%	1,3%	1,4%
Consumo Público	18,2%	1,0%	0,0%	0,4%
FBCF	15,3%	-1,7%	4,4%	4,3%
Procura Interna	99,3%	1,2%	1,5%	1,7%
Exportações	40,6%	3,7%	4,8%	4,6%
Importações	39,8%	3,5%	4,8%	4,9%
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,1%	0,9%	0,9%
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2%	1,9%	1,8%
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,8%	1,4%	1,5%

Fonte: Banco de Portugal, Relatório de Inverno 2015

A taxa de desemprego em Portugal manteve uma trajectória decrescente ao longo de 2016, em linha com os restantes países-membros da zona Euro, tendo terminado em 10,5% no terceiro trimestre de 2016 (11,9% no período homólogo), o valor mais baixo desde o último trimestre de 2009. No terceiro trimestre de 2016, o número de desempregados diminuiu 1,8% e o emprego aumentou 1,3% face ao trimestre anterior.

### Composição do PIB



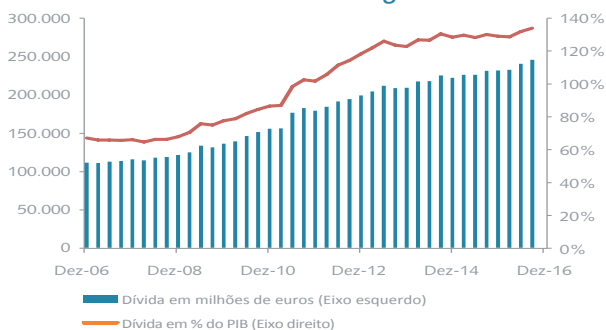
Fonte: INE

Segundo a Direcção-Geral do Orçamento (DGO), a execução orçamental das Administrações Públicas registou até Novembro de 2016 um défice de 4.336 milhões de euros, valor inferior em 394 milhões de euros ao registado em igual período de 2015. Esta evolução resultou de um crescimento da receita (1,9%) superior ao da despesa (1,3%), tendo o saldo primário sido excedentário em 3.646 milhões de euros, mais 713 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita beneficiou da evolução positiva da generalidade das suas componentes, com excepção dos impostos directos. A evolução da despesa reflecte sobretudo o acréscimo das despesas com pessoal, com prestações sociais e com juros da dívida do Estado. Por outro lado, verificou-se um decréscimo da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital.

A dívida pública tem vindo a aumentar, quer em valor nominal, quer em percentagem do PIB. Em Dezembro de 2015 a dívida pública totalizava 226,4 mil milhões de euros e 126,1% do PIB. Em Setembro de 2016 a dívida pública ascendia a 240,0 mil milhões de euros e 130,8% do PIB.

### Dívida Pública Portuguesa



Fonte: INE, IGCP

### Indicadores Económicos

	2016	2017	2018
<b>Variação PIB</b>			
Economia Mundial	3,1%	3,4%	3,6%
EUA	1,6%	2,3%	2,5%
Japão	0,9%	0,8%	0,5%
Zona Euro	1,7%	1,6%	1,6%
Portugal	1,2%	1,4%	1,5%
<b>Taxa de desemprego</b>			
EUA	4,9%	4,7%	4,5%
Japão	3,1%	3,0%	2,9%
Zona Euro	10,0%	9,5%	9,1%
Portugal	11,0%	10,1%	10,1%
<b>Investimento</b>			
EUA	0,6%	2,3%	5,3%
Japão	0,6%	1,6%	0,1%
Zona Euro	3,0%	2,5%	3,0%
Portugal	-1,7%	4,4%	4,3%
<b>Inflação (CPI Var. Homóloga)</b>			
EUA	1,2%	1,9%	2,2%
Japão	-0,3%	0,3%	1,0%
Zona Euro	0,2%	1,2%	1,4%
Portugal	0,8%	1,4%	1,5%
<b>Consumo Privado</b>			
EUA	2,6%	2,7%	2,8%
Japão	0,4%	0,5%	0,5%
Zona Euro	1,5%	1,4%	1,5%
Portugal	2,1%	1,3%	1,4%
<b>Consumo Público</b>			
EUA	0,9%	1,3%	3,2%
Japão	1,5%	0,0%	0,1%
Zona Euro	1,8%	1,3%	1,2%
Portugal	1,0%	0,0%	0,4%

Fonte: FMI (Jan-16), OCDE (Nov-15), Banco de Portugal (Dez-15)

## Mercados

A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos impulsionou as acções norte-americanas para novos máximos históricos. Os investidores estão confiantes que o novo presidente irá impulsionar o investimento e cortar nos impostos e na regulação. O índice S&P 500 encerrou o ano de 2016 com uma valorização de 9,5%, em USD, liderando os ganhos entre os principais mercados desenvolvidos. Por sua vez, os mercados emergentes, ao contrário do que fora antecipado por muitos analistas no início de 2016, registaram no decorrer do ano uma subida assinalável, na ordem dos 10%, acompanhando a recuperação das matérias-primas e a estabilização da economia chinesa.

No universo das obrigações, as dívidas privadas *High Yield* e Emergente destacaram-se com ganhos superiores a 10% ao longo de 2016.

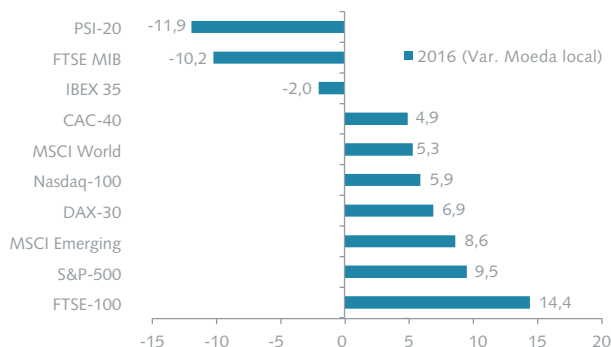
## Mercados Accionistas

O quarto trimestre de 2016 foi positivo para os mercados accionistas, em especial após a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas em 8 de Novembro. Desde esta data, o índice de referência S&P 500 subiu 3,3%, tendo registado um novo máximo histórico nos 2.277,53 pontos a 12 de Dezembro. Outro índice em destaque foi o índice Dow Jones que valorizou 7,9% desde as eleições, tendo atingido o máximo histórico de 19.988 pontos. No acumulado de 2016, os índices Nasdaq 100, S&P 500 e Dow Jones apreciaram 5,9%, 9,5% e 13,4%, respectivamente, em USD. As políticas expansionistas anunciadas pelo novo presidente, nomeadamente no plano fiscal e do investimento público, conduziram a um optimismo generalizado por parte dos investidores. Consequentemente, o índice de volatilidade VIX desvalorizou 23% desde as eleições (-25% no ano).

Na Zona Euro, apesar da volatilidade provocada pelo Brexit durante o Verão, cujos efeitos ainda são incertos, o índice FTSE 100 acabou por valorizar 14,4% no decorrer de 2016. O quarto trimestre ficou marcado pelo referendo constitucional italiano e respectiva vitória do “Não”. Este resultado levou à demissão do primeiro-ministro Italiano Matteo Renzi e a receios quanto às estabilidades governativa e bancária em Itália. No entanto, ao contrário do esperado, os mercados accionistas europeus continuaram o seu *rally* de final de ano. Após o referendo, o índice italiano FTSE MIB valorizou 12,5%, o índice Dax 30 valorizou 9,2% e o índice Euro Stoxx 50 valorizou 9,1%. Ao longo de 2016, os índices Dax 30 e Euro Stoxx 50 valorizaram 6,9% e 0,7%, respectivamente. Por outro lado, os índices periféricos FTSE MIB e IBEX 35 desvalorizaram 10,2% e 2% respectivamente, em igual período.

Relativamente aos índices globais, o *MSCI World* e o *MSCI Emerging Markets* fecharam a valorizar 5,3% e 8,6%, em USD, respectivamente. A recuperação das commodities, nomeadamente do petróleo, acabou por contribuir de forma positiva e decisiva para a valorização do índice *MSCI Emerging Markets*.

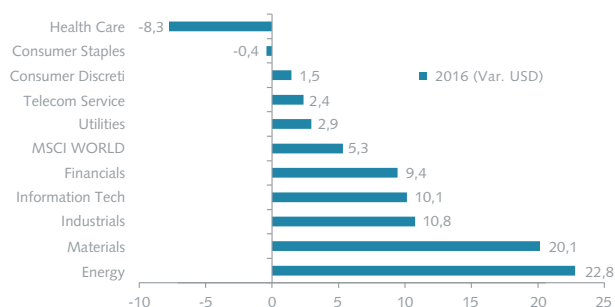
## Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

A maioria dos sectores teve um desempenho positivo em 2016. O sector dos Materiais (20,1%) e o sector da Energia (22,8%) acabaram por obter os melhores desempenhos em função da recuperação do preço do barril de petróleo e das restantes matérias-primas. Por outro lado, os sectores da Saúde (-8,3%), do Consumo Básico (-0,4%) e do Consumo Discrecional (1,5%) obtiveram o pior desempenho em 2016, após terem obtido os melhores comportamentos em 2015, facto que mostra a rotação sectorial que ocorreu no último ano.

## Evolução dos Índices Sectoriais Mundiais



Fonte: Bloomberg

Em Portugal, tal como nos restantes mercados periféricos, 2016 foi um ano negativo para os mercados accionistas. O índice PSI-20 acabou por desvalorizar 11,9%.

O ano ficou marcado pelas movimentações no sector da banca: o Caixabank reviu em alta o preço da Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre o BPI, de 1,113 euros para 1,134 euros; o acordo entre accionistas do BPI permitiu a desconsolidação dos activos angolanos e a desblindagem dos estatutos do BPI, pondo fim à limitação dos direitos de voto; em Novembro de 2016 foi anunciada a entrada dos Chineses da Fosun no capital do BCP com uma participação de 16,7% e em Dezembro o banco Sabadell anunciou a venda da participação de 4,08% que detinha no BCP.

Tal como em 2015, em 2016, assistiu-se a uma elevada dispersão de rentabilidades. Pela positiva destacaram-se as acções da Sonae Capital (47%), da Corticeira Amorim (43%), da Galp (32%) e da Jerónimo Martins (23%). Pela negativa destacaram-se as acções do BCP (-71%), da Caixa Económica Montepio (-36%), dos CTT (-27%) e da Pharol SGPS (-24%).





## Evolução do Índice PSI-20

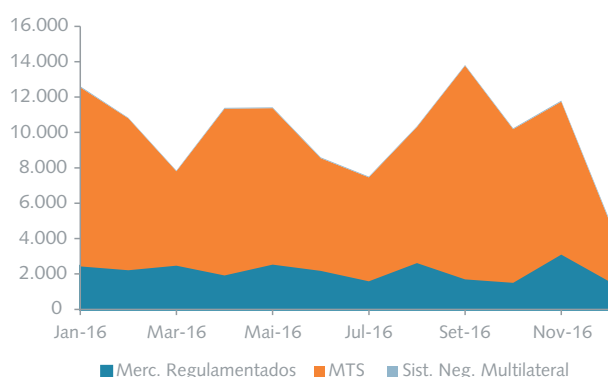


Fonte: Bloomberg

Ao longo de 2016, o valor das transações no mercado secundário a contado (Mercados Regulamentados e Sistema de Negociação Multilateral) totalizou 26,4 mil milhões de euros (-10,4% face a 2015). Os mercados regulamentados continuaram a ser responsáveis pela quase totalidade do montante transaccionado (25,7 mil milhões de euros).

No MTS Portugal, o volume transaccionado de títulos de dívida totalizou 95,7 mil milhões de euros em 2016, representando uma diminuição de 50% face aos 193,3 mil milhões de euros transaccionados em 2015.

## Evolução do Volume de Transações no Mercado Secundário



Unidade: Milhões de euros. Fonte: CMVM

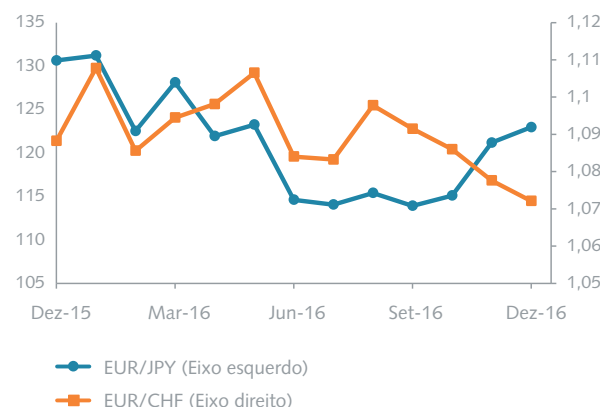
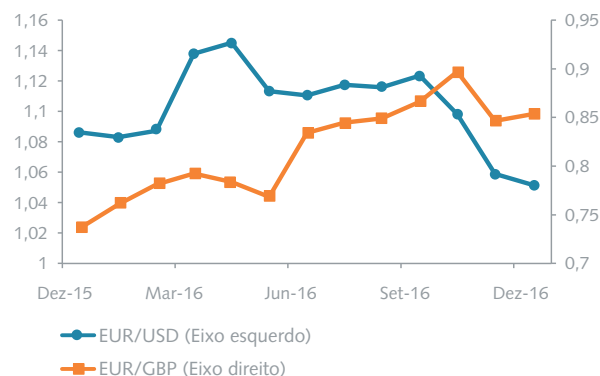
## Mercados Cambiais

Ao longo do ano de 2016, o câmbio EUR/USD depreciou 3,2%, tendo terminado o ano em 1,0520 (-6,4% face ao terceiro trimestre). Esta evolução representou o terceiro ano consecutivo em que o Euro depreciou face ao Dólar e foi influenciada pela divergência de políticas monetárias dos Bancos Centrais Europeu e Norte-Americano.

O câmbio EUR/GBP apreciou 15,8% para 0,8535, tendo a Libra Esterlina sido negativamente impactada pelo desfecho do referendo de Junho e pela consequente decisão do Banco de Inglaterra em aumentar os estímulos monetários à economia.

No decorrer de 2016, o câmbio EUR/JPY depreciou 5,9% para 122,97, representando o terceiro ano consecutivo de queda do Euro face ao Iene Japonês.

## Evolução das Taxas de Câmbio



Fonte: Bloomberg

## Taxas de Juro

Ao longo de 2016 as taxas de juro a 3 meses nos Estados Unidos foram subindo, tendo iniciado o ano em 0,61% e terminado em 1%. A taxa de juro a 6 meses encerrou o ano em 1,32%, uma subida de 0,47 p.p. face a 2015. Em 2016, as taxas de juro para swaps a 5 e 10 anos subiram 0,23 p.p. e 0,13 p.p. para 1,96% e 2,32%, respectivamente.

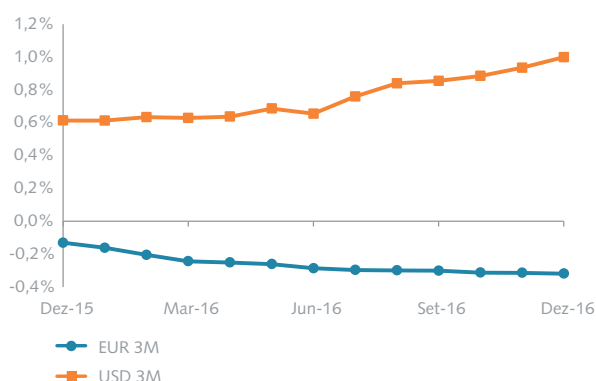
Na Zona Euro, o programa de compra de activos, iniciado no primeiro semestre de 2016 (*targeted longer-term refinancing operations: TLTRO II*), continua a operar. O Banco Central Europeu (BCE) decidiu não alterar a taxa de juro de refinanciamento (0%) nem a taxa de juro de depósitos (-0,4%). Estas medidas contribuíram, no decorrer de 2016, para as descidas das taxas de juro a 3 e 6 meses (-0,19 p.p. e -0,18 p.p.) para -0,32% e -0,22%, respectivamente. As taxas swap a 5 e 10 anos também sofreram um decréscimo, face a 2015, de 0,25 p.p. e 0,34 p.p. para 0,08% e 0,66%, respectivamente.

As eventuais políticas expansionistas, no plano fiscal e monetário, por parte da nova administração dos Estados Unidos podem levar a uma política de subida das taxas de juro mais agressiva por parte da FED, instituição que em Dezembro de 2016 aumentou a taxa de juro de referência em 0,25 p.p. para 0,50%.

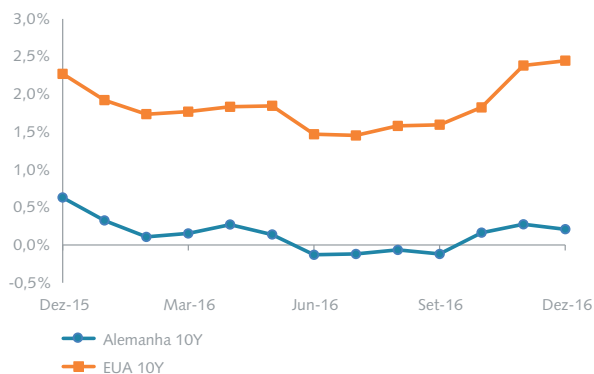




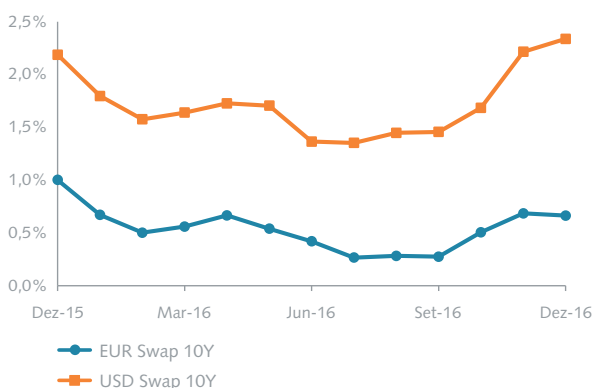
## Evolução das Taxas de Juro de CP e LP



## Yields a 10 anos: Alemanha e EUA



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

Embora tenha ocorrido uma subida generalizada das *yields* soberanas dos países periféricos na Europa desde o início de Julho de 2016, verifica-se que o prémio de risco de Portugal (diferença entre a *yield* portuguesa e a *yield* alemã) continuou a subir. No decorrer de 2016, o prémio de risco de Portugal face à Alemanha aumentou 1,7 p.p. para 3,56% no prazo de 10 anos. No prazo de 5 anos aumentou 1,3 p.p. para 2,40%. Face a Espanha, o prémio de risco de Portugal aumentou 1,6 p.p. para 2,38% no prazo de 10 anos, o valor mais elevado desde 2012.

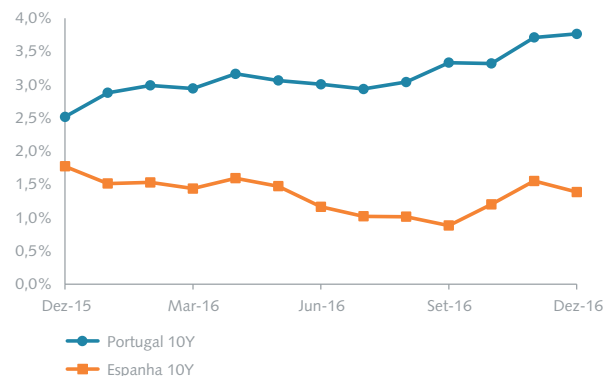
## Mercados Obrigacionistas

### Dívida Pública

Em 2016, a *yield* das obrigações a 10 anos dos Estados Unidos aumentou 0,17 p.p. para 2,44%. As perspectivas de aceleração da economia norte-americana sob a nova administração de Donald Trump influenciaram a subida da *yield* no último trimestre de 2016 de 1,59% em Setembro para 2,44% em Dezembro (0,85 p.p.).

Na Zona Euro, a *yield* dos *Bunds* a 10 anos acompanhou a subida da *yield* norte-americana, tendo subido, no último trimestre de 2016, 0,33 p.p. para 0,21%. Apesar da subida que ocorreu no último trimestre, ao longo de 2016, a *yield* das *Bunds* caiu 0,42 p.p.. As políticas acomodáticas do Banco Central Europeu deverão manter as *yields* alemãs em níveis historicamente baixos. Nos Estados Unidos, o aumento da taxa de inflação poderá suportar a tendência de subida da *yield* norte-americana a 10 anos.

## Yields a 10 anos: Portugal e Espanha



Fonte: Bloomberg

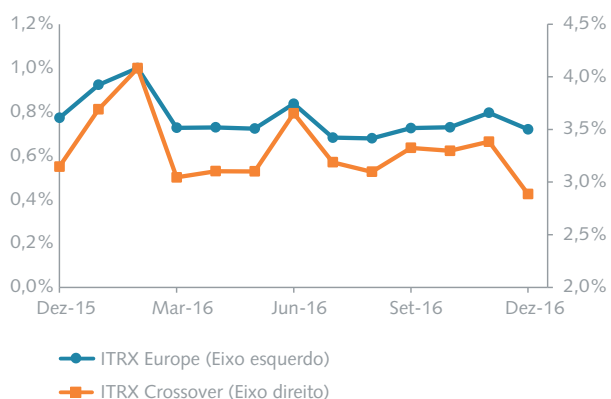
Em Portugal, a *yield* a 10 anos iniciou o ano de 2016 em 2,52% e terminou em 3,76%

### Dívida Privada

Na Europa, os *spreads* de crédito das obrigações *Investment Grade* (índice *ITRX Europe*) caíram 0,05 p.p. para 0,72%. Por sua vez, no segmento *High Yield* (índice *ITRX Crossover*), os *spreads* diminuíram 0,26 p.p. para 2,89%. Apesar de um início de ano turbulento, em linha com a volatilidade das acções no mesmo período, os *spreads* mantiveram-se ao longo do ano num intervalo relativamente apertado.



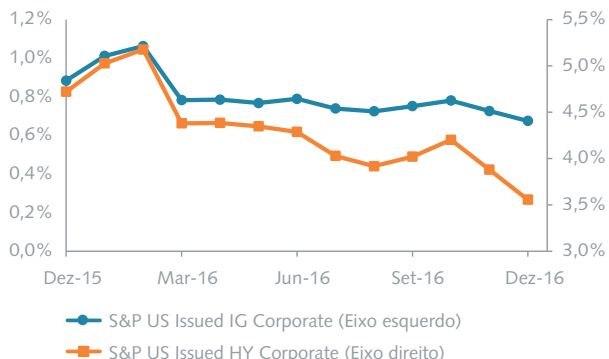
### Evolução dos *spreads* de crédito na Europa



Fonte: Bloomberg

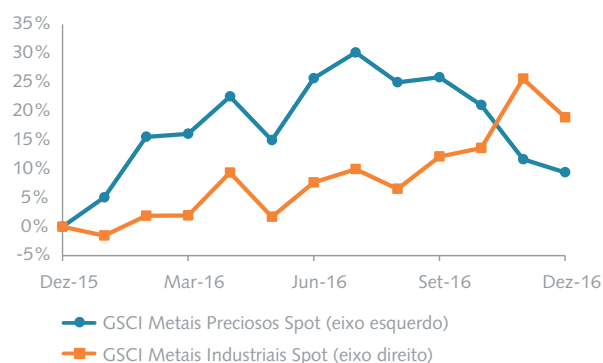
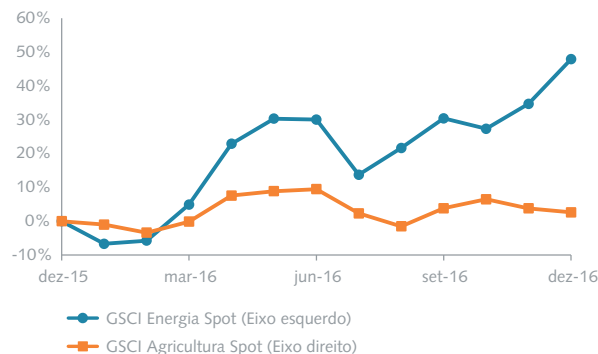
Nos Estados Unidos, os *spreads* no segmento de *Investment Grade* (S&P US Issued IG Corporate) diminuíram 0,21 p.p. para 0,67%. No segmento de *High Yield* (S&P US Issued HY Corporate), os *spreads* diminuíram em média 1,16 p.p. para 3,56%. Os *spreads* de crédito *High Yield* foram positivamente influenciados pela recuperação do preço do barril do petróleo e consequente diminuição da percepção de risco de *default* dos sectores petrolífero e financeiro.

### Evolução dos *spreads* de crédito nos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg

### Evolução das *Commodities*



Fonte: Bloomberg

### *Commodities*

Em 2016, as matérias-primas registaram, em média, um ganho de 27,8%, medido pelo índice S&P GSCI, em USD. Na origem desta subida esteve, sobretudo, a recuperação do preço do barril de petróleo (*Crude Oil WTI*), cuja cotação subiu 45,0%. A recuperação média das cotações dos metais industriais foi igualmente forte (19% no ano). Por sua vez, os metais preciosos e os produtos agrícolas registaram, em média, subidas na ordem dos 9,4% e 2,6%, respectivamente.

## Síntese da actividade desenvolvida



### Indicadores Individuais

Indicadores (Euros)	2013	2014	2015 (Reexpresso*)	2016
Margem Financeira	9.084.364	12.742.515	11.624.002	12.744.235
Resultados de Operações Financeiras	5.032.822	9.278.278	7.363.972	4.418.752
Comissões Líquidas	2.029.208	2.013.692	1.672.425	2.218.899
Outros Proveitos de Exploração Líq.	(676.575)	15.927.462	3.740.281	4.208.002
<b>Produto Bancário</b>	<b>15.469.819</b>	<b>39.961.947</b>	<b>24.400.680</b>	<b>23.589.888</b>
Custos com Pessoal	(4.882.233)	(5.067.881)	(5.396.517)	(6.701.106)
Outros Gastos Administrativos	(3.717.178)	(4.189.981)	(4.240.939)	(4.757.548)
<b>Custos de Estrutura</b>	<b>(8.599.411)</b>	<b>(9.257.862)</b>	<b>(9.637.456)</b>	<b>(11.458.654)</b>
Amortizações	(853.662)	(705.949)	(455.811)	(712.616)
Provisões e Imparidades Líquidas	(11.544.658)	(9.455.630)	(5.240.359)	996.437
<b>Resultados antes de Impostos</b>	<b>(5.527.912)</b>	<b>20.542.506</b>	<b>9.067.054</b>	<b>12.415.055</b>
Provisão para Impostos	572.518	(3.152.856)	211.503	(1.968.780)
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>(4.955.394)</b>	<b>17.389.650</b>	<b>9.278.557</b>	<b>10.446.275</b>
<b>Rendimento Integral</b>	<b>2.929.296</b>	<b>25.157.959</b>	<b>3.521.317</b>	<b>9.304.586</b>
Crédito Concedido Líquido	224.208.859	178.129.831	246.931.131	225.234.915
Recursos Captados	569.800.245	542.261.985	507.112.558	402.288.178
<b>Capitais Próprios</b>	<b>51.368.462</b>	<b>76.526.421</b>	<b>85.880.080</b>	<b>95.559.166</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>657.179.974</b>	<b>646.056.466</b>	<b>608.242.685</b>	<b>511.838.017</b>

\* A partir de 1 de Janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso n.º 5/2015, de 30 de Dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2005. As contas de 2015 foram reexpressas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro para permitir a comparabilidade entre as contas dos últimos dois anos (nota 44).





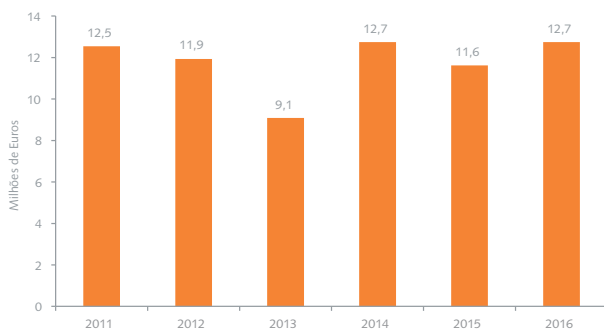
As taxas de juro extremamente baixas, o reduzido crescimento económico e a elevada incerteza política que se verificou em diversos países condicionaram fortemente a actividade da banca europeia em 2016. Esta conjuntura reflectiu-se numa elevada volatilidade das acções dos bancos europeus em bolsa, em particular após a decisão do Reino Unido sair da Comunidade Europeia. No entanto, os indicadores de risco da banca europeia – solvabilidade, liquidez e *non-performing loans* – continuaram a melhorar, apesar da assimetria verificada entre os diversos países, com os investidores a penalizarem os bancos italianos e portugueses. Em Junho de 2016, o rácio de solvabilidade médio dos bancos europeus atingia 13,6%, contra 12,5% em Dezembro de 2014.

Em Portugal, apesar dos progressos registados por alguns bancos, o peso dos NPLs e, consequentemente, a constituição de imparidades para risco de crédito continuaram a condicionar fortemente a rentabilidade e a solvabilidade das principais instituições. No final de 2016 e princípio de 2017, os dois maiores bancos portugueses concretizaram operações de aumento de capital, com um efeito positivo na perspectiva dos investidores internacionais em relação à banca portuguesa.

No exercício de 2016, num enquadramento económico difícil, o Banco Invest alcançou um Resultado Líquido de 10,4 milhões de euros, que reflecte um crescimento de 7,8% relativamente ao exercício de 2015. Para o incremento do resultado contribuiu essencialmente o bom desempenho da carteira bancária, destacando-se o aumento da margem financeira e das comissões líquidas, e a redução das imparidades. O Rendimento Integral cifrou-se em 10,4 milhões de euros, um crescimento de 6,8 milhões de euros face ao ano de 2015.

A Margem Financeira cresceu 9,6% para 12,7 milhões de euros, em resultado da optimização da gestão de activos e passivos: o Banco conseguiu aumentar a margem, não obstante se ter verificado uma redução da carteira bancária – crédito e títulos de crédito – e um aumento dos recursos de clientes. De facto, os recursos captados através de depósitos de clientes cresceram 2,8% em valor, mas o Banco conseguiu diminuir o custo destes depósitos em 35,5% face ao ano de 2015.

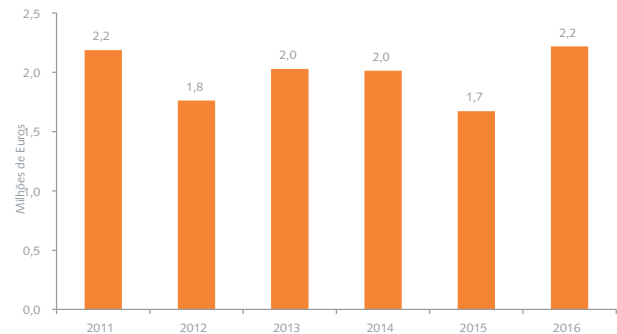
#### Evolução da Margem Financeira



Fonte: Banco Invest

As Comissões Líquidas registaram um crescimento significativo, de 32,7% para 2,2 milhões de euros, como consequência do aumento significativo da base de clientes do Banco e do número de operações realizadas. Para o crescimento da actividade contribuiu o incremento verificado no número de clientes dos Centros de Investimento do Banco, no segmento de poupança e investimento, em Lisboa, no Porto, em Leira e em Braga, e o lançamento da nova actividade de crédito automóvel, sob a marca Bi Credit.

#### Evolução das Comissões Líquidas



Fonte: Banco Invest

Os Resultados de Operações Financeiras totalizaram 4,4 milhões de euros, reflectindo essencialmente as valias realizadas na gestão da carteira de títulos de crédito, concretamente nas carteiras de negociação e de títulos disponíveis para venda. O Banco aproveitou a descida da taxa de juro de longo prazo, ocorrida até Setembro de 2016, para diminuir a sua exposição e realizar mais-valias na carteira de obrigações, mantendo uma reduzida exposição a dívida pública portuguesa.

O aumento dos Custos com Pessoal em 1,3 milhões de euros (24,2%) para 6,7 milhões de euros reflecte, no essencial, o lançamento da nova actividade de crédito automóvel, e a estruturação de um novo serviço de corretagem. Ao longo do ano, o número de colaboradores do Banco aumentou de 131 para 190 colaboradores.

O Banco encerrou o exercício com um Activo Líquido de 511,8 milhões de euros, que configura uma redução de 98,1 milhões de euros face ao ano de 2015, em resultado da já mencionada diminuição da carteira de obrigações e, consequentemente, da exposição ao risco de taxa de juro e risco de crédito.

Os Depósitos de Clientes aumentaram para 359,8 milhões de euros. Ao longo dos últimos cinco anos, os Recursos de Clientes têm vindo crescer de forma sistemática, com um aumento de 240 milhões de euros (+200%) neste período, reflectindo o crescimento da base de clientes particulares e a atractividade da oferta de produtos e serviços do Banco.

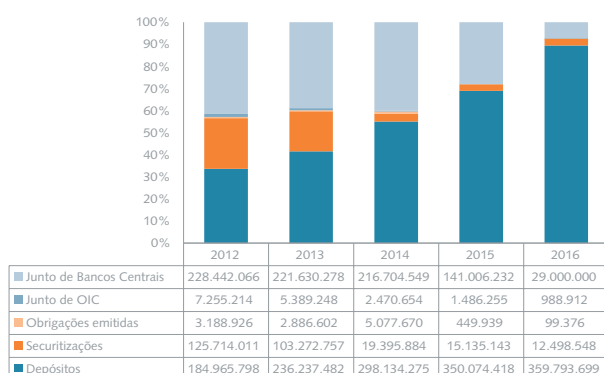
A já referida redução operada na carteira de títulos de crédito e o crescimento dos depósitos de clientes aumentaram



fortemente a liquidez do Banco, levando ao reembolso de 112 milhões de euros de financiamento obtido junto do Banco Central Europeu. O Banco apresenta indicadores de liquidez bastante acima dos mínimos regulamentares, com um *Liquidity Coverage Ratio* de 183% (limite mínimo de 80%) e um *Net Stable Funding Ratio* de 157% (limite mínimo de 100% a aplicar a partir de 2018).

No final do ano, o rácio de transformação (crédito bruto vencendo / depósitos) cifrava-se em 62,9%, valor que se mantém dentro das melhores práticas do sector e espelha o reduzido grau de alavancagem do Banco.

### Evolução da Estrutura de Recursos



Fonte: Banco Invest

O Banco Invest continua a estar entre as instituições mais sólidas do sector financeiro nacional. No término do exercício de 2016, o Banco apresentava um rácio de solvabilidade de 22,7%, e rácios *Common Equity Tier I* e *Tier I Capital Ratio* de 22,7%.

## Actividade Desenvolvida

### Clientes Empresas

O Banco Invest oferece diversos serviços de assessoria especializada e produtos bancários não padronizados aos Clientes Empresas. Com base na abordagem caso a caso das necessidades de cada Cliente, o Banco propõe soluções de valor acrescentado, que se distinguem da concorrência.

### Gestão de Risco

A oferta de soluções de Gestão de Risco consiste em produtos de cobertura de taxa de juro, de taxa câmbio e de preço de *commodities*. Ao longo do exercício de 2016, a elevada volatilidade que se verificou nos mercados financeiros, o consequente aumento do custo das coberturas de risco e a perspectiva da manutenção de taxas de juro em níveis muito baixos na Zona Euro, criaram condições para a manutenção de um nível de actividade relativamente reduzido nesta área.

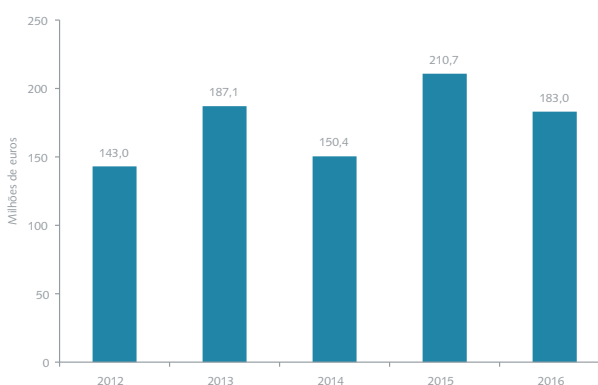
## Crédito a Empresas

A carteira de crédito a empresas é essencialmente constituída por crédito titulado, concedido a empresas de média e grande dimensão, e por crédito garantido por activos imobiliários, concedido a empresas de menor dimensão. A carteira de crédito a pequenas empresas apresenta uma elevada dispersão, sendo maioritariamente composta por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial. O Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por técnicos avaliadores credenciados e independentes. As restantes garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.

Em 2016, o Crédito Bruto a Empresas diminuiu 27,6 milhões de euros (-13,1%) para 183,0 milhões de euros, em virtude da redução de exposição a crédito titulado de curto prazo – Papel Comercial.

### Evolução do Crédito Bruto Vencendo Actividade Empresarial



Fonte: Banco Invest

Em 31 de Dezembro de 2016, 85% da carteira de Crédito Não Titulado tinha garantias reais associadas. O capital do Crédito Não Titulado corresponde a 45% do valor das garantias reais que lhe estão associadas.

Mais de 98% do montante de crédito automóvel concedido tem uma reserva de propriedade a favor do Banco.

### Clientes Particulares

O Banco Invest oferece aos seus Clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.



## Garantias sobre Crédito Bruto Vincendo

Crédito à actividade empresarial - 2016

	Capital	Tipo de garantia			
		Imobiliária	Outras	P. Financeiro	Total
Crédito não Titulado					
Com garantia					
Mútuo	40.989.773	57.842.593	1.539.576	27.920.056	87.302.226
Leasing Imobiliário	55.596.179	126.970.957	652.098	461.254	128.084.310
Leasing Mobiliário	565.060	-	-	49.025	49.025
Contas Correntes	360.000	-	-	453.689	453.689
Sem garantia	16.776.371	-	-	-	-
Sub-Total	114.287.382	184.813.551	2.191.674	28.884.024	215.889.249
Crédito Titulado (a)	85.224.449	-	-	-	-
Crédito Automóvel	981.514	-	-	-	-
Crédito Total (b)	200.493.345				

(a) Com reserva de propriedade

(b) Inclui ENI e profissionais liberais

### Private Banking

Os Clientes Particulares do segmento Private Banking têm à sua disposição um serviço de valor acrescentado que assenta, com o apoio de um gestor de conta, na definição e implementação das soluções mais adequadas para a preservação, valorização e controlo dos activos financeiros do Cliente, de acordo com as suas necessidades individuais.

No ano de 2016, as taxas de juro mantiveram-se em níveis extremamente baixos, conjuntura que veio colocar novos desafios ao processo de tomada de decisões de investimento por parte dos Clientes, como a necessidade de planeamento a um prazo mais longo, e a diversificação das aplicações financeiras, com a inclusão de novas classes de activos. Neste quadro, o Banco manteve o foco numa oferta de produtos diferenciada, capaz de proporcionar aos Clientes uma diversificação por gestor, área geográfica e classe de activos, propondo soluções de fundos de investimento, depósitos indexados e produtos estruturados. Nesta última classe de activos, o Banco mantém a flexibilidade para a estruturação de produtos tailor-made, ajustados às necessidades dos Clientes no que se refere ao prazo e aos objectivos de risco-retorno.

### Gestão de Activos

O Banco Invest oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão

Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando por produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros.

Em 2016, os produtos criados e geridos pelo Banco Invest voltaram a registar rendibilidades muito positivas, tanto em termos absolutos como relativos. De entre os produtos comercializados pelo Banco Invest em 2016, destacam-se os seguintes:

- O fundo Alves Ribeiro PPR apresentou uma valorização de 9,4% ao longo de 2016. Desde a criação do fundo em Novembro de 2001, a rendibilidade média anual do deste fundo é de 7,2%.
- No serviço de Gestão Discricionária, a rendibilidade anualizada (líquida de comissões) do perfil Moderado desde o início de actividade, em Novembro de 2012, situou-se em 4,7% com uma volatilidade de 5,5%.
- O produto financeiro complexo "PFC Global Dez-15" com 95% do capital garantido, remuneração indexada a acções de seis empresas multinacionais e maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Dezembro com uma rendibilidade de 11,55% (TANB).
- O produto financeiro complexo "PFC Invest Technology Set-15" com 97,5% do capital garantido, remuneração indexada a acções de cinco empresas tecnológicas internacionais e maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Setembro com uma rendibilidade de 6,02% (TANB).



- O produto financeiro complexo “PFC Invest Healthcare Agosto-15” com 97,5% do capital garantido, remuneração indexada a acções de cinco de empresas farmacêuticas multinacionais e maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Agosto com uma rentabilidade de 6,76% (TANB).
- O produto financeiro complexo “PFC Invest Water Julho-15” com 97,5% do capital garantido, remuneração indexada a acções de seis empresas multinacionais ligadas ao sector da distribuição e tratamento de água e maturidade de 12 meses, foi reembolsado em Agosto com uma rentabilidade de 6,07% (TANB).
- O depósito indexado “Depósito Indexado Invest Defesa Jan-16” com capital garantido, remuneração indexada a acções de cinco empresas multinacionais ligadas ao sector da segurança e defesa e maturidade de até 18 meses, foi reembolsado antecipadamente em Agosto com uma rentabilidade de 5,10% (TANB).

Durante o ano de 2016, o Banco emitiu 27 novos produtos estruturados para Clientes Particulares.

## Corretagem

O Banco Invest oferece dois serviços de corretagem: o *Prime Brokerage* e a corretagem *online*.

No segmento de *Prime Brokerage*, com vista a garantir a qualidade do serviço prestado, o Banco privilegia o relacionamento directo dos Clientes com *traders*, e oferece o acesso personalizado a análise fundamental e técnica. O serviço *Prime Brokerage* permite ao Cliente usufruir do acompanhamento na gestão de ordens, análise de tendências e níveis de entrada e saída de títulos.

O serviço de corretagem *online* assenta na oferta de duas plataformas de trading (*Invest Trader* e *Invest BTrader*) que permitem ao Cliente negociar diferentes produtos financeiros. De facto, em 2016, o Banco Invest passou a oferecer uma nova plataforma de negociação denominada “Invest BTrader”. Esta plataforma disponibiliza mais de 100 mercados mundiais e permite o acesso directo aos mercados de CFD, Opções, Futuros, Forex, Acções e ETF, através do *desktop*, do *tablet* e do telefone. Consequentemente, o peso da corretagem *online* face à corretagem total aumentou de 46% em 2015 para 67% em 2016. No último ano registou-se também um forte crescimento da corretagem nos mercados internacionais em detrimento do mercado nacional.

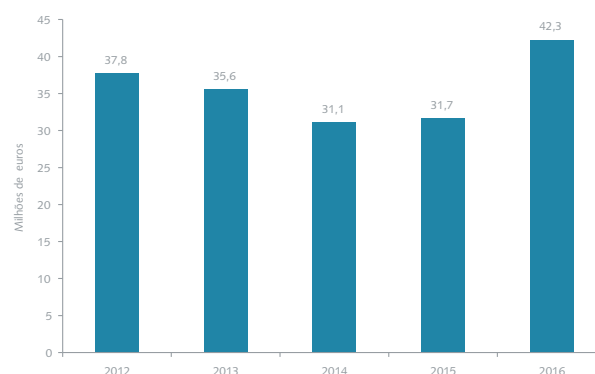
## Crédito

Em Setembro de 2016, através da marca Bi Credit, o Banco Invest deu início à actividade de concessão de crédito automóvel.

Por outro lado, o Banco continua a oferecer dois produtos dirigidos a Clientes Particulares: a Conta Margem e o crédito com garantia de metais preciosos. A Conta Margem permite aos Clientes alavancar os fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras de títulos, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais. A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Em 2016, o crédito a Clientes Particulares aumentou 10,6 milhões de euros (+33,4%) para 42,3 milhões de euros, essencialmente como consequência do início da actividade de concessão de crédito automóvel.

**Evolução do Crédito Bruto Vincendo Clientes Particulares**



Fonte: Banco Invest

## Clientes Institucionais

Neste segmento, o Banco Invest oferece serviços de corretagem, cobertura e gestão de riscos, produtos estruturados e custódia de fundos de investimento para operadores independentes de média dimensão.

Durante o ano de 2016, o Banco consolidou o seu posicionamento enquanto parceiro especializado junto de operadores institucionais nacionais de média e grande dimensão. O Banco diferencia-se pela qualidade do serviço, rápido tempo de resposta e elevado grau de especialização, contando com uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos e com uma Administração envolvida e próxima da condução corrente do negócio.



## Corretagem

O serviço de corretagem está estruturado para oferecer soluções personalizadas e responder a investidores muito activos e com um grau de exigência elevado. Este serviço tem vindo a ganhar quota de mercado junto de Clientes Institucionais. O Banco conjuga uma actividade proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus Clientes, tanto no *sell*, como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

## Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras. A oferta inclui produtos derivados cujos activos subjacentes incluem acções, índices de acções, taxas de juro, taxas de câmbio, ETFs e matérias-primas.

Em 2016, o Banco continuou a servir como contraparte de vários Clientes Institucionais, nomeadamente outros bancos, providenciando coberturas de risco para produtos por eles emitidos e colocados junto dos seus Clientes. Os principais produtos negociados continuaram a ser *Equity Swap Options* sobre cabazes de acções internacionais. Com menor expressão, o Banco continuou a emitir *Reverse Convertibles Notes* e a transaccionar Opções OTC sobre *Single Stocks*.

Ao longo do exercício, o Banco transaccionou 35 novos derivados para Clientes Institucionais, sob a forma de *swaps*, *options* e *notes*.

## Gestão de Risco

Com a crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros, o tema da gestão do risco torna-se cada vez mais importante, também para os Clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a este desafio com produtos personalizados e inovadores, em condições competitivas. O leque de produtos estende-se desde a fixação de preços aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional.

## Custódia

Se 2014 e 2015 já tinham sido anos particularmente difíceis para o mercado de capitais em Portugal, com claras consequências na indústria dos fundos de investimento, o ano de 2016 manteve a tendência dos anos anteriores, tendo ocorrido uma diminuição dos operadores e das receitas globais com serviços de custódia.

Neste contexto, não deixa de ser motivador que o Banco Invest tenha mantido uma posição de referência enquanto banco depositário para as sociedades gestoras de fundos (mobiliários, imobiliários e de capital de risco) independentes a actuar no mercado nacional, tendo aumentado o montante líquido dos fundos sob custódia.

O ano terminou com o Banco a solidificar a sua quota de mercado neste segmento, mantendo a custódia de perto de 45 fundos de investimento de diversos tipos.

## Actividade de Carteira Própria

### Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão de diversos riscos de mercado (acções, obrigações, fundos, câmbios e respectivos derivados) com o objectivo de aproveitar oportunidades que surjam nos mercados nacional e internacional.

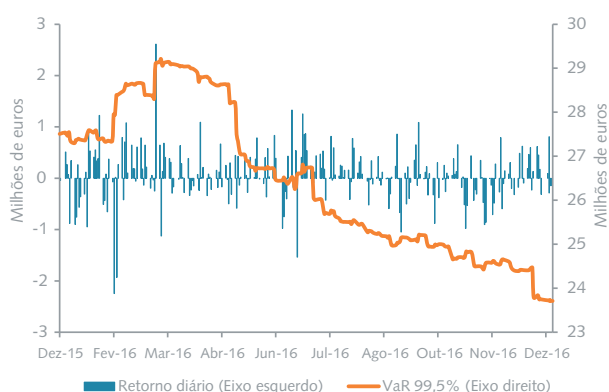
O Comité de Investimentos do Banco, constituído por vários elementos da Administração e pelo responsável da área de investimento, define regularmente orientações específicas quanto à exposição a risco de crédito, risco de mercado e risco de taxa de juro, cabendo depois à Sala de Mercados, de acordo com as orientações recebidas e dentro dos limites de risco definidos, a gestão da carteira do Banco no dia-a-dia. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

A definição de limites de risco globais e parcelares assenta em diferentes metodologias de quantificação de risco, consoante a sua natureza. Para o risco de crédito o Banco utiliza *ratings* internos e externos, para o risco de mercado a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR), assim como limites de concentração por activo, por sector e por país. Para medição do risco de taxa de juro, é utilizado o indicador de *basis point value*.

O VaR anual total da Sala de Mercados atingiu o máximo em Março, em resultado da elevada volatilidade dos mercados ocorrida com a queda do preço do petróleo. A partir daquela data, o VaR da Sala de Mercados registou uma tendência decrescente resultante da política de redução de risco que tem vindo a ser seguida pelo Banco, com o objectivo de alienar títulos cuja rentabilidade não justifica o respectivo risco de mercado. No final do ano, o VaR anual total da Sala de Mercados situou-se em 23,7 milhões de euros.



## Nível de Risco: VaR Anual da Carteira Total



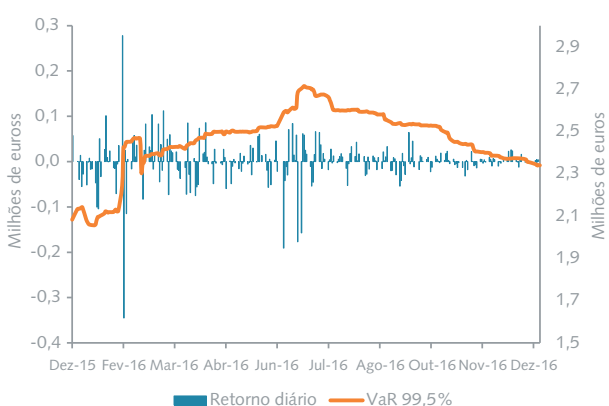
Fonte: Banco Invest

## Gestão de Risco Ações

As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor da Sala de Mercados intervir, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos. As aplicações efectuadas resultam de estratégias que podem incluir a análise técnica, o *Systematic Trading* (utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading*) e a identificação de padrões de comportamento recorrente e de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado. Estas aplicações são propostas pelo gestor da Sala de Mercados, após análise macroeconómica e análise sectorial e particular da empresa proposta, e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco. As análises efectuadas têm em conta modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

Em 2016, o VaR anual da carteira de acções do Banco oscilou sensivelmente entre 2,1 milhões de euros e 2,7 milhões de euros.

## Nível de Risco: VaR Anual da Carteira de Ações



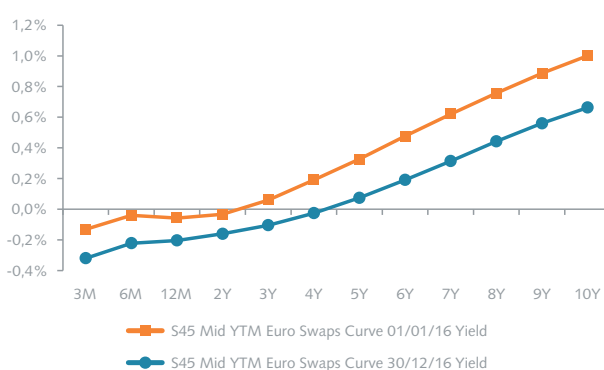
Fonte: Banco Invest

## Gestão de Risco Taxa de Juro

Em resultado do reforço e extensão temporal do programa de compra de activos por parte do BCE, ocorreu em 2016 uma descida generalizada das taxas de juro do euro, mais acentuada para os prazos iguais ou superiores a 5 anos.

O Banco geriu activamente a sua exposição ao risco de taxa de juro, aumentando a sua exposição até Maio de 2016 e reduzindo-a a partir de Setembro, em face da menor atractividade do mercado. No exercício, a venda de títulos de taxa fixa de médio e longo prazo cifrou-se em 88,4 milhões de euros.

## Evolução da curva de taxas de juro do Euro em 2016



Fonte: Bloomberg

## Evolução BPV Taxa de Juro



Fonte: Banco Invest





## Gestão de Risco Obrigações

A 31 de Dezembro de 2016, a carteira de obrigações apresentava um *rating* médio BBB- e 69% da carteira de obrigações apresentava um *rating* de *investment grade*:

Carteira de obrigações	Disponível para Venda	Maturidade	Negociação	Carteira Total
[AA+, AA-]	2%	0%	0%	1%
[A+, A-]	4%	6%	14%	6%
[BBB+, BBB-]	65%	59%	63%	62%
[BB+, BB-]	5%	23%	11%	13%
[B+, B-]	2%	13%	0%	6%
[CCC+, D]	3%	0%	0%	1%
Sem rating	19%	0%	11%	10%

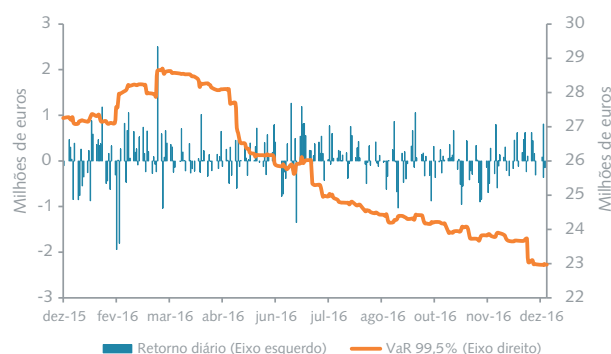
Em 2016, as principais agências de notação financeira mantiveram o *rating* de Portugal inalterado (Moody's: Ba1; S&P: BB+; Fitch: BB+; DBRS: BBB low) e com perspectiva estável. A *yield* da dívida da República Portuguesa a 10 anos atingiu o máximo de 4,11% em 11 de Fevereiro, reflectindo um aumento do prémio de risco face aos restantes países da zona euro. Ao longo de 2016, a *yield* aumentou 1,25 p.p., atingindo 3,76% em 30 de Dezembro.

### Yield da Dívida Pública Portuguesa a 10 anos



No exercício de 2016, o VaR anual da carteira de obrigações do Banco manteve-se em linha com o VaR dos activos geridos pela Sala de Mercados (acções e obrigações). O VaR da carteira de obrigações atingiu um máximo de 28,7 milhões de euros em Março, e encerrou o exercício em 23,0 milhões de euros.

## Nível de Risco: VaR Anual da Carteira de Obrigações



## Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares norte-americanos, libras esterlinas e francos suíços. A exposição do balanço do Banco à actividade em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

## Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco gere opções e outros derivados, actividade destinada a fazer a cobertura do risco de produtos estruturados comercializados junto dos Clientes.

Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente. Em 2016, o VaR médio mensal com 99,99% de intervalo de confiança do Livro de Derivados ascendeu a 671 mil Euros.

### VaR Anual da Carteira de Derivados



## Controlo de Riscos

O Conselho de Administração define e aprova políticas de gestão e controlo para todos os riscos assumidos pelo Banco: risco estratégico, de mercado, de crédito, de taxa de juro, de liquidez, de segurança de sistemas de informação, operacional e reputacional. Por outro lado, existem órgãos funcionais que se articulam de forma a controlar o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração: o Comité de Investimentos, a Direcção de Crédito, a Direcção de Contabilidade e Controlo e a Direcção de Auditoria Interna.

Desenvolvendo as suas tarefas de forma autónoma, de acordo com os requisitos previstos no aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, a função de Gestão de Riscos – cujo responsável reporta directamente ao Conselho de Administração – tem como principais atribuições a identificação, monitorização e mitigação dos riscos a que o Banco está exposto. O sistema de gestão de riscos implementado está dividido em quatro grandes áreas.

- **Cumprimento das normas relativas à gestão de riscos:** O departamento de Gestão de Riscos é responsável por assegurar que o Banco cumpre toda a regulamentação relativa à gestão de riscos emanada dos órgãos de supervisão. Adicionalmente, elabora um conjunto de documentos de análise que definem requisitos mínimos com vista a assegurar a solvabilidade do Banco, entre os quais se destacam o ICAAP, os Stess-Tests, e o Plano de Recuperação. Estes requisitos traduzem-se em procedimentos, indicadores e limites que são incluídos nos procedimentos de gestão de riscos e na definição da estratégia do Banco.
- **Definição de Objectivos Estratégicos:** No planeamento dos objectivos estratégicos do Banco, o Conselho de Administração, incorporando as recomendações do departamento de Gestão de Riscos, define os principais rácios e indicadores – de capital, de liquidez e de performance – com que pretende operar dentro dos requisitos legais, e estabelece os limites de tolerância ao risco para todos os riscos incorridos pelo Banco, nas diversas áreas de actividade. Adicionalmente, o departamento de Gestão de Riscos elabora uma análise de risco sempre que se considere a possibilidade de introdução de novos produtos ou novas linhas de negócio no Banco.
- **Monitorização de Risco:** O departamento de Gestão de Riscos procede à monitorização dos riscos a que o Banco está exposto, aferindo o cumprimento dos limites e promovendo o alcance dos objectivos estratégicos. Estão incluídos na monitorização de risco as políticas de gestão de riscos, a validação de modelos de risco, e o acompanhamento da aprovação/alteração de limites.

- **Avaliação do Sistema de Gestão de Riscos:** Periodicamente, o departamento de Gestão de Riscos procede à avaliação dos procedimentos de gestão de riscos, verificando o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco nas diferentes áreas de negócio, e a adequação destes modelos à valorização e mitigação dos riscos.



O sistema implementado pretende abranger todos os produtos, actividades, processos e sistemas do Banco de modo a permitir, por um lado, a identificação e hierarquização de todos os riscos materiais e a documentação dos processos de avaliação, acompanhamento e controlo que lhes estão associados, e por outro, a monitorização e avaliação contínua do risco de cada área funcional, através de matrizes de risco que asseguram de forma apropriada a prevenção de situações indesejadas para o Banco ou a adopção de medidas correctivas.

A gestão de riscos envolve também o controlo sistemático da dimensão e composição dos activos e passivos do Banco, que podem alterar-se em função das actividades dos Clientes, das actividades do Banco, e das condições de mercado. A dimensão e composição do Balanço reflectem em cada momento a tolerância global ao risco, a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e o nível de fundos próprios do Banco.

## Risco de Mercado

O controlo do Risco de Mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado de instrumentos financeiros, nas taxas de juro ou nas taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o Risco de Mercado, definindo limites de risco por carteira e considerando os impactos potenciais das desvalorizações de cada uma nos resultados e nos capitais próprios.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos em termos de risco de crédito (concentração por país, sector de actividade e *rating*), de mercado e de liquidez:

Para avaliação e quantificação do risco de mercado, o banco utiliza os seguintes indicadores

- **Value-at-Risk (VaR):** O VaR estima para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99,99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. Este indicador tem em conta a volatilidade e correlação dos activos financeiros e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada activo financeiro.





- **Basis Point Value (BPV):** Este indicador determina a perda potencial no valor dos activos do Banco originada pela variação de um ponto base (1 bps ou 0,01 p.p.) nas taxas de juro.

O Banco recorre à realização periódica de *stress tests* e *reverse stress tests*, que consistem na simulação de cenários adversos, com o intuito de medir potenciais impactos negativos no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade do Banco. Os *stress tests* são também parte integrante da avaliação anual do processo de auto avaliação do capital interno (ICAAP) e têm como objectivo aferir a adequação da auto avaliação ao desenvolvimento da actividade económica do Banco.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos, tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

Os limites de VaR mensais e os limites de concentração por mercado, activo, sector e notação de *rating* são propostos pelo Comité de Investimentos, aprovados pelo Conselho de Administração e diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. O Comité de Investimentos acompanha diariamente o *mark-to-market* de cada carteira e a evolução do VaR da mesma.

## Risco de Crédito

O controlo do Risco de Crédito consiste na avaliação da capacidade de cumprimento dos compromissos creditícios actuais e futuros de cada Cliente ou contraparte do Banco e na monitorização de alterações dessa mesma capacidade. O Risco de Crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação engloba pareceres autónomos da área de Análise de Risco e da área de Direcção de Crédito, sendo suportado em elementos de informação internos e externos considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente com base numa análise colectiva da carteira, na análise individual dos créditos de maior dimensão e na análise dos créditos que se encontram em situação de *default*. As imparidades dos créditos sujeitos à análise

colectiva são apuradas com base num modelo proprietário devidamente validado por auditores externos, o qual estima as probabilidades de *default* e o montante de perdas esperadas em função do comportamento histórico da carteira.

São elaborados periodicamente testes de esforço à carteira de crédito que visam analisar o impacto do movimento adverso de variáveis sensíveis (taxa de incumprimento, taxa de juro, preços do mercado imobiliário, etc) nas contas do Banco.

O Risco de Crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base nas metodologias *Credit VaR* e *Basis Point Value*. O *Credit VaR* determina a perda máxima esperada, com um nível de confiança de 99,5%, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate (loss given default)* históricas obtidas junto das principais agências de rating em títulos com notação de risco de crédito semelhante aos detidos em carteira. O *Basis Point Value* é utilizado para determinar o impacto no valor de mercado da variação em um ponto base do spread de crédito.

O risco de concentração de crédito é monitorizado através da realização de análises globais da carteira (de crédito titulado e não titulado). A exposição por sector de actividade e pelo valor de cada contraparte é mensurada periodicamente.

## Risco de Liquidez

O controlo do Risco de Liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da incapacidade do Banco financiar os seus activos e satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O Risco de Liquidez é avaliado com base num sistema de informação que permite monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa para um horizonte de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados testes de *stress* para determinar os níveis de liquidez que permitam enfrentar com segurança eventos inesperados.

Para além da captação de recursos de Clientes, o Banco dispõe de linhas de mercado monetário interbancário junto de diversas instituições financeiras, de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados.

## Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem como objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, evitando que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, nomeadamente:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco.
- Manuais de Procedimentos.
- Controlo de acessos físicos.
- Controlo de acessos aos sistemas de informação.
- Relatórios de excepção.
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem as responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação utilizados e os prazos a cumprir, com o intuito de mitigar a ocorrência de erros operacionais. Regularmente, o Banco desenvolve acções de auditoria interna com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos e reduzir a probabilidade de ocorrerem erros no registo e na contabilização das diversas operações.

A Direcção de Contabilidade e Controlo controla diariamente o cumprimento das responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos limites estabelecidos e dos níveis de autorização na aprovação de operações.

## Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco Invest, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados. As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que sobre elas emitiu o parecer à frente apresentado.

Os resultados líquidos individuais apurados cifraram-se em 10.446.275,41 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Reserva Legal .....	1.044.627,54 Euros
Reservas Livres .....	9.401.647,87 Euros

## Agradecimentos

O Conselho de Administração do Banco Invest entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo do Banco para enfrentar os desafios que se lhe deparam.
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco.
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções.
- Ao Conselho Fiscal e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco.
- Aos colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, ao cumprimento dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 24 de Março de 2017

O Conselho de Administração



## 4. Demonstrações Financeiras ✦



## Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e 1 de Janeiro de 2015

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015 (reexpresso)	1 de Janeiro de 2015 (reexpresso)	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015 (reexpresso)	1 de Janeiro de 2015 (reexpresso)
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	7.479.406	-	7.479.406	3.869.780	2.236.466	Recursos de Bancos Centrais	17	29.000.000	141.006.232	216.704.549
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	3.839.502	-	3.839.502	3.282.287	4.896.770	Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.478.904	306.462	478.953
Activos financeiros detidos para negociação	6	35.999.394	-	35.999.394	44.720.658	59.023.922	Recursos de outras instituições de crédito	19	988.912	1.486.255	2.470.654
Activos financeiros disponíveis para venda	7	112.532.898	(9.409.797)	103.123.101	163.856.513	274.525.688	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	359.793.699	350.074.418	298.134.275
Aplicações em instituições de crédito	8	5.400.123	-	5.400.123	400.180	3.400.352	Responsabilidades representadas por títulos	21	99.376	449.939	5.077.670
Crédito a clientes	9	257.796.110	(28.766.522)	229.029.588	246.931.130	185.533.504	Passivos financeiros associados a activos transferidos	22	10.927.286	13.789.252	18.232.608
Investimentos detidos até à maturidade	10	86.496.783	-	86.496.783	100.115.289	77.280.239	Provisões	23	-	500.000	500.000
Activos não correntes detidos para venda	11	30.967.582	(7.152.672)	23.814.910	25.588.747	28.175.236	Passivos por impostos correntes	15	416.474	-	2.516.072
Outros activos tangíveis	12	7.528.813	(4.483.882)	3.044.931	2.302.312	1.999.426	Passivos por impostos diferidos	15	1.828.550	1.245.429	2.905.948
Activos intangíveis	13	2.324.999	(1.957.733)	367.266	106.799	125.939	Outros passivos	24	11.745.650	13.504.618	19.657.012
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	251.500	-	251.500	251.500	251.500	Total do Passivo		416.278.851	522.362.605	566.677.741
Activos por impostos correntes	15	-	-	-	1.071.457	-	Capital	26	59.500.000	59.500.000	59.500.000
Activos por impostos diferidos	15	9.008.621	-	9.008.621	8.901.209	7.614.046	Reservas de reavaliação	27	3.756.399	3.837.954	10.009.375
Outros activos	16	3.982.892	-	3.982.892	6.844.824	5.227.591	Outras reservas e resultados transitados	27	21.856.492	13.263.563	14.103.563
							Resultado do exercício	27	10.446.275	9.278.557	-
							Total do Capital Próprio		95.559.166	85.880.074	83.612.938
Total do Activo		563.608.623	(51.770.606)	511.838.017	608.242.679	650.290.679	Total do Passivo e do Capital Próprio		511.838.017	608.242.679	650.290.679

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.





## Demonstrações dos resultados individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015 (reexpresso)
Juros e rendimentos similares	28	17.225.393	18.291.705
Juros e encargos similares	29	(4.481.158)	(6.667.703)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>12.744.235</b>	<b>11.624.002</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	5.000.000	7.000.000
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.601.822	2.126.239
Encargos com serviços e comissões	32	(382.923)	(453.814)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	1.741.394	513.515
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	3.520.605	6.699.568
Resultados de reavaliação cambial	35	(843.247)	150.889
Resultados de alienação de outros activos	36	(560.791)	(3.011.059)
Outros resultados de exploração	37	(231.207)	(248.660)
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>23.589.888</b>	<b>24.400.680</b>
Custos com pessoal	38	(6.701.106)	(5.396.517)
Gastos gerais administrativos	39	(4.757.548)	(4.240.939)
Amortizações do exercício	12 e 13	(712.616)	(455.811)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	500.000	-
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	23	(175.713)	(400.805)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	23	1.058.559	(3.942.703)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	23	(386.409)	(896.851)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>12.415.055</b>	<b>9.067.054</b>
Impostos			
Correntes	15	(1.466.611)	(1.075.654)
Diferidos	15	(502.169)	1.287.157
		<b>(1.968.780)</b>	<b>211.503</b>
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>10.446.275</b>	<b>9.278.557</b>
Ações em circulação	26	11.900.000	11.900.000
Resultado por ação		0,88	0,78

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## Demonstrações dos resultados e outro rendimento integral individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015



(Montantes expressos em Euros)

	2016	2015 (reexpresso)
<b>Resultado individual</b>	<b>10.446.275</b>	<b>9.278.557</b>
<b>Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados</b>		
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	2.899.882	(2.866.982)
Impacto fiscal	(650.312)	543.403
Transferência para resultados por imparidade	512.702	1.734.610
Impacto fiscal	(115.358)	(390.287)
Transferência para resultados por alienação	(3.520.605)	(6.699.568)
Impacto fiscal	792.136	1.507.403
<b>Resultado não reconhecido na demonstração de resultados</b>	<b>(81.555)</b>	<b>(6.171.421)</b>
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>10.364.721</b>	<b>3.107.136</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



## Demonstrações das alterações no capital próprio individual para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas de reavaliação					Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva legal	Reserva livre	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (contas estatutárias)	59.500.000	12.915.323	(2.905.948)	-	10.009.375	1.740.163	8.552.237	574.220	(21.239.224)	(10.372.604)	17.389.650	76.526.421
Ajustamento de transição de NCA para IFRS tal como adoptado pela União Europeia (Nota 44)	-	-	-	-	-	-	-	-	7.086.517	7.086.517	-	7.086.517
Saldos em 1 de Janeiro de 2015 (contas reexpressas)	59.500.000	12.915.323	(2.905.948)	-	10.009.375	1.740.163	8.552.237	574.220	(14.152.707)	(3.286.087)	17.389.650	83.612.938
Aplicação do lucro do exercício de 2014												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	1.738.965	-	-	15.650.685	17.389.650	(17.389.650)	-
Rendimento integral do exercício de 2015	-	(7.831.940)	1.660.519	-	(6.171.421)	-	-	-	-	-	9.278.557	3.107.136
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)	-	(840.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	59.500.000	5.083.383	(1.245.429)	-	3.837.954	3.479.128	7.712.237	574.220	1.497.978	13.263.563	9.278.557	85.880.074
Aplicação do lucro do exercício de 2015												
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	773.637	671.369	-	7.833.551	9.278.557	(9.278.557)	-
Rendimento integral do exercício de 2016	-	(108.021)	26.466	-	(81.555)	-	-	-	-	-	10.446.275	10.364.720
Outros	-	-	-	-	-	-	-	154.372	-	154.372	-	154.372
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	(840.000)	-	-	(840.000)	-	(840.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	59.500.000	4.975.362	(1.218.963)	-	3.756.399	4.252.765	7.543.606	728.592	9.331.529	21.856.492	10.446.275	95.559.166

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**



(Montantes expressos em Euros)

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de juros e comissões	19.613.875	17.406.885
Pagamentos de juros e comissões	(7.769.201)	(8.616.054)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(11.114.731)	(9.482.406)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(983.086)	(2.317.246)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(1.152.491)	(97.770)
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais</b>	<b>(1.405.634)</b>	<b>(3.106.591)</b>
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:</b>		
Activos financeiros detidos para negociação	11.584.050	14.644.288
Activos financeiros disponíveis para venda	63.564.965	107.633.934
Aplicações em instituições de crédito	(4.999.771)	3.000.172
Crédito a clientes	22.366.291	(61.694.756)
Investimentos detidos até à maturidade	15.849.337	(25.065.881)
Activos não correntes detidos para venda	(2.144.339)	(1.591.592)
Outros activos	2.729.515	(1.639.288)
	<b>108.950.048</b>	<b>35.286.877</b>
<b>Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais	(112.000.000)	(74.000.000)
Recursos de outras instituições de crédito	(497.343)	(984.399)
Recursos de clientes	11.630.271	51.672.278
Responsabilidades representadas por títulos	(347.728)	(4.563.646)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(2.636.595)	(4.260.741)
Outros passivos	(1.970.476)	(5.445.390)
	<b>(105.821.871)</b>	<b>(37.581.898)</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>1.722.543</b>	<b>(5.401.612)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1.715.702)	(739.557)
Dividendos de participações financeiras	5.000.000	7.000.000
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>3.284.298</b>	<b>6.260.443</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Distribuição de reservas aos accionistas (Nota 27)	(840.000)	(840.000)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(840.000)</b>	<b>(840.000)</b>
<b>Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>4.166.841</b>	<b>18.831</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.152.067	7.133.236
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.318.908	7.152.067
	<b>4.166.841</b>	<b>18.831</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



## 5. Anexos às Demonstrações Financeiras





## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora, S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos a passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de balanço nessa data.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicase essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de seis balcões, localizados em Lisboa, Porto, Leiria e Braga.

Conforme indicado na Nota 14, o Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de Abril de 2017.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

As Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal tinham como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluíam as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se era utilizado o disposto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal; (ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

A partir de 1 de Janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso n.º 5/2015, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2005.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal. Deste modo, o Banco aplicou retrospectivamente a nova política nas suas demonstrações financeiras (reexpressão), com referência ao primeiro período comparativo apresentado, ou seja, 1 de Janeiro de 2015. Neste sentido, o Balanço Individual em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015 e as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral e de Alterações nos Capitais Próprios do exercício de 2015 apresentadas em anexo foram reexpressos, conforme apresentado em maior detalhe na nota 44.



No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2016. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

## *2.2. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira*

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

## *2.3. Instrumentos financeiros*

### *a) Activos financeiros*

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Aquando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

#### *i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

#### *ii) Empréstimos e contas a receber*

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em “Outros activos”.

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### *Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.



### iii) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, nas “Reservas de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

### iv) *Investimentos detidos até à maturidade*

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Qualquer venda de activos que sejam classificados como detidos até à maturidade implica a alteração de classificação de toda a classe excepto para vendas isoladas, não recorrentes e em circunstâncias fora do controlo da entidade não razoavelmente antecipáveis.

Uma entidade não pode voltar a classificar um activo financeiro como detido até à maturidade quando, durante o corrente ano ou durante os dois anos precedentes, vendeu ou reclassificou, antes da maturidade, mais do que um insignificante montante de instrumentos detidos até à maturidade, excepto se:

- Tenha ocorrido tão próximo da data de maturidade ou de reembolso antecipado que alterações nas taxas de juro não teriam um impacto significativo no seu justo valor;
- Ocorra após a entidade ter recebido, de forma substancial, o montante nominal do activo financeiro; ou
- Seja atribuído a um evento isolado, fora do controlo da entidade, não recorrente e que não pudesse ser razoavelmente antecipado.

Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### *Justo valor*

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.



### *Reclassificação de activos financeiros*

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como “Activos financeiros detidos para negociação” ou “Activos financeiros disponíveis para venda” para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, constituiu uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Crédito a clientes” apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para “Crédito a clientes” só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como “Activos financeiros detidos para negociação” para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como “Activos financeiros detidos para negociação” para as categorias de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Crédito a clientes”, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Crédito a clientes”. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

#### *b) Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

##### *i) Passivos financeiros detidos para negociação*

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

##### *ii) Outros passivos financeiros*

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

##### *iii) Passivos financeiros associados a activos transferidos*

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente às operações de titularização realizadas pelo Banco, cujos créditos se mantiveram em balanço na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Nota 9).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização. São deduzidas a este valor as perdas por imparidade calculadas para crédito titularizado (Nota 23).

#### *c) Derivados*

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.



Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

#### *Derivados embutidos*

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

#### *Derivados de negociação*

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros detidos para negociação", respectivamente.

#### *d) Imparidade de activos financeiros*

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado ou valorizados ao justo valor por contrapartida de reserva de justo valor, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida), os investimentos detidos até à maturidade e os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada de acordo com a natureza dos activos:

##### *Crédito a clientes*

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são analisados os seguintes eventos na avaliação de existência de indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.



O Banco definiu no seu Modelo de imparidade para crédito, de acordo com a tipologia de crédito, critérios para que as operações de crédito sejam analisadas individualmente. Os critérios definidos englobam as operações de crédito em contencioso, com prestações vencidas há mais de 90 dias, que tenham sido reestruturados, que se encontram classificados como crédito curado e outras operações de crédito que pelo seu montante ou nível de risco sejam classificadas para análise individual.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise individual são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

#### *Instrumentos de dívida*

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, *Non investment grade*;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
  - Aumento das delinquências;
  - Redução do "recover value" esperado;
  - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
  - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
  - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
  - Reestruturação ou novação de dívida;
  - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo.
- Redução do "credit enhancement" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

#### *Instrumentos de capital*

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;



- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

#### *Activos financeiros ao custo amortizado*

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Conforme referido na Nota 2.3. a) iii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, nas "Reservas de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas "Reservas de justo valor" devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas nas "Reservas de justo valor" até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

### *2.4. Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente se a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas as acções necessárias para que a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, e corrigido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

### *2.5. Outros activos tangíveis*

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".





As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos e o património artístico não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

## 2.6. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

### *Como locatário*

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

## 2.7. *Activos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## 2.8. *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos*

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.



O Banco é detido em 99,27 % pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do Grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 21%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Adicionalmente os lucros tributáveis são ainda sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3 % para lucros tributáveis entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros;
- 5 % para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 Euros; e
- 7 % para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 51.º do Código do IRC (na redacção vigente no exercício de 2016), os lucros e reservas distribuídos, bem como as mais e menos-valias realizadas pelo Banco mediante a transmissão onerosa de partes de capital, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o Banco detenha uma participação não inferior a 10% do capital social ou dos direitos de voto na entidade que distribui os lucros, ou na entidade objecto de transmissão onerosa, e desde que a participação tenha sido detida por um período não inferior a 12 meses (ou, no caso dos dividendos, se detida há menos tempo, seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período); (ii) o sujeito passivo não seja abrangido pelo regime da transparência fiscal; (iii) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou cujo capital é objecto de transmissão onerosa, esteja sujeita e não isenta de IRC, de um imposto referido no artigo 2.º da Directiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ou similar ao IRC e a taxa legal aplicável não seja inferior a 60% da taxa do IRC; (iv) a entidade que distribui os lucros ou reservas, ou a entidade objecto de transmissão onerosa, não seja residente num paraíso fiscal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como os gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido respeita às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis no futuro.

Tal como está estabelecido no normativo contabilístico, são reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, condicionados à existência de expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidades e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base na taxa de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 24,5%.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.



#### 2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

#### 2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### 2.12. Comissões

As comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

#### 2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

#### 2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

#### 2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

##### *DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita nas Notas 2.3. d) e 41. Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.



O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.3. d)).

#### *DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA*

Os activos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda, conforme referido na Nota 2.4..

O justo valor destes activos é apurado com base em avaliações, realizadas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviço. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, designadamente comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis a fim de se manterem actualizados os parâmetros e processos de avaliação à evolução do mercado.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos poderá resultar num nível diferente de justo valor com impacto respectivo valor de balanço reconhecido.

#### *DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

#### *2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas*

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016:

- IAS 19 - “Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados” - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) - Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as IFRS 2 – “Pagamentos com base em acções” - definição de vesting condition, IFRS 3 – “Concentração de actividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes”, IFRS 8 – “Segmentos operacionais” - divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de activos por segmento com o valor de activos nas demonstrações financeiras, IAS 16 – “Activos fixos tangíveis” e IAS 38 – “Activos intangíveis” - necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de activos fixos, IAS 24 – “Divulgações de partes relacionadas” - define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada e IFRS 13 – “Justo valor” - clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
- Melhoramento das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) - Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” - introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos accionistas), IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: divulgações” - clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de activos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de activos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de activos e passivos financeiros, IAS 19 – “Benefícios dos empregados” - define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados e IAS 34 – “Relato financeiro intercalar” - clarificação sobre os procedimentos a adoptar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.



- IFRS 11 - “Acordos conjuntos - Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos” – Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma actividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma actividade empresarial, deverá a transacção ser registada como uma aquisição de activos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.
- IAS 16 - “Activos fixos tangíveis” e IAS 38 - “Activos intangíveis - Métodos de depreciação aceitáveis” - Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um activo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de activos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de activos intangíveis só poderá ser refutada quanto o activo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
- IAS 1 - “Apresentação de demonstrações financeiras - Disclosure Initiative” - Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objectivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:
  - uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
  - uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
  - informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
  - outra informação na quarta secção.
- IAS 27 - “Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas” - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração actualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” - Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- IFRS 15 - “Rédito de contratos com clientes” - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - “Rédito”, IAS 11 - “Contratos de construção”, IFRIC 13 - “Programas de fidelização”, IFRIC 15 - “Acordos para a construção de imóveis”, IFRIC 18 - “Transferências de Activos Provenientes de Clientes” e SIC 31 - “Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade”. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2016, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração encontra-se actualmente a analisar o impacto que a IFRS 9 poderá ter nas demonstrações financeiras. O Conselho de Administração entende que a aplicação das restantes normas não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 14 - “Activos regulados” - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a activos regulados.



- IFRS 16 - “Locações” - Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - “Locações”. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 12 - “Divulgações sobre participações noutras entidades” e IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” - Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” e IAS 28 - “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” - Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
- IAS 12 – Imposto sobre o rendimento – Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
- IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa – Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
- IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes - Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
- IFRS 2 – Pagamentos com base em acções – Estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
- IFRS 4 – Contratos de seguro – Estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
- IAS 40 – Propriedades de investimento – Estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016) – Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo;
- IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
- IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos – Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adoptadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.



### 3. RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos operacionais:

- Comercial – Crédito a clientes, incluindo a actividade de concessão de crédito automóvel iniciada em 2016, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos;
- Mercados – Restantes áreas.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por segmento operacional é a seguinte:

	2016		
	Comercial	Mercados	Total
<b>Margem financeira</b>	<b>10.195.388</b>	<b>2.548.847</b>	<b>12.744.235</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	5.000.000	5.000.000
Resultados de serviços e comissões	2.218.899	-	2.218.899
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	1.741.394	1.741.394
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	3.520.605	3.520.605
Outros resultados de exploração e outros	(791.998)	(843.247)	(1.635.245)
<b>Produto bancário</b>	<b>11.622.289</b>	<b>11.967.599</b>	<b>23.589.888</b>
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(8.593.991)	(2.864.663)	(11.458.654)
Amortizações do exercício	(534.462)	(178.154)	(712.616)
Provisões e imparidade	1.575.548	(579.111)	996.437
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4.069.384</b>	<b>8.345.671</b>	<b>12.415.055</b>
Impostos	(502.169)	(1.466.611)	(1.968.780)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>3.567.215</b>	<b>6.879.060</b>	<b>10.446.275</b>
Activos financeiros detidos para negociação	-	35.999.394	35.999.394
Activos financeiros disponíveis para venda	-	103.123.101	103.123.101
Crédito a clientes	144.158.935	84.870.653	229.029.588
Investimentos detidos até à maturidade	-	86.496.783	86.496.783
Recursos de bancos centrais	-	29.000.000	29.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	-	988.912	988.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	359.793.699	-	359.793.699
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.927.286	-	10.927.286





	2015 (reexpresso)		
	Comercial	Mercados	Total
<b>Margem financeira</b>	<b>9.299.202</b>	<b>2.324.800</b>	<b>11.624.002</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	-	7.000.000	7.000.000
Resultados de serviços e comissões	1.672.425	-	1.672.425
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	513.515	513.515
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	6.699.568	6.699.568
Outros resultados de exploração e outros	(3.259.719)	150.889	(3.108.830)
<b>Produto bancário</b>	<b>7.711.908</b>	<b>16.688.772</b>	<b>24.400.680</b>
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(7.228.092)	(2.409.364)	(9.637.456)
Amortizações do exercício	(341.858)	(113.953)	(455.811)
Provisões e imparidade	(389.436)	(4.850.923)	(5.240.359)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(247.478)</b>	<b>9.314.532</b>	<b>9.067.054</b>
Impostos	1.287.157	(1.075.654)	211.503
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.039.679</b>	<b>8.238.878</b>	<b>9.278.557</b>
Activos financeiros detidos para negociação	-	44.720.658	44.720.658
Activos financeiros disponíveis para venda	-	163.856.513	163.856.513
Crédito a clientes	137.356.948	109.574.182	246.931.130
Investimentos detidos até à maturidade	-	100.115.289	100.115.289
Recursos de bancos centrais	-	141.006.232	141.006.232
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	350.074.418	-	350.074.418
Passivos financeiros associados a activos transferidos	13.789.252	-	13.789.252

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

#### 4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa	464.074	391.764
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	7.015.332	3.478.016
	<b>7.479.406</b>	<b>3.869.780</b>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.





## 5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Depósitos à ordem</i>		
- No país	1.523.459	1.716.735
- No estrangeiro	2.316.043	1.565.552
	<b>3.839.502</b>	<b>3.282.287</b>

## 6. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De outros residentes		
De outros emissores públicos nacionais	39.513	-
Empresas	-	50.335
De não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	914.292	1.461.468
Instituições de crédito	10.463.947	26.573.595
Empresas	13.931.689	9.021.740
	<b>25.349.441</b>	<b>37.107.138</b>
<i>Juros a receber</i>	220.726	221.109
	<b>25.570.167</b>	<b>37.328.247</b>
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	94.614	57.082
De não residentes		
- Acções	8.183.740	5.416.195
- Unidades de participação	232.352	6.767
	<b>8.510.706</b>	<b>5.480.044</b>
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
<i>Swaps</i>		
- Taxas de juro	354.588	253.618
- Outros	1.509.660	1.406.044
<i>Opções</i>		
- Outros	54.273	252.705
	<b>1.918.521</b>	<b>1.912.367</b>
	<b>35.999.394</b>	<b>44.720.658</b>



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015 (reexpresso)
De outros residentes		
- Emissores públicos	43.000	-
- Empresas	-	50.000
De não residentes		
- Emissores públicos Estrangeiros	900.000	1.450.000
- Instituições de crédito	12.200.000	28.100.000
- Empresas	13.650.000	9.530.982
	<b>26.793.000</b>	<b>39.130.982</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.. Nestas datas, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2016			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 18)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	134.188.284	354.588	(431.579)	(76.992)
Outros	5.878.247	1.509.660	-	1.509.660
- Opções embutidas em depósitos estruturados	32.528.809	54.273	(369.442)	(315.168)
- Opções De cotações	7.905.727	-	(677.883)	(677.883)
	<b>180.501.067</b>	<b>1.918.521</b>	<b>(1.478.904)</b>	<b>439.617</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
- Futuros				
De taxa de juro	90.009.255	-	-	-
De cotações	1.922.872	-	-	-
De divisas	2.875.364	-	-	-
	<b>94.807.491</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>275.308.558</b>	<b>1.918.521</b>	<b>(1.478.904)</b>	<b>439.617</b>



2015 (reexpresso)				
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 18)				
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>				
Mercado de balcão (OTC)				
- Swaps				
De taxa de juro	120.301.408	253.618	(30.170)	223.448
De divisas	684.427	-	(23.184)	(23.184)
Outros	5.878.247	1.406.044	-	1.406.044
- Opções embutidas em depósitos estruturados	29.776.635	114.255	(252.401)	(138.146)
- Opções				
De cotações	397.676	138.450	(707)	137.743
	<b>157.038.392</b>	<b>1.912.367</b>	<b>(306.462)</b>	<b>1.605.905</b>
Transaccionados em bolsa				
- Futuros				
De taxa de juro	118.409.963	-	-	-
De cotações	2.839.665	-	-	-
De divisas	2.895.684	-	-	-
	<b>124.145.312</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>281.183.704</b>	<b>1.912.367</b>	<b>(306.462)</b>	<b>1.605.905</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o montante nocional de *swaps* de taxa de juro inclui 10.487.021 Euros e 13.280.975 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito de uma securitização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2016						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
De taxa de juro	25.514.000	4.950.000	26.100.448	67.136.815	10.487.021	134.188.284
Outros	5.878.247	-	-	-	-	5.878.247
	<b>31.392.247</b>	<b>4.950.000</b>	<b>26.100.448</b>	<b>67.136.815</b>	<b>10.487.021</b>	<b>140.066.531</b>
- Opções embutidas em depósitos estruturados	2.214.132	4.166.129	12.163.066	13.985.482	-	32.528.809
- Opções						
De cotações e câmbios	2.564.749	529.001	1.004.545	3.807.432	-	7.905.727
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	10.549.256	22.066.000	30.833.813	26.560.186	-	90.009.255
De cotações	1.922.872	-	-	-	-	1.922.872
De divisas	2.875.364	-	-	-	-	2.875.364
	<b>15.347.492</b>	<b>22.066.000</b>	<b>30.833.813</b>	<b>26.560.186</b>	<b>-</b>	<b>94.807.491</b>
	<b>51.518.620</b>	<b>31.711.130</b>	<b>70.101.872</b>	<b>111.489.915</b>	<b>10.487.021</b>	<b>275.308.558</b>
2015 (reexpresso)						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
- Swaps						
De taxa de juro	-	-	37.720.000	69.300.433	13.280.975	120.301.408
De divisas	684.427	-	-	-	-	684.427
Outros	-	-	-	5.878.247	-	5.878.247
	<b>684.427</b>	<b>-</b>	<b>37.720.000</b>	<b>75.178.680</b>	<b>13.280.975</b>	<b>126.864.081</b>
- Opções embutidas em depósitos estruturados	2.000.062	4.545.636	11.893.536	11.337.401	-	29.776.635
- Opções						
De cotações e câmbios	259.236	74.400	64.040	-	-	397.676
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
- Futuros						
De taxa de juro	7.762.788	24.293.650	43.578.701	42.774.824	-	118.409.963
De cotações	2.839.665	-	-	-	-	2.839.665
De divisas	2.895.684	-	-	-	-	2.895.684
	<b>13.498.137</b>	<b>24.293.650</b>	<b>43.578.701</b>	<b>42.774.824</b>	<b>-</b>	<b>124.145.312</b>
	<b>16.441.862</b>	<b>28.913.686</b>	<b>93.256.277</b>	<b>129.290.904</b>	<b>13.280.975</b>	<b>281.183.704</b>



A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
<i>Swaps</i>		
De taxa de juro		
- Instituições financeiras	134.188.284	120.301.408
De Divisas		
- Clientes	-	684.427
Outros		
- Clientes	5.878.247	5.878.247
Opções embutidas em depósitos estruturados		
- Clientes	32.528.809	29.776.635
Opções de cotações		
- Instituições financeiras	33.546	138.440
- Clientes	7.872.181	259.236
	<b>180.501.067</b>	<b>157.038.393</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
- De taxa de juro	90.009.255	118.409.963
- De cotações	1.922.872	2.839.665
- De divisas	2.875.364	2.895.684
	<b>94.807.491</b>	<b>124.145.312</b>
	<b>275.308.558</b>	<b>281.183.704</b>

## 7. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	108.080	112.640
De outros residentes		
- Instituições de crédito	-	2.503.250
- Outras obrigações	14.702.194	24.212.138
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	15.486.714	16.748.265
- AR Finance 1 Plc	9.921.029	9.921.029
- Outras obrigações	55.944.473	101.524.753
	<b>96.162.490</b>	<b>155.022.075</b>
<i>Juros a receber</i>	1.125.767	2.060.730
	<b>97.288.256</b>	<b>157.082.805</b>
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
- Valorizados ao justo valor	14.944.159	14.764.292
Emitidos por não residentes		
- Valorizados ao justo valor	300.483	811.717
	<b>15.244.642</b>	<b>15.576.009</b>
	<b>112.532.898</b>	<b>172.658.814</b>
Imparidade AR Finance	(3.794.673)	(3.204.068)
Imparidades de outros títulos	(5.615.124)	(5.598.233)
	<b>(9.409.797)</b>	<b>(8.802.301)</b>
	<b>103.123.101</b>	<b>163.856.513</b>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui as participações no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Tejo e Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, nos montantes de 6.186.298 Euros (5.738.544 Euros em 31 de Dezembro de 2015) e 5.233.000 Euros (5.233.000 Euros em 31 de Dezembro de 2015), respectivamente, ambos geridos pela Invest Gestão de Activos. Relativamente ao Fundo Inspirar, o Banco celebrou um contrato de venda a prazo com uma entidade do Grupo Alves Ribeiro, por um valor superior ao custo de aquisição.



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	100.000	100.000
De outros residentes		
- Instituições de crédito	-	2.500.000
- Outras obrigações	13.750.000	23.171.428
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	13.100.100	14.500.100
- AR Finance 1, Plc	9.921.029	9.921.029
- Outras obrigações	54.111.000	98.940.000
	<b>90.982.129</b>	<b>149.132.557</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda apresentavam o seguinte detalhe:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	11.338	16.655
De outros residentes		
- Outras obrigações	921.257	937.943
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	2.304.535	2.089.785
- Outras obrigações	1.723.368	2.021.824
	<b>4.960.498</b>	<b>5.066.208</b>
Instrumentos de capital	14.865	17.175
<b>Mais-valias potenciais líquidas (Nota 27)</b>	<b>4.975.362</b>	<b>5.083.383</b>

## 8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito:		
- Instituições de crédito no país	5.400.000	400.000
Juros a receber	123	180
	<b>5.400.123</b>	<b>400.180</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até três meses	5.000.000	-
De três meses a um ano	400.000	400.000
	<b>5.400.000</b>	<b>400.000</b>

## 9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	7.035.628	9.499.297
- Empréstimos de médio e longo prazo	5.462.920	6.330.747
	<b>12.498.548</b>	<b>15.830.044</b>
<i>Crédito interno não securitizado</i>		
- Operações de locação financeira imobiliária	47.726.077	52.118.637
- Empréstimos de médio e longo prazo	37.273.584	42.576.917
- Créditos em conta corrente	16.707.967	11.889.597
- Consumo e crédito automóvel	14.375.383	-
- Operações de locação financeira mobiliária	565.060	592.589
- Descobertos em depósitos à ordem	1.879.244	2.417.821
- Outros créditos	8.664.956	5.973.567
	<b>127.192.271</b>	<b>115.569.128</b>
<i>Crédito ao exterior</i>		
- Descobertos em depósitos à ordem	401.905	627.779
	<b>140.092.724</b>	<b>132.026.951</b>
<b>Juros a receber</b>	<b>233.030</b>	<b>218.568</b>
<i>Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida:</i>		
De emissores públicos nacionais	10.000.000	10.000.000
- De outros residentes		
- Empresas	46.273.756	48.946.395
- Papel comercial	17.947.418	39.352.072
- Juros a receber	420.759	676.917
De não residentes		
- Empresas	10.523.555	11.296.109
- Juros a receber	58.961	75.995
	<b>85.224.449</b>	<b>110.347.488</b>
<i>Comissões associadas ao custo amortizado</i>		
- Despesas com encargo diferido	1.108.528	123.465
- Receitas com rendimento diferido	(505.513)	(65.619)
	<b>603.015</b>	<b>57.846</b>
Crédito e juros vencidos	31.642.892	36.675.379
	<b>257.796.110</b>	<b>279.326.232</b>
Imparidade (Nota 23)		
- Imparidade para crédito não titulado	(28.412.726)	(31.621.794)
- Outros créditos e valores a receber-títulos de dívida	(353.796)	(773.307)
	<b>(28.766.522)</b>	<b>(32.395.101)</b>
	<b>229.029.588</b>	<b>246.931.130</b>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 23.

Em Setembro de 2016 o Banco deu início à actividade de concessão de crédito automóvel, que em 31 de Dezembro de 2016 apresentava crédito concedido no montante de 14.375.383 Euros.







Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se à operação de securitização realizada pelo Banco em vigor nessas datas e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2016	2015 (reexpresso)
Operação de securitização – AR Finance	12.498.548	15.830.044
Imparidade para crédito securitizados	(1.571.262)	(2.040.792)
	<b>10.927.286</b>	<b>13.789.252</b>

Esta operação de securitização tem as seguintes características:

- *AR Finance:*

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “*cross default*”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2016	2015			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Classe A	106.500.000	-	-	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	11.938.331	15.148.099	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	9.921.029	9.921.029	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	<b>154.560.000</b>	<b>23.059.360</b>	<b>26.269.128</b>				

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

No decorrer do exercício de 2013, as obrigações da Classe A foram reembolsadas.

As obrigações das Classes B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.



Conforme previsto no contrato da operação de securitização os “*Spreads*” das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as obrigações da Classe B apresentam “*Rating AAA*” atribuído pelas agências Standard & Poor’s e Moody’s. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo “*European Investment Fund*”.

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído “*Rating*”, e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma “*Cash reserve account*”, cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital vincendo e crédito vencido resultantes dos créditos cedidos ascendia a 12.498.548 Euros e 5.117.635 Euros (Nota 24), respectivamente (em 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 15.830.043 Euros e 7.370.994 Euros, respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Banco deduz a imparidade constituída ao passivo e constitui ainda imparidades sobre os outros activos associados às operações de securitização, registados na rubrica “*Activos financeiros disponíveis para venda*”, que ascendem a 3.794.673 Euros e 3.204.068 Euros, respectivamente (Nota 23).

Dado a estrutura da operação de securitização realizada implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos. O passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito destas operações encontra-se reflectido no passivo, na rubrica “*Passivos financeiros associados a activos transferidos*” (Nota 22).

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2016	2015 (reexpresso)
Até três meses	8.305.019	9.170.284
De três meses a um ano	4.846.818	3.477.933
De um ano a cinco anos	30.407.525	20.812.857
Mais de cinco anos	96.533.362	98.565.877
	<b>140.092.724</b>	<b>132.026.951</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2016	2015 (reexpresso)
Até três meses	184.938	188.852
De três meses a um ano	6.495.408	3.688.177
Mais de um ano	24.962.546	32.798.350
	<b>31.642.892</b>	<b>36.675.379</b>

Nestas datas, o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 14.905.173 Euros e 22.030.028 Euros, respectivamente.



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2016	2015 (reexpresso)
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	24.575.393	26.213.699
Penhor mercantil de farmácia	4.245.766	5.317.998
Outras garantias reais	734.144	797.181
Garantia pessoal	1.121.553	1.155.103
Sem garantia	966.036	3.191.398
	<b>31.642.892</b>	<b>36.675.379</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a composição do crédito vincendo e vencido, e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2016			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	54.761.705	3.974.391	58.736.096	133.371.594
Empréstimos a médio e longo prazo	42.736.504	25.582.556	68.319.060	94.813.035
Créditos em conta corrente	16.707.967	1.215.078	17.923.045	453.689
Consumo e crédito automóvel	14.375.383	2.635	14.378.018	-
Operações de locação financeira mobiliária	565.060	3.170	568.230	49.025
Descobertos em depósitos à ordem	2.281.149	-	2.281.149	7.714.381
Outros créditos	8.664.956	865.062	9.530.018	13.333.354
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	84.744.729	-	84.744.729	-
	<b>224.837.453</b>	<b>31.642.892</b>	<b>256.480.344</b>	<b>249.735.078</b>

	2015 (reexpresso)			
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	61.617.934	6.335.811	67.953.745	136.965.122
Empréstimos a médio e longo prazo	48.907.664	24.374.428	73.282.092	99.878.165
Créditos em conta corrente	11.889.597	5.018.642	16.908.239	878.742
Operações de locação financeira mobiliária	592.589	2.044	594.633	98.528
Descobertos em depósitos à ordem	3.045.600	-	3.045.600	6.115.154
Outros créditos	5.973.567	944.454	6.918.021	9.476.339
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	109.594.576	-	109.594.576	-
	<b>241.621.527</b>	<b>36.675.379</b>	<b>278.296.906</b>	<b>253.412.050</b>

A composição da carteira de crédito sobre clientes, excluindo o crédito titulado, em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, por sectores de actividade é a seguinte:



2016			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Particulares	42.267.500	8.408.797	50.676.297
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	26.025.297	8.061.401	34.086.698
Actividades financeiras e de seguros	22.594.807	128.575	22.723.382
Actividades imobiliárias	13.270.838	6.650.619	19.921.457
Indústrias transformadoras	10.828.549	1.764.100	12.592.649
Construção	3.785.688	3.453.006	7.238.694
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.316.196	47.151	5.363.347
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.418.963	548.227	3.967.190
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.881.796	1.357.191	3.238.987
Actividades de saúde humana e apoio social	3.103.117	88.931	3.192.048
Alojamento, restauração e similares	1.815.903	412.201	2.228.104
Outras actividades de serviços	2.071.863	-	2.071.863
Transportes e armazenagem	1.673.126	385.165	2.058.291
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.689.122	85.037	1.774.159
Educação	180.654	252.491	433.145
Actividades de informação e de comunicação	169.305	-	169.305
<b>Total Crédito</b>	<b>140.092.724</b>	<b>31.642.892</b>	<b>171.735.616</b>

2015 (reexpresso)			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	32.228.995	10.685.473	42.914.468
Particulares	31.684.721	7.248.243	38.932.964
Actividades imobiliárias	12.648.680	7.001.256	19.649.936
Actividades financeiras e de seguros	14.808.610	272.939	15.081.549
Indústrias transformadoras	12.237.697	2.136.533	14.374.230
Construção	3.794.453	6.783.725	10.578.178
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5.524.344	207.006	5.731.350
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.005.694	681.922	5.687.616
Actividades de saúde humana e apoio social	2.996.298	304.127	3.300.425
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.628.480	239.359	2.867.839
Alojamento, restauração e similares	2.365.624	66.039	2.431.663
Transportes e armazenagem	1.756.247	586.754	2.343.001
Outras actividades de serviços	2.306.088	-	2.306.088
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.743.965	207.746	1.951.711
Educação	183.531	254.257	437.788
Actividades de informação e de comunicação	113.524	-	113.524
<b>Total Crédito</b>	<b>132.026.951</b>	<b>36.675.379</b>	<b>168.702.330</b>



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	8.007.468	8.599.675
Entre 1 ano e 5 anos	25.800.635	28.838.103
Mais de 5 anos	34.808.699	40.304.210
	<b>68.616.802</b>	<b>77.741.988</b>
Rendimentos financeiros não obtidos	(13.290.037)	(15.531.465)
	<b>55.326.765</b>	<b>62.210.523</b>
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	6.069.584	6.328.799
Entre 1 ano e 5 anos	20.142.404	22.265.315
Mais de 5 anos	29.114.777	33.616.409
	<b>55.326.765</b>	<b>62.210.523</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual esteja garantido por entidades terceiras, nem existem rendas contingentes.



## 10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
De residentes		
- Dívida pública portuguesa	14.716.011	14.631.285
- Outros	5.300.532	10.129.216
De não residentes		
- Dívida pública	47.973.894	58.289.855
- Outros	16.052.866	16.485.398
	<b>84.043.303</b>	<b>99.535.754</b>
Juros a receber	2.453.480	2.810.366
	86.496.783	102.346.120
Imparidade (Nota 23)	-	(2.230.831)
	<b>86.496.783</b>	<b>100.115.289</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo o juro corrido, ascendia a 98.305.584 Euros e 108.317.117 Euros, respectivamente (Nota 41).

Nestas mesmas datas, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2016	2015
Até um ano	-	10.322.793
De um ano a cinco anos	20.639.236	19.631.922
Mais de cinco anos	65.857.547	70.160.574
	<b>86.496.783</b>	<b>100.115.289</b>

No final do exercício de 2015 o Banco alienou um conjunto de títulos de uma entidade que apresentaram uma degradação significativa do risco de crédito, tendo originado uma perda no exercício de 2.138.500 Euros (Nota 36). Adicionalmente, foi registada imparidade noutros títulos da mesma entidade, no montante de 2.230.831 Euros, os quais foram alienados no início de 2016.

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42). Adicionalmente, desde o exercício de 2010 o Banco tem vindo a adquirir um conjunto de títulos adicionais, no âmbito da política de investimentos definida internamente.



## 11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Imóveis	30.967.582	34.613.894
Imparidade (Nota 23)	(7.152.672)	(9.025.147)
	<b>23.814.910</b>	<b>25.588.747</b>

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2016 e 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

2016									
31 de Dezembro de 2015						31 de Dezembro de 2016			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 23)			(Nota 23)	(Nota 23)		(Nota 23)	
Imóveis	34.613.894	(9.025.147)	4.046.932	(7.693.246)	(386.409)	2.258.884	30.967.582	(7.152.672)	23.814.910

2015									
31 de Dezembro de 2014						31 de Dezembro de 2015			
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Utilizações de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 23)			(Nota 23)	(Nota 23)		(Nota 23)	
Imóveis	37.036.050	(8.860.814)	2.671.261	(5.093.417)	(650.908)	486.575	34.613.894	(9.025.147)	25.588.747

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:



Ano de aquisição	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Anterior a 2007	1.071.888	(484.746)	587.142	1.223.312	(523.494)	699.818
2007	146.833	(71.863)	74.970	198.722	(71.008)	127.714
2008	64.659	(11.808)	52.851	558.962	(303.984)	254.978
2009	2.659.352	(1.070.921)	1.588.431	2.648.597	(751.053)	1.897.544
2010	3.014.124	(1.079.576)	1.934.548	4.525.652	(1.951.822)	2.573.830
2011	5.055.742	(1.625.323)	3.430.419	8.800.077	(2.789.027)	6.011.050
2012	4.440.685	(891.914)	3.548.771	5.039.878	(1.008.949)	4.030.929
2013	5.880.502	(1.059.327)	4.821.175	6.413.531	(1.137.731)	5.275.800
2014	2.241.230	(120.940)	2.120.290	2.533.903	(163.893)	2.370.010
2015	2.360.717	(331.124)	2.029.594	2.671.261	(324.187)	2.347.074
2016	4.031.850	(405.131)	3.626.719	-	-	-
	<b>30.967.582</b>	<b>(7.152.672)</b>	<b>23.814.910</b>	<b>34.613.894</b>	<b>(9.025.147)</b>	<b>25.588.747</b>

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que, apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o Banco registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 430.075 Euros e 735.704 Euros, respectivamente (Nota 36), as quais foram determinadas em algumas situações face ao valor bruto dos imóveis.





## 12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

2016							
Descrição	31 de Dezembro de 2015		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e Abates		Valor líquido 31-12-2016
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações	
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(207.439)	154.366	(10.302)	-	-	641.851
- Despesas em edifícios arrendados	2.669.808	(1.656.687)	83.687	(209.167)	-	-	887.641
	<b>3.375.034</b>	<b>(1.864.126)</b>	<b>238.053</b>	<b>(219.469)</b>	-	-	<b>1.529.492</b>
<i>Equipamento:</i>							
- Mobiliário e material	459.976	(370.099)	19.785	(25.304)	-	-	84.358
- Máquinas e ferramentas	79.078	(57.358)	518	(6.514)	-	-	15.725
- Equipamento informático	800.508	(734.332)	155.001	(61.069)	-	-	160.108
- Instalações interiores	613.621	(497.786)	227	(52.981)	-	-	63.081
- Material de transporte	1.070.976	(619.039)	956.862	(261.510)	(307.504)	307.504	1.147.289
- Equipamento de segurança	25.314	(20.819)	-	(980)	-	-	3.515
	<b>3.049.473</b>	<b>(2.299.433)</b>	<b>1.132.393</b>	<b>(408.358)</b>	<b>(307.504)</b>	<b>307.504</b>	<b>1.474.075</b>
<i>Outros activos tangíveis:</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	<b>6.465.871</b>	<b>(4.163.559)</b>	<b>1.370.446</b>	<b>(627.827)</b>	<b>(307.504)</b>	<b>307.504</b>	<b>3.044.931</b>
2015							
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e Abates		Valor líquido 31-12-2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações	
<i>Imóveis</i>							
- De serviço próprio	705.226	(197.137)	-	(10.302)	-	-	497.787
- Despesas em edifícios arrendados	2.525.661	(1.466.550)	144.147	(190.136)	-	-	1.013.121
	<b>3.230.887</b>	<b>(1.663.687)</b>	<b>144.147</b>	<b>(200.438)</b>	-	-	<b>1.510.908</b>
<i>Equipamento:</i>							
- Mobiliário e material	415.423	(343.195)	44.553	(26.905)	-	-	89.877
- Máquinas e ferramentas	76.459	(49.939)	2.619	(7.418)	-	-	21.720
- Equipamento informático	735.204	(699.663)	67.690	(37.055)	(2.386)	2.386	66.176
- Instalações interiores	613.276	(440.609)	2.108	(58.941)	(1.763)	1.763	115.835
- Material de transporte	967.321	(887.226)	443.034	(71.193)	(339.380)	339.380	451.937
- Equipamento de segurança	23.759	(19.948)	1.555	(871)	-	-	4.495
	<b>2.831.443</b>	<b>(2.440.580)</b>	<b>561.559</b>	<b>(202.382)</b>	<b>(343.529)</b>	<b>343.529</b>	<b>750.039</b>
<i>Outros activos tangíveis:</i>							
- Património artístico	41.364	-	-	-	-	-	41.364
	<b>6.103.694</b>	<b>(4.104.268)</b>	<b>705.706</b>	<b>(402.821)</b>	<b>(343.529)</b>	<b>343.529</b>	<b>2.302.312</b>



### 13. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

2016						
Descrição	31 de Dezembro de 2015		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido 31-12-2016
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	1.954.923	(1.872.944)	333.972	-	(84.789)	331.162
Activos intangíveis em curso	24.820	-	11.284	-	-	36.104
	<b>1.979.743</b>	<b>(1.872.944)</b>	<b>345.256</b>	<b>-</b>	<b>(84.789)</b>	<b>367.266</b>
2015						
Descrição	31 de Dezembro de 2014		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido 31-12-2015
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas				
<i>Ativos intangíveis</i>						
Software	1.936.712	(1.819.954)	13.205	5.006	(52.990)	81.978
Activos intangíveis em curso	9.181	-	20.645	(5.006)	-	24.820
	<b>1.945.893</b>	<b>(1.819.954)</b>	<b>33.850</b>	<b>-</b>	<b>(52.990)</b>	<b>106.799</b>

O aumento registado na rubrica de *software* é essencialmente justificado pela montagem do sistema informático associado ao lançamento da nova actividade de crédito automóvel.

### 14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica corresponde às participações detidas pelo Banco na Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A e na Saldanha Holdings Limited, nas quais detêm a totalidade do capital social.

Em Novembro de 2013 o Banco adquiriu 100% do capital social da sociedade Saldanha Holdings Limited, com sede em Malta, pelo montante de 1.500 Euros.

Nestas datas, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas entidades podem ser resumidos da seguinte forma:

	2016	2015
<i>Invest Gestão de Activos</i>		
Activo líquido	2.156.620	2.038.005
Situação líquida	2.118.567	2.002.208
Resultado líquido	116.359	119.033
<b>Total de proveitos</b>	<b>179.633</b>	<b>167.127</b>
<i>Saldanha Holdings Limited</i>		
Activo líquido	137.966	174.503
Situação líquida	133.490	151.594
Resultado líquido	(21.821)	(40.037)
<b>Total de proveitos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Banco recebeu dividendos da Saldanha Holdings Limited no montante de 5.000.000 Euros e 7.000.000 Euros, respectivamente (Nota 30).



## 15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Ativos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	9.008.621	8.901.203
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
- Por diferenças temporárias	(1.828.550)	(1.245.429)
	<b>7.180.071</b>	<b>7.655.774</b>
<i>Activos/ (Passivos) por impostos correntes</i>		
- Imposto imputado	(1.167.260)	(1.025.581)
- Derrama	(83.376)	(73.256)
- Derrama estadual	(121.751)	(101.512)
- Tributação autónoma	( 94.224)	(42.283)
	<b>(1.466.611)</b>	<b>(1.242.632)</b>
- Pagamentos por conta	875.294	1.960.022
- Pagamentos adicionais por conta	84.593	271.995
- Retenções na fonte	90.250	82.071
	<b>(416.474)</b>	<b>1.071.456)</b>

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos "Activos financeiros disponíveis para venda" reconhecidas nas "Reservas de justo valor" e a diferença da imparidade de crédito face aos valores relevantes para efeitos fiscais.

No âmbito do artigo 28.º-C do Código de IRC e, relativamente ao exercício de 2016, do Decreto-Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de Dezembro, não são aceites como custo fiscal do exercício (i) as provisões para risco específico de crédito no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis, e (ii) as provisões para riscos gerais de crédito. De acordo com o n.º 2 do artigo 28.º-A do Código do IRC, deixaram de ser aceites como custo fiscal, na sua totalidade, as provisões para risco país. Conforme já foi referido, a carteira de crédito concedido passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, em substituição do registo de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito e para risco-país, ainda que para efeitos fiscais as provisões ainda sejam consideradas, excepto nos casos atrás indicados.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016			
	Saldo em	Variação em		Saldo em
	31-12-2015 (reexpresso)	Resultados	Reservas	31-12-2016
<i>Ativos por impostos diferidos</i>				
- Imparidade para crédito não reconhecida fiscalmente	7.217.399	(697.198)	-	6.520.201
- Imparidade para títulos	1.166.903	657.972	-	1.824.875
- Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	224.628	224.628
- Imparidade de imóveis recuperados	516.901	(77.984)	-	438.917
	<b>8.901.203</b>	<b>(117.210)</b>	<b>224.628</b>	<b>9.008.621</b>
<i>Passivos por impostos diferidos</i>				
- Imparidade para títulos	-	(384.959)	-	(384.959)
- Activos financeiros disponíveis para venda	(1.245.429)	-	(198.162)	(1.443.591)
	<b>(1.245.429)</b>	<b>(384.959)</b>	<b>(198.162)</b>	<b>(1.828.550)</b>
	<b>7.655.774</b>	<b>(502.169)</b>	<b>26.466</b>	<b>7.180.071</b>



2015 (reexpresso)						
	Saldo em 31-12-2014 (reexpresso)	Variação em Resultados		Variação em Reservas		Saldo em 31-12-2015 (reexpresso)
		Alteração da taxa	Do exercício	Alteração da taxa	Do exercício	
<i>Ativos por impostos diferidos</i>						
- Imparidade para crédito não reconhecida fiscalmente	6.518.538	1.048.702	(349.842)	-	-	7.217.399
- Imparidade para títulos	847.797	103.812	215.294	-	-	1.166.903
- Imparidade de imóveis recuperados	247.711	30.332	238.858	-	-	516.901
	<b>7.614.046</b>	<b>1.182.846</b>	<b>104.311</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.901.203</b>
<i>Passivos por impostos diferidos</i>						
- Activos financeiros disponíveis para venda	(2.905.948)	-	-	(355.830)	2.016.349	(1.245.429)
	<b>4.708.098</b>	<b>1.182.846</b>	<b>104.311</b>	<b>(355.830)</b>	<b>2.016.349</b>	<b>7.655.774</b>

No exercício de 2014, o Banco aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (REAID). O regime, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto, abrange os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, sendo o mesmo aplicável às realidades desta natureza contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015, bem como aos activos por impostos diferidos que se encontrem registados nas contas anuais a 31 de Dezembro de 2014. De acordo com a Lei n.º 23/2016, de 19 de Agosto, este regime especial não é aplicável aos gastos e às variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016, bem como aos activos por impostos diferidos a estes associados.

Os activos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido negativo do período nas suas contas anuais, depois de aprovadas pelos órgãos sociais, nos termos da legislação aplicável, ou em caso de liquidação por dissolução voluntária, de insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, de revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado), aplicado ao saldo elegível dos activos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos activos por impostos diferidos em crédito tributário é efectuada pelo seu valor total.

Na conversão do crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respectivo crédito majorado em 10% conjuntamente com a emissão de valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas acções ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado.

No que respeita aos activos por impostos diferidos abrangidos pelo REAID, a sua dedutibilidade futura passa a estar limitada, em cada exercício, ao valor do lucro tributável calculado antes da dedução inerente a esses gastos e variações patrimoniais negativas, isto é, a dedução que se opera por se encontrarem verificadas as condições para a dedutibilidade fiscal desses gastos e variações patrimoniais negativas não se verifica se da mesma resultar o apuramento de prejuízo fiscal ou verifica-se até à parte que determine o apuramento de um resultado fiscal nulo.

Tendo sido apurado um resultado líquido do período positivo nos exercícios de 2016 e 2015, não se verificou, no presente exercício, qualquer conversão dos activos elegíveis em crédito tributário.



Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2016	2015 (reexpresso)
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	1.466.611	1.242.632
Correcções de exercícios anteriores	-	(166.978)
	<b>1.466.611</b>	<b>1.075.654</b>
<i>Impostos diferidos</i>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	502.169	(1.287.157)
Total de impostos reconhecidos em resultados	1.968.780	(211.503)
Resultados antes de impostos	<b>12.415.055</b>	<b>9.067.054</b>
Carga fiscal	15,86%	(2,33%)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Deste modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015 (reexpresso)	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		12.415.055		9.067.054
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	2.793.387	22,50%	2.040.087
Derrama Estadual	0,98%	121.751	2,97%	268.928
		<b>2.915.138</b>		<b>2.309.015</b>
Imparidade não aceite fiscalmente	0,10%	12.997	2,47%	166.978
Efeito de alteração de taxa de imposto	0,00%	-	(17,48%)	(1.182.846)
Custos não aceites fiscalmente:				
- Reintegrações	0,09%	10.868	0,05%	3.365
Benefícios fiscais	(0,04%)	(4.748)	(0,05%)	(4.515)
Mais e menos valias	(0,11%)	(13.270)	0,15%	(9.825)
Tributação autónoma	0,76%	94.224	0,62%	42.283
Contribuição sobre o sector bancário	0,57%	70.341	1,00%	67.772
Dividendos	(9,06%)	(1.125.000)	(23,27%)	(1.575.000)
Outros	0,07%	8.230	(1,49%)	(28.729)
	<b>15,86%</b>	<b>1.968.780</b>	<b>14,31%</b>	<b>(211.503)</b>



Na sequência da entrada em vigor do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, que revogou, entre outros, o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, o Banco passou a elaborar as suas demonstrações financeiras em base individual, à semelhança das demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, incluindo as políticas contabilísticas relativas à determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.

Nesta conformidade, o Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 de Novembro, veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidade e outras correcções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC, prevendo que o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 seja considerado para apuramento dos limites máximos das perdas de imparidade aceites para efeitos fiscais, incluindo no tratamento das imparidades incluídas no ajustamento de transição para as IFRS das entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras em NCA.

Adicionalmente, o referido Decreto Regulamentar veio consagrar um regime transitório aplicável ao efeito nos capitais próprios da anulação ou redução das perdas por imparidade para risco de crédito, decorrente da adopção, pela primeira vez, das IFRS no ano de 2016. O Banco não aplicou a norma transitória acima referida por não possuir prejuízos fiscais reportáveis gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012 e ainda não utilizados.

## 16. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	2.091.690	554.536
Aplicações diversas	38.100	38.100
	<b>2.129.790</b>	<b>592.636</b>
Outros devedores diversos	105.200	43.167
<i>Outros Activos</i>		
Ouro e outros metais preciosos	413.652	290.031
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	691.454	357.771
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Rendas	72.498	61.886
Outras	140.111	143.029
	<b>212.609</b>	<b>204.915</b>
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	326.804	2.176.516
Operações fora de bolsa a liquidar	-	2.445.388
Operações activas a regularizar	103.382	734.400
	<b>430.187</b>	<b>5.356.304</b>
	<b>3.982.892</b>	<b>6.844.824</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



## 17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Recursos do Banco de Portugal	29.000.000	141.000.000
Juros a pagar	-	6.232
	<b>29.000.000</b>	<b>141.006.232</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até três meses	14.000.000	101.000.000
De três meses a um ano	-	40.000.000
Superior a um ano	15.000.000	-
	<b>29.000.000</b>	<b>141.000.000</b>

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 25).

## 18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados (Nota 6) e apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Swaps de taxa de juro	431.579	53.354
Opções	1.047.325	253.108
	<b>1.478.904</b>	<b>306.462</b>

## 19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é composta por depósitos a prazo e outros recursos de instituições de crédito nacionais e ascende a 988.912 Euros e 1.486.255 Euros, respectivamente.



## 20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>À vista:</i>		
- Depósitos à ordem	101.770.689	68.349.247
<i>A prazo:</i>		
- Depósitos a prazo	223.978.567	248.867.533
- Depósitos estruturados	32.431.539	29.331.637
	<b>256.410.105</b>	<b>278.199.170</b>
	<b>358.180.794</b>	<b>346.548.417</b>
<i>Encargos a pagar:</i>		
- Juros de recursos de clientes	1.612.905	3.526.001
	<b>359.793.699</b>	<b>350.074.418</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2016	2015
Até três meses	68.873.091	83.768.277
De três meses a um ano	160.801.451	172.325.167
De um a cinco anos	26.735.563	22.105.726
	<b>256.410.105</b>	<b>278.199.1707</b>

## 21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Títulos de dívida - Clientes	97.270	444.998
Juros a pagar	2.106	4.941
	<b>99.376</b>	<b>449.939</b>

## 22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica corresponde ao passivo financeiro originado pelos fundos recebidos no âmbito das operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco, deduzidos da imparidade constituída para os créditos subjacentes às operações de securitização (Notas 9 e 23).





## 23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016				
	Saldos em 31-12-2015	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2016
<i>Provisões:</i>					
- Outros riscos e encargos	500.000	(500.000)	-	-	-
	<b>500.000</b>	<b>(500.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<i>Imparidade crédito</i>					
- Crédito a clientes não titulado (Nota 9)	31.621.794	366.334	(3.575.402)	-	28.412.726
- Imparidade para crédito titulado (Nota 9)	773.307	(190.621)	(228.890)	-	353.796
	<b>32.395.101</b>	<b>175.713</b>	<b>(3.804.292)</b>	<b>-</b>	<b>28.766.522</b>
<i>Imparidade para outros activos financeiros:</i>					
- Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda					
- AR Finance (Nota 7)	3.204.068	(1.571.261)	-	2.161.866	3.794.673
- Imparidade para outros activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	5.598.233	512.702	(499.327)	3.516	5.615.124
- Imparidade para investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	2.230.831	-	(2.230.831)	-	-
	<b>11.033.132</b>	<b>(1.058.559)</b>	<b>(2.730.158)</b>	<b>2.165.382</b>	<b>9.409.797</b>
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	9.025.147	386.409	(2.258.884)	-	7.152.672
	<b>9.025.147</b>	<b>386.409</b>	<b>(2.258.884)</b>	<b>-</b>	<b>7.152.672</b>
	<b>52.953.380</b>	<b>(996.437)</b>	<b>(8.793.334)</b>	<b>2.165.382</b>	<b>45.328.991</b>



	2015 (reexpresso)				
	Saldos em 31-12-2014	Dotações líquidas	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2015
<i>Provisões:</i>					
- Outros riscos e encargos	500.000	-	-	-	500.000
	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500.000</b>
<i>Imparidade crédito</i>					
- Crédito a clientes não titulado	31.534.257	87.537	-	-	31.621.794
- Imparidade para crédito titulado (Nota 9)	789.780	313.268	(329.741)	-	773.307
	<b>32.324.037</b>	<b>400.805</b>	<b>(329.741)</b>	<b>-</b>	<b>32.395.101</b>
<i>Imparidade para outros activos financeiros:</i>					
- Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda - AR Finance (Nota 7)	3.398.613	-	-	(194.545)	3.204.068
- Imparidade para outros activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	5.317.457	1.711.872	(1.000.000)	(431.096)	5.598.233
- Imparidade para investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	-	2.230.831	-	-	2.230.831
	<b>8.716.070</b>	<b>3.942.703</b>	<b>(1.000.000)</b>	<b>(625.641)</b>	<b>11.033.132</b>
<i>Imparidade de outros activos:</i>					
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	9.129.228	650.908	(486.575)	(268.414)	9.025.147
- Outros activos	-	245.943	(245.943)	-	-
	<b>9.129.228</b>	<b>896.851</b>	<b>(732.518)</b>	<b>(268.414)</b>	<b>9.025.147</b>
	<b>50.669.335</b>	<b>5.240.359</b>	<b>(2.062.259)</b>	<b>(894.055)</b>	<b>52.953.380</b>

No exercício de 2016, o Banco afectou à imparidade o valor de 2.631.397 Euros de rendimentos recebidos do veículo de securitização AR Finance 1 plc, sendo apresentada na coluna "transferências". Adicionalmente, esta coluna reflecte uma redução de 469.531 Euros relativa à imparidade para os activos associados aos veículos de securitização por contrapartida do correspondente passivo (Notas 9 e 22). No exercício de 2015, as transferências correspondem à reversão de imparidade para os activos associados aos veículos de securitização cuja contrapartida é uma dedução ao correspondente passivo (Notas 9 e 22).



## 24. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	1.252.664	129.492
Sector Público Administrativo:		
- Retenção de impostos na fonte	494.274	448.110
- IVA a pagar	188.870	162.784
- Contribuições para a Segurança Social	155.334	109.787
- Cobranças por conta de terceiros	1.818	3.267
Credores diversos:		
- Outros credores	6.428.170	7.826.130
	<b>8.521.127</b>	<b>8.679.570</b>
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal:		
- Férias e subsídio de férias	766.337	646.540
Por gastos gerais administrativos	67.076	46.290
Outros	90.000	90.000
	<b>923.413</b>	<b>782.830</b>
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	812.719	593.016
Operações fora de bolsa a liquidar	-	1.020.094
Outras operações a regularizar	1.488.389	2.429.108
	<b>2.301.108</b>	<b>4.042.218</b>
	<b>11.745.650</b>	<b>13.504.618</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Credores diversos” inclui 5.117.635 Euros e 7.370.994 Euros, respectivamente, a pagar ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1, correspondentes a (i) responsabilidades do Banco decorrentes de créditos e outros encargos vencidos e (ii) receitas provenientes dos créditos cedidos, já recebidas pelo Banco e ainda não entregues a esta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

## 25. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avals prestados	3.660.674	3.996.545
Activos dados em garantia	96.401.140	208.562.483
	<b>100.061.815</b>	<b>212.559.028</b>
<i>Compromissos perante terceiros</i>		
Responsabilidade por prestação de serviços		
- Depósito e Guarda de valores		
Clientes	173.864.516	171.178.605
Fundos	17.132.230	12.766.392
- Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	1.304.636	1.555.050
Crédito hipotecário	4.158.284	4.775.696
Leasing imobiliário	7.035.628	9.499.297
- Outros valores		
Gestão de carteiras	4.367.998	4.638.439
	<b>207.863.291</b>	<b>204.413.479</b>
	<b>307.925.106</b>	<b>416.972.507</b>

A rubrica “Activos dados em garantia” diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a totalidade desta rubrica corresponde a títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

### *Fundo de Resolução*

#### *BES / Novo Banco*

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900 milhões de Euros a realizar pelo Fundo de Resolução nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução apenas detinha recursos próprios de aproximadamente 377 milhões de Euros, a subscrição de capital foi efectuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900 milhões de Euros do Estado Português; e
- 700 milhões de Euros de oito instituições participantes no Fundo (não incluindo o Banco).

Em 15 de Setembro de 2015 o Banco de Portugal anunciou a interrupção do processo de venda da participação do Fundo de Resolução do Novo Banco, sem aceitar qualquer das propostas recebidas.

Em 29 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal aprovou um conjunto de decisões que completaram a medida de resolução aplicada ao BES, incluindo a retransmissão para o BES da responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais, com valor nominal de 1.941 milhões de Euros. Foi ainda clarificado que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.



Em 2016, o Banco de Portugal retomou o processo de venda, definindo os termos da venda. As propostas foram apresentadas até Novembro de 2016, entrando o Banco de Portugal posteriormente em negociações individuais com os potenciais investidores. Em Fevereiro de 2017, o Banco de Portugal anunciou que entrou em fase definitiva de negociações com a Lone Star.

Em 31 de Março de 2017, o Banco de Portugal efectuou um comunicado sobre o processo de venda do Novo Banco, em que refere o seguinte:

“O Banco de Portugal seleccionou hoje a Lone Star para concluir a operação de venda do Novo Banco tendo o Fundo de Resolução assinado os documentos contratuais da operação.

Nos termos do acordo, a Lone Star irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de Euros 1.000 milhões, dos quais Euros 750 milhões no momento da conclusão da operação e Euros 250 milhões no prazo de até 3 anos.

Por via da injeção de capital a realizar, a Lone Star passará a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução manterá 25% do capital.

As condições acordadas incluem ainda a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, se compromete a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: i) o desempenho de um conjunto delimitado de ativos do Novo Banco e ii) com a evolução dos níveis de capitalização do banco.

As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente beneficiam de uma almofada de capital resultante da injeção a realizar nos termos da operação e estão sujeitas a um limite máximo absoluto.

As condições acordadas preveem também mecanismos de salvaguarda dos interesses do Fundo de Resolução, de alinhamento de incentivos e de fiscalização, não obstante as limitações decorrentes da aplicação das regras de auxílios de Estado.

A conclusão da operação de venda encontra-se dependente da obtenção das usuais autorizações regulatórias (incluindo por parte do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia) e ainda da realização de um exercício de gestão de passivos, sujeito a adesão dos obrigacionistas, que irá abranger as obrigações não subordinadas do Novo Banco e que, através da oferta de novas obrigações, permita gerar pelo menos Euros 500 milhões de fundos próprios elegíveis para o cômputo do rácio CET1.”

#### *Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.*

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 19 de Dezembro de 2015, aplicar ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) uma medida de resolução, no âmbito da qual foi transferida para o Banco Santander Totta a generalidade da actividade do Banif e a maior parte dos seus activos e passivos, com excepção de activos problemáticos que foram transferidos para um veículo de gestão de activos denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como accionista único o Fundo de Resolução. Para o efeito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de euros, as quais foram adquiridas na totalidade pelo Banco Santander Totta, tendo sido para o efeito prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros directamente pelo Estado. O apoio estatal mencionado encontra-se deduzido do montante devido pelo Banco Santander Totta pela aquisição do conjunto de activos, passivos e actividade do ex-Banif. Os 489 milhões de euros assumidos pelo Fundo de Resolução foram financiados através de um contrato mútuo concedido pelo Estado.

#### *Aspectos gerais*

Para reembolsar os empréstimos obtidos e outras responsabilidades que possa vir assumir relativamente às medidas de resolução acima referidas, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das contribuições periódicas e especiais das instituições participantes (incluindo o Banco) e da contribuição sobre o sector bancário. Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições.

No contexto da entrada em vigor do Fundo Único de Resolução (Decreto de Lei n.º 23-A/2015, de 26 de Março), as contribuições periódicas e especiais que são efectuadas destinam-se a possibilitar o cumprimento de obrigações assumidas, ou a assumir, pelo Fundo de Resolução na sequência de medidas de resolução realizadas até 31 de Dezembro de 2014.

Por comunicado público de 28 de Setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de 3.900 milhões de Euros originalmente concedido pelo Estado ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo de Resolução, a extensão da maturidade do empréstimo visava assegurar a sua capacidade para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. No mesmo dia, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou igualmente que aumentos de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao sector bancário nos níveis actuais.



De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de Março de 2017:

- "Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.." Estes empréstimos ascendem a 4.953 milhões de Euros, dos quais 4.253 milhões de Euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de Euros concedidos por um sindicato bancário.
- Aqueles empréstimos têm agora vencimento em Dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias".
- "A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário".
- "As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário".

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, o Banco não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os efeitos no Fundo de Resolução decorrentes da alienação da participação no Novo Banco, S.A. nem dos diversos passivos contingentes assumidos pelo Fundo.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo aos desenvolvimentos recentemente ocorridos no que diz respeito à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efectuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 reflectem a expectativa do Conselho de Administração do Banco de que não serão exigidas às instituições participantes no Fundo de Resolução contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif.

## 26. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	2016			2015		
	Número de acções	Montante	%	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.413.008	47.065.040	79,10%	9.412.008	47.060.040	79,09%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	86.992	434.960	0,73%	87.992	439.960	0,74%
	<b>11.900.000</b>	<b>59.500.000</b>	<b>100%</b>	<b>11.900.000</b>	<b>59.500.000</b>	<b>100%</b>

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

No exercício de 2016, o accionista minoritário do Banco alienou 1.000 acções de valor nominal de 5.000 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,27%.



## 27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Reservas de reavaliação</i>		
- Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	4.975.362	5.083.383
- Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 15)	(1.218.963)	(1.245.429)
	<b>3.756.399</b>	<b>3.837.954</b>
Reserva legal	4.252.765	3.479.128
Reserva livre	7.543.606	7.712.237
Reserva de fusão	574.220	574.221
Outras reservas	154.372	-
Resultados transitados	9.331.529	1.497.977
	<b>21.856.492</b>	<b>13.263.563</b>
Resultados do exercício	10.446.275	9.278.557
	<b>36.059.168</b>	<b>26.380.074</b>

### Reservas de reavaliação

#### *Reservas de justo valor*

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 7), líquidas do correspondente efeito fiscal (Nota 15).

#### *Reserva legal*

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

#### *Reserva livre*

Por deliberação da Assembleia Geral ocorrida no dia 31 de Março de 2015, o Banco distribuiu reservas livres no montante de 840.000 Euros ao accionista Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A., na qualidade de titular das acções preferenciais remíveis, montante este que corresponde a 7% do valor nominal das referidas acções. Em 22 de Julho de 2016 o Banco distribuiu 840.000 Euros como pagamento da remuneração das acções preferências remíveis.

#### *Reserva de fusão*

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

## 28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES



Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de disponibilidades	531	1.502
Juros de aplicações em instituições de crédito	1.897	5.225
Juros de crédito a clientes:		
- Crédito interno	4.111.996	4.407.741
- Crédito ao exterior	25.131	21.391
- Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	2.732.575	2.490.140
- Juros de crédito vencido	1.360.718	1.396.620
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
- Títulos	637.970	895.889
- Instrumentos derivados	449.631	272.108
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Títulos	3.379.112	4.173.732
- Juros de activos titularizados não desreconhecidos	465.777	618.521
- Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.999.460	3.949.291
- Juros de devedores e outras aplicações	631	-
- Outros juros e rendimentos similares	22.604	59.544
Outras comissões recebidas:		
- Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	37.359	-
	<b>17.225.393</b>	<b>18.291.705</b>

## 29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de recursos de bancos centrais	23.937	78.329
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
- No País	-	162
- No Estrangeiro	17.668	23.129
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	3.761.935	5.830.037
Juros de passivos financeiros de negociação		
- Instrumentos financeiros derivados	7.171	65.297
- Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	626.362	670.749
Outras comissões pagas:		
- Comissões pagas associadas ao custo amortizado	44.085	-
	<b>4.481.158</b>	<b>6.667.703</b>

O saldo da rubrica "Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização" corresponde aos juros entregues ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 FTC, no âmbito das operações efectuadas pelo Banco (Nota 9).





### 30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de ações da participada Saldanha Holdings.

### 31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Por garantias prestadas	66.910	52.407
Operações de crédito	-	22.279
<i>Por serviços prestados:</i>		
- Depósito e guarda de valores	894.123	849.003
- Administração valores	229.630	197.585
- Cobrança de valores	84.149	97.961
- Comissão de gestão de créditos	73.136	92.600
- Montagem de operações	30.134	28.822
- Transferência de valores	22.378	20.474
- Outros serviços prestados	287.942	161.930
<i>Por operações realizadas por conta de terceiros:</i>		
- Comissões de corretagem	431.684	552.381
- Outras	41.768	50.797
- Outras comissões recebidas	439.967	-
	<b>2.601.822</b>	<b>2.126.239</b>

A rubrica "Comissão de gestão de créditos" corresponde à remuneração do Banco pela gestão dos créditos cedidos ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 FTC, nos termos do contrato de gestão de créditos celebrados com o fundos.

### 32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Operações de crédito	-	47.419
<i>Por serviços bancários prestados por terceiros:</i>		
Euroclear	197.069	164.787
Comissões bancárias	47.568	45.558
Encargos com futuros por conta clientes	17.185	19.814
Banco de Portugal	229	300
Por operações realizadas por conta de terceiros	95.006	132.556
Comissões de angariação de negócio	4.744	1.796
Outras comissões	21.122	41.584
	<b>382.923</b>	<b>453.814</b>



### 33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
- Obrigações	160.538	393.130
- Acções	(18.005)	149.351
Emitidos por não residentes		
- Obrigações	1.396.655	(174.715)
- Acções	366.824	(190.116)
- Outros instrumentos de capital	-	(123)
	<b>1.906.012</b>	<b>177.527</b>
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
- Swaps		
Divisas	24.355	(23.200)
Swaps de taxa de juro	(354.647)	149.988
- Futuros		
Sobre taxas de juro	137.351	217.164
Sobre cotações	(160.714)	(83.350)
Divisas	240.687	(23.916)
- Opções		
Sobre cotações	(51.651)	99.302
	<b>(164.619)</b>	<b>335.988</b>
	<b>1.741.394</b>	<b>513.515</b>

### 34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
- Outras obrigações	364.040	72.123
De não residentes		
- Emissores públicos estrangeiros	34.863	5.403.829
- Outras obrigações	2.832.923	1.612.533
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
- Acções	(22.952)	(58.156)
De não residentes		
- Acções	311.732	(330.761)
	<b>3.520.605</b>	<b>6.699.568</b>

### 35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.



### 36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	46.812	(2.138.500)
Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	(430.075)	(735.704)
Ouro e metais preciosos	(290.710)	(184.809)
Outros	113.183	47.954
	<b>(560.791)</b>	<b>(3.011.059)</b>

### 37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Outros rendimentos e receitas operacionais:</i>		
- Reembolso de despesas	142.557	120.385
- Rendimentos da prestação de serviços diversos	8.505	5.835
- Outros	681.405	418.709
	<b>832.468</b>	<b>544.929</b>
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
- Contribuição especial sobre o Sector Bancário	312.625	301.210
- Outros impostos indirectos	284.174	156.011
Outros encargos e perdas operacionais:		
- Contribuições para o Fundo de Resolução	146.971	182.666
- Quotizações e donativos	51.303	44.016
- Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	182	11.780
- Outros encargos e gastos operacionais	268.419	97.906
	<b>1.063.675</b>	<b>793.589</b>
Outros resultados de exploração	(231.207)	(248.660)

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
  - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
  - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.



No decorrer do exercício de 2013, o Banco iniciou a sua contribuição para o Fundo de Resolução que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, e que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção correctiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adoptadas pelo Banco de Portugal.

Nos exercícios de 2016 e 2015 o Banco registou uma contribuição periódica de 45.385 Euros e 60.040 Euros, respectivamente.

Nos termos do artigo 153.º-H, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Directiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, e artigo 20.º, do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de Outubro de 2014 ("Regulamento Delegado"), no ano de 2015 foi efectuada a primeira contribuição ex ante para o Fundo Único de Resolução (FUR) no montante de 122.626 Euros. Compete ao Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, proceder à determinação destas contribuições em proporção do perfil de risco das instituições participantes, com base nas informações fornecidas pelas mesmas e na metodologia definida no Regulamento Delegado. Em 2016 a contribuição foi de 101.582 Euros.

### 38. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Salários e vencimentos</i>		
- Órgãos de Gestão e Fiscalização	799.369	717.081
- Empregados	4.423.486	3.613.713
	<b>5.222.854</b>	<b>4.330.794</b>
<i>Encargos sociais obrigatórios</i>		
- Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	1.215.328	937.235
- Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	33.993	23.243
	<b>1.249.321</b>	<b>960.478</b>
<i>Outros custos com pessoal:</i>		
- Outros	228.931	105.245
	<b>6.701.106</b>	<b>5.396.517</b>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2016	2015
Administradores	7	7
Directores e chefias	27	15
Quadros técnicos	150	104
Administrativos	6	5

A evolução registada nos custos com pessoal e no número de colaboradores é essencialmente justificada pelo lançamento da nova actividade de crédito automóvel.



### 39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Com fornecimentos	281.041	231.185
Com serviços	2.672.058	2.441.232
Com serviços especializados	1.571.722	1.367.354
Outros serviços de terceiros	232.727	201.168
	<b>4.757.548</b>	<b>4.240.939</b>

Os honorários do Revisor Oficial de Contas pela revisão legal das contas do Banco e suas subsidiárias referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 ascenderam a 41.925 Euros. No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foram ainda facturados ao Banco serviços adicionais no montante de 68.000 Euros, dos quais 40.500 Euros referem-se a trabalhos decorrentes da função de revisor oficial de contas requeridos por regulamentação das entidades de supervisão.

### 40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades em que o Banco exerça, directa ou indirectamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional (Subsidiárias ou associadas) e entidades que exerçam influência significativa sobre a gestão do Banco, nomeadamente accionistas ou entidades por eles controladas e colaboradores pertencentes aos órgãos sociais:

#### *Subsidiárias ou associadas:*

- AR Finance 1, PLC;
- AR Finance 1 FTC;
- Fundo Tejo;
- Saldanha Holdings Limited; e
- Invest Gestão de Activos.

#### *Accionistas e entidades por estes controladas:*

- ALRISA Sociedade Imobiliária, SA
- Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.;
- Alves Ribeiro, S.A.;
- Amoreiras Center Soc. Imobiliária, SA
- Fundo Inspirar;
- LERIMO, SGPS, S.A.;
- Monvest, SGPS, S.A.;
- Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- MS - Participações, SGPS, S.A.;
- Mundicenter II - Gestão de Espaços Comerciais, S.A.;
- Mundicenter, SGPS, S.A.;
- SOTIF Soc. Invest. Consultoria Técnica, SA;
- SOTIF, SGPS, S.A.;
- US Gestar; e
- VALRI, SGPS, S.A..

#### *Órgãos sociais – membros do conselho de administração:*

- Afonso Ribeiro Pereira de Sousa (Presidente)
- António Miguel R. R. Branco Amaral (Vice-Presidente)
- Francisco Manuel Ribeiro (Vogal)
- Luís Miguel Barradas Ferreira (Vogal)

*Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais*



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2016	2015
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>		
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	1.509.660	1.406.044
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>		
AR Finance 1, Plc	9.921.029	9.921.029
Imparidade AR Finance 1, Plc	(3.794.673)	(1.858.177)
Fundo Tejo	6.186.298	5.738.544
Fundo Inspirar	5.233.000	5.233.000
<i>Crédito a clientes</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	15.097.967	9.927.755
AR Finance 1 FTC	10.927.286	13.789.252
US Gestar	1.070.000	1.122.230
Monvest, SGPS, S.A.	585.452	585.452
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	-	2.070.267
Imparidade Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	-	(2.070.267)
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>		
Invest Gestão de Activos	250.000	250.000
Saldanha Holdings Limited	1.500	1.500
<i>Outros activos</i>		
AR Finance 1 FTC	-	2.275
<i>Recursos de clientes</i>		
VALRI, SGPS, S.A.	6.164.025	6.096.269
Saldanha Finance Limited	5.260.377	10.320.143
SOTIF, SGPS, S.A.	3.799.824	1.780.829
Invest Gestão de Activos	2.137.540	2.024.311
MS - Participações, SGPS, S.A.	1.171.049	565.783
Fundo Tejo	1.107.146	839.906
Fundo Inspirar	136.484	164.077
Saldanha Holdings Limited	135.484	164.029
US Gestar	60.002	2.523
LERIMO, SGPS, S.A.	19.195	140.000
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, S.A.	9.644	2.762
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	1.143	3.250
Mundicenter, SGPS, S.A.	400	4.500.068
Outras	149.174	147.913
<i>Passivos financeiros associados a activos transferidos</i>		
AR Finance 1 FTC	12.498.548	15.830.044
Dedução de provisões do crédito securitizado	(1.571.262)	(2.040.792)
<i>Outros passivos</i>		
AR Finance 1 FTC	5.117.635	7.370.994



### Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2016 e 2015, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2016	2015
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
AR Finance 1, Plc	675.025	741.513
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	191.134	202.502
Monvest - SGPS, SA	15.817	13.078
US Gestar	8.791	10.332
Fundo Tejo	4.342	3.062
Alves Ribeiro Consultoria de Gestão, SA	-	185.145
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	-	7.114
<i>Juros e encargos similares</i>		
AR Finance 1 FTC	675.025	670.749
Invest Gestão de Activos	5.357	1.419
Fundo Tejo	224	3.493
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	-	117.994
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
AR Finance 1 FTC	75.044	92.600
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	835	835
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	384.159	273.916
Invest Gestão de Activos	9.000	9.000

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

### Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2016 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 480.000 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

### Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2016, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.



O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi o seguinte:

Presidente – Afonso Ribeiro Pereira de Sousa	330.000
Vice-Presidente – António Miguel R. R. Branco Amaral	219.800
Vogal – Francisco Manuel Ribeiro	138.546
Vogal – Luís Miguel Barradas Ferreira	123.547

## 41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### *Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pela IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

#### **Risco de crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

#### *Exposição máxima ao risco de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2016		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	7.015.332	-	7.015.332
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.839.502	-	3.839.502
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>			
- Títulos	25.570.167		25.570.167
- Instrumentos financeiros derivados	1.918.521	-	1.918.521
Activos financeiros disponíveis para venda	97.288.256	(7.928.888)	89.359.368
Aplicações em instituições de crédito	5.400.123	-	5.400.123
<i>Crédito a clientes:</i>			
- Crédito não representado por valores mobiliários	171.735.615	(28.572.726)	143.162.889
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	85.224.449	(353.796)	84.870.653
Investimentos detidos até à maturidade	86.496.783	-	86.496.783
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	2.234.990	-	2.234.990
	<b>486.723.739</b>	<b>(36.855.410)</b>	<b>449.868.329</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.660.674	-	3.660.674
	<b>490.384.413</b>	<b>(36.855.410)</b>	<b>453.529.003</b>





	2015 (reexpresso)		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	3.478.016	-	3.478.016
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	3.282.287
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>			
- Títulos	37.328.247	-	37.328.247
- Instrumentos financeiros derivados	1.912.368	-	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	157.082.805	(5.496.176)	151.586.629
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	400.180
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	168.702.330	(31.621.794)	137.080.536
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	110.347.488	(773.307)	109.574.181
Investimentos detidos até à maturidade	102.346.120	(2.230.831)	100.115.289
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	635.803	-	635.803
	<b>585.515.644</b>	<b>(40.122.107)</b>	<b>545.393.537</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Garantias prestadas	3.996.545	-	3.996.545
	<b>589.512.189</b>	<b>(40.122.107)</b>	<b>549.390.082</b>

#### *Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade*

A carteira de crédito do Banco, como resulta da informação contida nas Notas precedentes, revela três grandes grupos homogêneos:

- Um, mais significativo, constituído por operações de financiamento imobiliário à aquisição ou auto-construção, dirigidas ao universo empresarial, com maturidades de longo prazo e tendo como colateral a propriedade jurídica (nas operações de locação financeira imobiliária) ou a hipoteca em primeiro grau (no caso dos mútuos hipotecários) dos imóveis financiados;
- O segundo grupo de créditos, formado por operações de leasing/crédito automóvel, dirigido a um universo empresarial e particular, maturidades de médio prazo, sendo um negócio com potencial de crescimento nos próximos anos;
- Terceiro, menos relevante, formado por operações de financiamento em contas margem, com penhor de carteiras de valores mobiliários, cotação em mercado oficial e liquidez e, ainda, operações de muito curto prazo, com penhor de metais preciosos.

Este terceiro grupo de créditos, pela sua natureza de curto e muito curto prazo, tem uma excelente rotação, permitindo uma rápida revitalização da carteira. A política de monitorização de risco rigorosa e de elegibilidade de colaterais, muito prudente, condicionada à existência de mercado regulado e com fluidez, conduzem a níveis de exposição ao risco bastante reduzidos.

Outro tanto já não se pode, em rigor, concluir em relação ao crédito de natureza imobiliária que, pela sua maturidade de longo prazo, conduz a uma carteira matizada por operações com origem em diferentes períodos de tempo e, por isso, diferentes graus de exposição ao risco.

Assim e se é certo que a política de concessão de novo crédito se adaptou aos sucessivos cenários do enquadramento económico, estando em linha com as políticas prudenciais mais exigentes, em relação à carteira já em curso, o principal desafio colocado ao Banco foi a implementação de meios eficazes de gestão da carteira, nas componentes de monitorização, gestão e avaliação do risco.

Não obstante, o Banco manterá e continuará a reforçar as medidas tendentes à preservação da qualidade e integridade da sua carteira de crédito.

#### *1. Sobre a política de gestão de risco*

Com uma Equipa experiente e com políticas consolidadas em mais de 18 anos de operação, o Banco dispõe de uma bateria de meios que lhe permitem:



- A monitorização, em tempo real, dos sinais de imparidade ou de risco;
- O controlo diário, de situações de incumprimento (total ou parcial) das obrigações contratuais, sejam de natureza pecuniária ou de qualquer outra natureza;
- O ajustamento automático da notação de risco interna;
- A edição automática de alertas dirigidos aos Gestores de Clientes e Direcções de Crédito, de Recuperação e Jurídica;
- A emissão e expedição de notificações relativas a incumprimento, com explicitação da sua origem, data de vencimento, encargos devidos, meios de regularização e consequências do incumprimento, aos Titulares e seus Garantes;
- O registo histórico de todos os eventos, diligências realizadas e seus resultados.

Na gestão do risco de crédito o Banco atende, de acordo com Manual de Procedimentos em vigor,

- à monitorização permanente dos maiores riscos, em termos de valor;
- ao acompanhamento do risco de concentração sectorial, agindo dentro da salvaguarda dos seus legítimos direitos e da integridade das garantias do crédito, no respeito da legislação aplicável, e na procura de caminhos que privilegiem – sempre que possível – soluções negociais e de âmbito extra-judicial.

A aplicação prática de legislações específicas orientadas para a protecção dos Clientes bancários em situação económica difícil, do regime PARI ou PERSI, sempre e quando aplicável, integra os procedimentos regulares do Banco.

## 2. *Política de write-off de créditos:*

Na consideração do risco de perda por incumprimento, o Banco respeita integralmente, no reconhecimento de imparidades, as orientações da carta-circular 02/2014/DSP, do Banco de Portugal.

Contudo, o Banco não entendeu, ainda, implementar uma política de *write-off* do crédito em risco, mantendo o seu registo contabilístico, prosseguindo o ritmo de provisionamento e reconhecimento de imparidades, até que as iniciativas judiciais de recuperação dos valores em dívida, sobre os Titulares e sobre os Garantes, se possam dar por extintas, com certificação judicial da situação.

Desta forma, realça-se que o valor da carteira, o volume das provisões e das imparidades reconhecidas, não têm sido alvo de erosão por prática regular de *write-offs*.

## 3. *Política de reversão de imparidades:*

A reversão de imparidades já reconhecidas sobre a carteira de crédito só ocorre, em situações específicas e fundamentadas de redução do risco potencial de perda, nomeadamente,

- No pagamento total ou parcial dos valores em risco;
- No reforço dos colaterais do crédito;
- Na alteração justificada dos parâmetros de cálculo da imparidade:
  - i) redução da Probabilidade de *Default*, redução da Perda Esperada, no caso de cálculo de imparidade de forma colectiva;
  - ii) aumento do valor de mercado dos colaterais, redução dos custos efectivos de manutenção e/ou realização dos colaterais, redução das taxas de mercado aplicadas na actualização do provável valor de realização dos colaterais, no caso de cálculo de imparidades por análise individual.

## 4. *Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:*

As medidas de reestruturação de crédito são definidas numa base casuística, em função da análise do risco em presença. Suportam-se em dossier de crédito específico a submeter a despacho nos termos de Manual em vigor.

Podem englobar: i) aumento do prazo de reembolso; ii) concessão de um período de carência de capital; iii) diferimento do reembolso de parte do valor financiado para o final do prazo ou, ainda, a iv) capitalização do valor vencido.

Sempre que possível o Banco procura obter reforço das garantias do crédito e/ou o pagamento dos juros vencidos.

O crédito reestruturado é marcado e monitorizado nos termos definidos pelo Banco de Portugal e, resultando de dificuldades do Devedor, as correspondentes imparidades de crédito passam a ser calculadas por análise individual.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:

2016					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	16.608.065	-	29.967	1.285.013	17.923.045
Crédito Imobiliário	31.968.771	261.741	1.071.138	22.716.309	56.017.959
Crédito Mútuo	6.540.834	338.423	60.421	5.361.423	12.301.101
Leasing Imobiliário	48.083.237	2.337.969	968.440	7.346.450	58.736.096
Leasing Mobiliário	469.238	98.992	-	-	568.230
Outros Créditos	3.943.800	1.577.614	1.086.241	2.922.363	9.530.018
Crédito ao Consumo	14.363.266	14.752	-	-	14.378.018
Descobertos em D.O.	2.281.149	-	-	-	2.281.149
	<b>124.258.360</b>	<b>4.629.491</b>	<b>3.216.207</b>	<b>39.631.558</b>	<b>171.735.616</b>

2015 (reexpresso)					
Categoria de risco					
Tipo de contrato	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	Total
Contas Correntes	12.991.827	-	-	5.038.642	18.030.469
Crédito Imobiliário	31.193.031	1.060.123	1.076.612	24.908.682	58.238.448
Crédito Mútuo	6.982.152	1.184	33.466	5.984.637	13.001.439
Leasing Imobiliário	51.798.559	2.733.733	1.425.310	11.996.143	67.953.745
Leasing Mobiliário	488.201	106.432	-	-	594.633
Outros Créditos	2.241.032	1.284.426	999.371	3.313.167	7.837.996
Descobertos em D.O.	3.045.600	-	-	-	3.045.600
	<b>108.740.402</b>	<b>5.185.898</b>	<b>3.534.759</b>	<b>51.241.271</b>	<b>168.702.330</b>

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos, as comissões associadas ao crédito e a imparidade para crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasing imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.
- Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.
- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



A carteira de crédito do Banco mostra-se segmentada em função da sua natureza, características específicas e tipos de colaterais, de acordo com o supra referido.

Assim sendo, são submetidos a processo de avaliação e cálculo por grupos homogéneos e autónomos: i) os créditos de natureza e raiz imobiliária, ii) os créditos em conta margem, garantidos por carteiras de valores mobiliários e, ainda, iii) os créditos garantidos por penhores de metais preciosos.

No processo de cálculo de imparidades, o Banco Invest respeita as determinações do Banco de Portugal contidas na Carta Circular 02/2014/DSP. A definição das exposições a analisar, colectiva e individualmente, respeita os referidos preceitos, sendo de realçar que o Banco submete a análise individual, para além das determinadas pelo Banco de Portugal: i) todas as exposições consideradas relevantes (que, no critério do Banco Invest, envolvem valores em risco superiores a 500.000 Euros); ii) as exposições a alguns sectores em que a concentração de risco é considerada relevante, (mesmo sem incumprimento, sinais de imparidades ou de risco); iii) créditos reestruturados; iv) créditos curados; e, também, v) a eventual exposição a empresas do Grupo ou directa e indirectamente relacionadas.

De salientar que no processo de cálculo de imparidades, são considerados em risco não só os eventuais valores vencidos e não pagos, quando existam, como os valores de capital vincendo e, ainda, os juros corridos mas ainda não vencidos.

Por outro lado, no apuramento do valor de execução dos colaterais – isto é, do provável valor de realização dos créditos – são considerados, tal como determinado pelo Banco de Portugal, os custos inerentes à sua realização. No caso particular dos imóveis, o referido valor de realização, expurgado das prováveis despesas de manutenção e venda, é actualizado à taxa de juro do contrato associado, pelo tempo estimado para a sua recuperação e venda.

Sendo relevantes, na carteira global de crédito do Banco, as garantias de natureza imobiliária, importa realçar que está instituída e em prática efectiva, visando a integridade da garantia, a subordinação dos imóveis a seguros de multi-riscos, com ressalva dos direitos em caso de indemnização, seguros estes que o Banco preventivamente contrata por sua iniciativa, sempre que os contratos de financiamento entram em situação de incumprimento continuado, contencioso ou os imóveis são recuperados em regularização de crédito próprio.

A manutenção dos imóveis recuperados em regularização de crédito próprio é, igualmente, assegurada pelo Banco visando preservar os seus valores de realização.

Há uma prática bem definida de reavaliação regular – por critérios objectivos e independentes – dos colaterais associados a operações de crédito com registo de incumprimento, ou recuperados em regularização de crédito próprio, de forma a garantir que os registos do Banco reflectem, em cada momento, o potencial de realização que lhes está associado.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

A partir de Setembro de 2016 o Banco passou a conceder crédito para aquisição de automóveis. O crédito concedido neste segmento destina-se à aquisição de viaturas novas e usadas, com prazos de financiamento até 120 meses.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating), sendo apresentado da seguinte forma:

2016									
	Ratings								Total
	AA	A	BBB	BB	B	CCC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>									
Ativos financeiros detidos para negociação	-	3.850.985	17.278.144	3.320.374	-	-	-	1.120.665	25.570.167
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.589.985	3.478.847	57.682.517	4.341.715	1.055.179	-	-	21.211.125	89.359.368
Investimentos detidos até à maturidade	-	4.492.362	54.452.312	17.891.561	9.660.547	-	-	-	86.496.783
Outros créditos e valores titulados	1.545.735	18.620.687	24.907.824	36.244.069	3.552.338	-	-	-	84.870.653
	<b>3.135.719</b>	<b>30.442.882</b>	<b>154.320.797</b>	<b>61.797.719</b>	<b>14.268.064</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.331.789</b>	<b>286.296.971</b>

2015 (reexpresso)									
	Ratings								Total
	AA	A	BBB	BB	B	CCC	C	N.R.	
<i>Ativos</i>									
Ativos financeiros detidos para negociação	3.939.944	12.218.424	16.652.027	4.217.296	90.041	-	-	210.517	37.328.247
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.025.854	27.079.524	76.618.300	14.634.517	3.323.536	-	-	23.904.897	151.586.628
Investimentos detidos até à maturidade	-	10.322.793	56.541.530	22.606.907	10.644.058	-	-	-	100.115.289
Outros créditos e valores titulados	599.982	7.244.248	2.440.522	10.542.971	-	-	262	89.290.614	110.118.598
	<b>10.565.780</b>	<b>56.864.989</b>	<b>152.252.379</b>	<b>52.001.691</b>	<b>14.057.635</b>	<b>-</b>	<b>262</b>	<b>113.406.028</b>	<b>399.148.762</b>

*N.R. – Not Rated*

Na preparação desta divulgação, relativamente a 2016 foi considerado o rating interno atribuído pelo Banco. Relativamente a 2015, o rating é atribuído por uma sociedade externa especializada em avaliação de risco.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:

	2016				2015			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Portugal	-	29.469.911	80.680.579	110.150.490	9.604.071	15.138.397	123.910.934	148.653.402
Espanha	517.340	58.151.562	12.116.759	70.785.661	14.412.927	60.273.294	13.366.410	88.052.631
Holanda	523.298	-	40.824.436	41.347.734	3.987.776	-	43.234.657	47.222.433
Itália	9.342.522	5.201.129	3.806.975	18.350.626	14.200.827	5.226.706	5.184.170	24.611.703
Grã-Bretanha	4.114.717	-	7.422.394	11.537.111	10.031.196	-	2.430.296	12.461.492
Irlanda	6.126.355	-	805.453	6.931.809	8.062.852	10.322.793	688.604	19.074.249
E.U.A.	5.431.642	-	557.143	5.988.785	6.011.797	-	1.085.735	7.097.531
Alemanha	4.449.552	-	1.071.288	5.520.841	14.306.934	-	2.002.125	16.309.059
Luxemburgo	-	-	3.252.979	3.252.979	90.041	-	3.042.254	3.132.294
Outros	1.017.091	1.973.098	9.440.749	12.430.938	21.484.522	2.516.560	8.532.887	32.533.968
	<b>31.522.516</b>	<b>94.795.700</b>	<b>159.978.756</b>	<b>286.296.971</b>	<b>102.192.943</b>	<b>93.477.750</b>	<b>203.478.071</b>	<b>399.148.762</b>

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital nem os instrumentos financeiros derivados.

## Risco de liquidez



Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêem regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

### Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2016								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	7.479.406	-	-	-	-	-	-	7.479.406
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.839.502	-	-	-	-	-	-	3.839.502
Activos financeiros detidos para negociação	-	347.191	1.031.860	14.562.984	11.546.653	8.510.706	-	35.999.394
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5.482.230	1.055.179	37.026.923	45.795.036	13.763.732	-	103.123.101
Aplicações em instituições de crédito	-	5.000.000	400.000	-	-	-	123	5.400.123
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.281.150	7.026.215	8.365.681	22.584.762	79.364.826	24.536.301	-	144.158.934
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	18.326.641	9.608.365	35.114.338	21.821.311	-	-	84.870.654
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	22.547.808	63.948.975	-	-	86.496.783
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	2.196.890	-	2.234.990
	13.600.058	36.182.277	20.461.084	131.836.814	222.514.901	49.007.629	123	473.602.888
Passivo								
Recursos de Bancos Centrais	-	15.000.000	-	14.000.000	-	-	-	29.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação	-	154.968	384.152	939.263	521	-	-	1.478.904
Recursos de outras instituições de crédito	988.912	-	-	-	-	-	-	988.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	101.770.689	68.873.091	160.801.451	26.735.563	-	-	1.612.905	359.793.699
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	97.270	-	-	-	2.106	99.376
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	105.804	526.966	4.039.726	6.254.790	-	-	10.927.286
	102.759.601	84.133.863	161.809.839	45.714.552	6.255.311	-	1.615.011	402.288.178
Gap de liquidez	(89.159.543)	(47.951.585)	(141.348.755)	86.122.263	216.259.590	49.007.629	(1.614.888)	71.314.710



2015 (reexpresso)								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	-	-	-	-	-	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação	-	938.023	307.545	27.801.288	10.193.754	5.480.048	-	44.720.658
Activos financeiros disponíveis para venda	-	157.500	7.456.024	85.228.179	60.603.103	13.615.775	-	167.060.581
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	-	400.180
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.600	8.050.815	5.983.753	10.409.591	82.283.934	27.306.843	276.414	137.356.950
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	39.888.835	6.304.986	46.973.049	16.407.311	-	-	109.574.181
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.922	70.160.574	-	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	597.703	-	635.803
	<b>10.197.668</b>	<b>49.035.173</b>	<b>30.775.101</b>	<b>190.044.028</b>	<b>239.686.776</b>	<b>47.000.549</b>	<b>276.414</b>	<b>567.015.710</b>
<i>Passivo</i>								
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	-	60.820	114.456	131.186	-	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.349.247	83.768.277	172.325.167	22.056.471	49.254	-	3.526.002	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	97.728	250.000	97.270	-	-	4.941	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	45.720	252.890	5.767.706	7.438.302	-	-	13.504.618
	<b>69.835.502</b>	<b>184.972.545</b>	<b>212.942.513</b>	<b>28.052.633</b>	<b>7.487.556</b>	<b>-</b>	<b>3.537.174</b>	<b>506.827.924</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(59.637.834)</b>	<b>(135.937.372)</b>	<b>(182.167.412)</b>	<b>161.991.395</b>	<b>232.199.220</b>	<b>47.000.549</b>	<b>(3.260.760)</b>	<b>60.187.786</b>

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O *Gap* de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este *Gap*, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

Depois de um crescimento assinalável dos depósitos em 2015 (aumento de 17% relativamente ao final de 2014), em 2016 a base de depósitos do Banco voltou a crescer, ainda que a um ritmo inferior (4% em relação a Dezembro de 2015).

O *Gap* de liquidez de curto prazo está associado ao financiamento da carteira de obrigações do Banco. O valor total da carteira de títulos é superior ao *Gap* de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido *Gap*, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições bancárias.

#### *Risco de mercado*

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.



Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

#### *Risco cambial*

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares norte-americanos e libras têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2016 Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	7.479.406	-	-	-	7.479.406
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.966.112	346.249	556.306	(29.164)	3.839.502
Activos financeiros detidos para negociação	32.860.354	1.572.930	1.398.743	167.368	35.999.394
Activos financeiros disponíveis para venda	102.565.352	557.748	-	-	103.123.100
Aplicações em instituições de crédito	5.400.123	-	-	-	5.400.123
Crédito a clientes	229.131.385	(259.511)	-	157.714	229.029.588
Investimentos detidos até à maturidade	72.836.233	9.660.547	4.000.003	-	86.496.783
Devedores e outras aplicações	1.179.206	790.027	53.447	212.310	2.234.990
	<b>454.418.171</b>	<b>12.667.990</b>	<b>6.008.498</b>	<b>508.228</b>	<b>473.602.887</b>
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	29.000.000	-	-	-	29.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação	1.466.581	12.324	-	-	1.478.904
Recursos de outras instituições de crédito	887.270	101.642	-	-	988.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	349.441.088	10.230.551	114.986	7.073	359.793.699
Responsabilidades representadas por títulos	99.376	-	-	-	99.376
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.927.286	-	-	-	10.927.286
	<b>391.821.600</b>	<b>10.344.517</b>	<b>114.986</b>	<b>7.073</b>	<b>402.288.178</b>
<b>Exposição líquida (Posição Cambial)</b>	<b>62.596.571</b>	<b>2.323.473</b>	<b>5.893.512</b>	<b>501.155</b>	<b>71.314.710</b>





	2015 (reexpresso)				
	Moeda				
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.643.971	760.004	429.524	448.788	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação	41.059.197	2.192.960	1.137.136	331.365	44.720.658
Activos financeiros disponíveis para venda	167.044.552	16.028	-	-	167.060.580
Aplicações em instituições de crédito	400.180	-	-	-	400.180
Crédito a clientes	246.718.659	212.472	-	-	246.931.131
Investimentos detidos até à maturidade	85.954.121	9.357.255	4.803.913	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	534.008	40.953	37.768	23.073	635.803
	<b>547.224.468</b>	<b>12.579.672</b>	<b>6.408.342</b>	<b>803.226</b>	<b>567.015.708</b>
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	141.006.232	-	-	-	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação	305.755	707	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.366.807	119.448	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	339.730.917	10.231.347	111.392	762	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	449.939	-	-	-	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	13.504.618	-	-	-	13.504.618
	<b>496.364.268</b>	<b>10.351.502</b>	<b>111.392</b>	<b>762</b>	<b>506.827.924</b>
<b>Exposição líquida (Posição Cambial)</b>	<b>50.860.200</b>	<b>2.228.170</b>	<b>6.296.950</b>	<b>802.464</b>	<b>60.187.785</b>

O Banco considera que o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado das principais moedas a que o Banco se encontra exposto não teria um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

#### *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral do Banco e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:



	2016			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	464.074	-	7.015.332	7.479.406
Disponibilidades em outras instituições de crédito	841.218	-	2.998.285	3.839.502
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	8.510.706	20.121.911	5.448.257	34.080.874
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.918.521	1.918.521
Activos financeiros disponíveis para venda	13.763.732	86.600.927	2.758.441	103.123.100
Aplicações em instituições de crédito	-	-	5.400.123	5.400.123
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	144.158.934	144.158.934
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	32.840.157	52.030.497	84.870.654
Investimentos detidos até à maturidade	-	86.496.783	-	86.496.783
Devedores e outras aplicações	-	-	2.234.990	2.234.990
	<b>23.579.729</b>	<b>226.059.778</b>	<b>223.963.381</b>	<b>473.602.887</b>
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	29.000.000	29.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.478.904	1.478.904
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	988.912	988.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	26.735.563	333.058.136	359.793.699
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	99.376	99.376
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	10.927.286	10.927.286
	-	<b>26.735.563</b>	<b>375.552.615</b>	<b>402.288.177</b>
	<b>23.579.729</b>	<b>199.324.215</b>	<b>(151.589.234)</b>	<b>71.314.710</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor notional)				
- Swaps	-	-	140.066.531	140.066.531
- Opções	40.434.536	-	-	40.434.536
- Futuros	4.798.236	-	90.009.255	94.807.491
	<b>45.232.772</b>	-	<b>230.075.786</b>	<b>275.308.557</b>



2015 (reexpresso)				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	391.764	-	3.478.016	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	586.969	-	2.695.318	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	5.480.048	20.223.411	17.104.831	42.808.290
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.912.368	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	13.615.775	112.694.165	40.750.641	167.060.581
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.180	400.180
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	137.356.950	137.356.950
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	54.353.917	55.220.263	109.574.180
Investimentos detidos até à maturidade	-	89.792.496	10.322.793	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	635.803	635.803
	<b>20.074.556</b>	<b>277.063.990</b>	<b>269.877.163</b>	<b>567.015.709</b>
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	141.006.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	306.462	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.486.255	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	22.105.725	327.968.692	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	449.939	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	13.504.618	13.504.618
	-	<b>22.105.725</b>	<b>484.722.198</b>	<b>506.827.923</b>
	<b>20.074.556</b>	<b>254.958.265</b>	<b>(214.845.035)</b>	<b>60.187.786</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	120.301.408	120.301.408
- Opções	30.174.311	-	-	30.174.311
- Futuros	5.766.123	-	118.379.189	124.145.312
	<b>35.940.434</b>	-	<b>238.680.597</b>	<b>274.621.031</b>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, incluindo os *swaps* cuja remuneração esteja indexada ao comportamento de determinados activos subjacentes (acções, índices bolsistas, entre outros).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:



2016							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	7.479.406	-	-	-	-	-	7.479.406
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.839.502	-	-	-	-	-	3.839.502
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	8.510.706	5.560.756	-	11.083.937	8.925.475	-	34.080.874
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.273.273	-	645.248	-	-	1.918.521
Activos financeiros disponíveis para venda	13.763.732	8.005.671	1.055.179	34.503.482	45.795.035	-	103.123.100
Aplicações em instituições de crédito	-	5.000.000	400.000	-	-	123	5.400.123
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.281.150	80.219.373	37.409.952	-	-	24.248.459	144.158.934
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	46.721.807	23.631.527	4.992.700	9.524.620	-	84.870.654
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	22.547.808	63.948.975	-	86.496.783
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	2.196.890	2.234.990
	<b>35.874.496</b>	<b>146.780.880</b>	<b>62.496.658</b>	<b>73.773.175</b>	<b>128.232.206</b>	<b>26.445.472</b>	<b>473.602.887</b>
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	14.000.000	-	15.000.000	-	-	29.000.000
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.478.904	-	-	-	-	1.478.904
Recursos de outras instituições de crédito	988.912	-	-	-	-	-	988.912
Recursos de clientes e outros empréstimos	101.770.689	68.873.091	160.801.451	26.735.563	-	1.612.905	359.793.699
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	97.270	-	-	2.106	99.376
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	9.594.007	1.333.279	-	-	-	10.927.286
	<b>102.759.601</b>	<b>93.946.002</b>	<b>162.232.000</b>	<b>41.735.563</b>	<b>-</b>	<b>1.615.011</b>	<b>402.288.177</b>
	<b>(66.885.105)</b>	<b>52.834.878</b>	<b>(99.735.342)</b>	<b>32.037.612</b>	<b>128.232.206</b>	<b>24.830.461</b>	<b>71.314.710</b>
2015 (reexpresso)							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.869.780	-	-	-	-	-	3.869.780
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.282.287	-	-	-	-	-	3.282.287
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	5.480.048	17.214.318	50.517	10.949.532	9.113.875	-	42.808.290
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.030.972	236.148	645.248	-	-	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	13.615.775	31.842.490	7.207.474	53.791.739	60.603.103	-	167.060.581
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.000	-	-	180	400.180
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	3.045.600	92.089.234	14.915.273	-	-	27.306.843	137.356.950
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	52.465.809	42.507.450	10.226.243	4.374.679	-	109.574.181
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.322.793	19.631.922	70.160.574	-	100.115.289
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	597.703	635.803
	<b>29.293.490</b>	<b>194.642.823</b>	<b>75.639.654</b>	<b>95.244.684</b>	<b>144.290.332</b>	<b>27.904.726</b>	<b>567.015.710</b>
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	101.000.000	40.000.000	-	-	6.232	141.006.232
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	59.489	115.787	131.186	-	-	306.462
Recursos de outras instituições de crédito	1.486.255	-	-	-	-	-	1.486.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.349.247	83.768.277	172.325.167	22.056.471	49.254	3.526.002	350.074.418
Responsabilidades representadas por títulos	-	97.728	250.000	97.270	-	4.941	449.939
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	12.725.213	779.405	-	-	-	13.504.618
	<b>69.835.502</b>	<b>197.650.707</b>	<b>213.470.359</b>	<b>22.284.927</b>	<b>49.254</b>	<b>3.537.175</b>	<b>506.827.923</b>
	<b>(40.542.012)</b>	<b>(3.007.883)</b>	<b>(137.830.705)</b>	<b>72.959.757</b>	<b>144.241.078</b>	<b>24.367.551</b>	<b>60.187.786</b>

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e ainda crédito vencido.



O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

### Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “*cash-flows*”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos spreads em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.

De qualquer forma, atendendo a que os spreads actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um spread adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 4.863.732 Euros (5.851.228 Euros em 31 de Dezembro de 2015).

De realçar que nesta análise não foram incluídas operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do Grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
  - Preços de um mercado activo;
  - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
  - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
    - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
    - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
  - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente; ou
  - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:



2016						
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	8.278.355	25.570.167	232.352	34.080.874	34.080.874
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.918.521	-	1.918.521	1.918.521
Activos financeiros disponíveis para venda	6.126.356	812.801	83.233.013	12.950.931	103.123.101	103.123.101
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	98.305.584	-	98.305.584	86.496.783
Créditos a clientes - títulos de dívida	17.947.418	-	66.923.235	-	84.870.653	84.870.654
	24.073.774	9.091.156	275.950.519	13.183.283	322.298.732	310.489.933
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.478.904	-	1.478.904	1.478.904
2015						
	Ativos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	5.743.277	37.058.246	6.767	42.808.290	42.808.290
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.912.368	-	-	1.912.368	1.912.368
Activos financeiros disponíveis para venda	9.921.029	865.274	143.485.925	12.788.353	167.060.581	167.060.581
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	108.317.117	-	108.317.117	100.115.289
Créditos a clientes - títulos de dívida	39.524.463	-	70.281.264	2.551	109.808.278	109.574.181
	49.445.492	8.520.919	359.142.552	12.797.671	429.906.634	421.470.709
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	306.462	-	306.462	306.462

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – Outros" (Nível 3). Adicionalmente, os activos e passivos financeiros são classificados no Nível 3 caso se entenda que uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:
  - Acções não cotadas, obrigações e instrumentos financeiros derivados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar; e
  - Obrigações valorizadas através de bids indicativos divulgados por terceiros, baseados em modelos teóricos;
  - Fundos de Investimento Imobiliário Fechados valorizados com base no valor patrimonial divulgado pela respectiva Sociedade Gestora;
  - Instrumentos financeiros derivados não valorizados pelo mercado.



Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Os investimentos em papel comercial, de curto prazo, registados na carteira de negociação encontram-se valorizados ao custo amortizado, o qual não difere significativamente do justo valor.

## 42. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	<b>323.287.232</b>	<b>182.752.165</b>	<b>(182.752.165)</b>	<b>323.287.232</b>



Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

2016			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2016	Justo Valor em 31-12-2016
Crédito a clientes - títulos de dívida	356.846	357.600	328.977
	<b>356.846</b>	<b>357.600</b>	<b>328.977</b>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.808	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2015	12.585.879	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2016	1.029.264	n.a.	n.a.
	<b>182.752.165</b>	<b>357.600</b>	<b>328.977</b>

2015			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2015	Justo Valor em 31-12-2015
Activos financeiros disponíveis para venda	775.141	1.204.721	1.204.721
Crédito a clientes - títulos de dívida	610.969	612.159	367.546
	<b>1.386.110</b>	<b>1.816.880</b>	<b>1.572.268</b>
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2012	13.574.736	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2013	23.660.808	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2014	17.089.211	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2015	12.585.879	n.a.	n.a.
	<b>182.752.165</b>	<b>1.816.880</b>	<b>1.572.268</b>

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.





Após a data de reclassificação realizada com referência a 1 de Julho de 2008, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2016 e 2015, apresentam o seguinte detalhe:

2016					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.065.439)	(1.039.500)	-	(31.189)	45.726
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	408.531	-	-	-
	<b>(1.065.439)</b>	<b>(630.969)</b>	<b>-</b>	<b>(31.189)</b>	<b>45.726</b>

2015					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(834.230)	(643.597)	198.371	173.751	99.236
Crédito a clientes - títulos de dívida	(44.267)	-	(44.267)	-	6.544
	<b>(878.497)</b>	<b>(643.597)</b>	<b>154.104</b>	<b>173.751</b>	<b>105.780</b>

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

### 43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 22,8% e 13,5%, respectivamente.

#### 44. ALTERAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO TAL COMO ADOPTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA



As demonstrações financeiras individuais do Banco até 31 de Dezembro de 2015, inclusive, eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal. A partir de 1 de Janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso n.º 5/2015, de 30 de Dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2006.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal. Deste modo, o Banco aplicou retrospectivamente a nova política nas suas demonstrações financeiras (reexpressão), com referência ao primeiro período comparativo apresentado, ou seja, 1 de Janeiro de 2015.

Neste sentido, o Balanço Individual em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015 e as Demonstrações Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015 apresentadas em anexo foram reexpressos, tendo o impacto desta reexpressão consistido num aumento dos capitais próprios individuais do Banco em 1 de Janeiro de 2015 no montante de 7.086.517 Euros, num aumento do resultado líquido individual de 2015 em 1.542.194 Euros e num aumento dos capitais próprios individuais em 31 de Dezembro de 2015 de 8.628.711 Euros. Estes impactos são apresentados nos quadros seguintes (débitos/(créditos)):

	31 de Dezembro de 2014	Reexpressão	1 de Janeiro de 2015
<i>Activo</i>			
Crédito a clientes	178.129.831	7.403.673	185.533.504
Activos financeiros detidos para negociação	58.984.241	39.681	59.023.922
Activos financeiros disponíveis para venda	275.688.965	(1.163.277)	274.525.688
Activos por impostos diferidos	9.659.910	(2.045.864)	7.614.046
Rubricas de activo sem reexpressões	123.593.519	-	123.593.519
	<b>646.056.466</b>	<b>4.234.213</b>	<b>650.290.679</b>
<i>Passivo</i>			
Provisões	(2.189.027)	1.689.027	(500.000)
Passivos financeiros por activos transferidos	(19.395.885)	1.163.277	(18.232.608)
Rubricas de passivo sem reexpressões	(547.945.133)	-	(547.945.133)
	<b>(569.530.045)</b>	<b>2.852.304</b>	<b>(566.677.741)</b>
<i>Capital próprio</i>			
Outras reservas e resultados transitados	10.372.604	(7.086.517)	3.286.087
Rubricas de capital próprio sem reexpressões	(86.899.025)	-	(86.899.025)
	<b>(76.526.421)</b>	<b>(7.086.517)</b>	<b>(83.612.938)</b>
	<b>(646.056.466)</b>	<b>(4.234.213)</b>	<b>(650.290.679)</b>



	31 de Dezembro de 2015	Reexpressão	31 de Dezembro de 2015 (reexpresso)
<i>Activo</i>			
Crédito a clientes	237.845.739	9.085.391	246.931.130
Activos financeiros detidos para negociação	44.669.608	51.050	44.720.658
Activos financeiros disponíveis para venda	165.202.404	(1.345.891)	163.856.513
Activos por impostos diferidos	11.703.914	(2.802.711)	8.901.203
Rubricas de activo sem reexpressões	143.833.175	-	143.833.175
	<b>603.254.840</b>	<b>4.987.839</b>	<b>608.242.679</b>
<i>Passivo</i>			
Provisões	(2.794.981)	2.294.981	(500.000)
Passivos financeiros por activos transferidos	(15.135.143)	1.345.891	(13.789.252)
Rubricas de passivo sem reexpressões	(508.073.353)	-	(508.073.353)
	<b>(526.003.477)</b>	<b>3.640.872</b>	<b>(522.362.605)</b>
<i>Capital próprio</i>			
Outras reservas e resultados transitados	(6.177.046)	(7.086.517)	(13.263.563)
Resultado do exercício	(7.736.363)	(1.542.194)	(9.278.557)
Rubricas de capital próprio sem reexpressões	(63.337.954)	-	(63.337.954)
	<b>(77.251.363)</b>	<b>(8.628.711)</b>	<b>(85.880.074)</b>
	<b>(448.752.114)</b>	<b>(4.987.839)</b>	<b>(608.242.679)</b>

	Situação líquida 1 de Janeiro de 2015	Outras variações 2015	Resultado líquido 2015	Situação líquida 31 de Dezembro de 2015
Valor anteriormente reportado (NCAs)	76.526.421	(7.011.421)	7.736.363	77.251.363
Impacto da transição para IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia:				
- Imparidade para crédito	9.092.700	-	2.287.672	11.380.372
- Anulação da provisão para risco país em activos financeiros detidos para negociação	39.681	-	11.369	51.050
- Impostos diferidos	(2.045.864)	-	(756.847)	(2.802.711)
	<b>7.086.517</b>	<b>-</b>	<b>1.542.194</b>	<b>8.628.711</b>
Saldos em IFRS tal como adoptados pela União Europeia (saldos reexpressos):	83.612.938	(7.011.421)	9.278.557	85.880.074



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Invest, S.A. (Banco), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 511.838.017 euros e um total de capital próprio de 95.559.166 euros, incluindo um resultado líquido de 10.446.275 euros), as demonstrações individuais dos resultados, dos resultados e outro rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira individual do Banco Invest, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa individuais relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (IFRS).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

As demonstrações financeiras individuais do Banco até 31 de dezembro de 2015, inclusive, eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal. A partir de 1 de janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (IFRS), as quais já eram utilizadas na preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas desde 2006. Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga passou a estar sujeita à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para riscos específicos, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal. Consequentemente, o Banco procedeu à aplicação retrospectiva da nova política nas suas demonstrações financeiras individuais (reexpressão), com referência ao início do primeiro período comparativo apresentado, ou seja, 1 de janeiro de 2015. Neste sentido, o balanço individual em 1 de janeiro e em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações individuais dos resultados, dos resultados e outro rendimento integral e de alterações nos capitais próprios do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados em anexo foram reexpressos, tendo o respetivo impacto líquido do efeito fiscal consistido num aumento dos capitais próprios individuais do Banco em 1 de janeiro de 2015 no montante de 7.086.517 euros, num aumento do resultado líquido individual do exercício de 2015 em 1.542.194 euros, e num aumento dos capitais próprios individuais em 31 de dezembro de 2015 de 8.628.711 euros (Nota 44).

A nossa opinião não é modificada relativamente a esta matéria.



## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><i>Imparidade para crédito concedido (Notas 2.3 d), 2.15, 9 e 41)</i></p> <p>As perdas acumuladas por imparidade para crédito a clientes registadas pelo Banco em 31 de dezembro de 2016 (excluindo títulos de dívida) ascendem a 28.412.726 euros.</p> <p>O Banco determina as perdas por imparidade para o crédito concedido de acordo com as metodologias descritas nas Notas 2.3 d) e 41 do Anexo às demonstrações financeiras individuais. Face às características da carteira de crédito do Banco e à metodologia de determinação de imparidade que utiliza, uma parte muito significativa dos clientes é objeto de análise individual de imparidade (cerca de 69% do saldo bruto total em 31 de dezembro de 2016), incluindo os clientes com operações vencidas há mais de 90 dias ou outros indícios de risco descritos na Nota 41.</p> <p>A determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco essencialmente com base nas garantias associadas às operações em questão.</p> <p>A imparidade para crédito concedido é subjetiva por natureza e representa uma estimativa material efetuada pelo órgão de gestão. Por esse motivo a imparidade para o crédito concedido apurada de forma individual foi definida como sendo uma matéria relevante de auditoria.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos procedimentos de controlo interno relevantes implementados pelo Banco ao nível do processo de quantificação de perdas por imparidade para o crédito concedido através de análise individual.</li> <li>• Revisão do cumprimento dos critérios de seleção para análise individual definidos pelo Banco.</li> <li>• Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual pelo Banco. Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da imparidade registada nas demonstrações financeiras individuais, com base na revisão dos principais julgamentos efetuados pelo Banco sobre as perspetivas de cobrabilidade para cada cliente, tendo em consideração a valorização dos colaterais dados em garantia do crédito concedido, bem como a metodologia e pressupostos definidos pelo Banco para determinação da imparidade individual.</li> </ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda (Notas 2.4, 2.15 e 11)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2016 o valor líquido contabilístico da rubrica "Activos não correntes detidos para venda" ascende a 23.814.910 euros.</p> <p>Esta rubrica é constituída por imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido, que se encontram valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos respetivos custos de venda estimados, conforme previsto no IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.</p> <p>O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes, as quais incorporam diversos pressupostos nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e melhor uso do imóvel, e considera ainda as intenções do órgão de gestão do Banco sobre a comercialização destes ativos.</p> <p>Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Tendo em consideração a relevância destes ativos nas demonstrações financeiras individuais do Banco e a componente julgamental incorporada na sua valorização, esta área foi definida como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pelo Banco no processo de valorização de imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda.</li> <li>• Análise da razoabilidade da valorização registada nas contas individuais para uma amostra selecionada de imóveis, com base nas avaliações efetuadas pelos avaliadores externos que incluem a metodologia e principais pressupostos utilizados, e da aplicação dos critérios definidos pelo Banco. Adicionalmente, verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.</li> </ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p><i>Fundo de Resolução (Nota 25)</i></p> <p>Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Fundo de Resolução passou a deter a totalidade do capital social do Novo Banco, S.A. e da Oitante, S.A.. Neste âmbito contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário (em que o Banco não participa) e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes.</p> <p>Para reembolsar estes empréstimos e para fazer face a outras responsabilidades que possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p>O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2016 o empréstimo de 3.900 milhões de euros concedido pelo Estado ao Fundo de Resolução e o empréstimo de 700 milhões de euros do sindicato bancário, já após um primeiro aditamento aos contratos iniciais, tinham vencimento em 31 de dezembro de 2017, embora fosse público desde setembro de 2016 que todos os contratos estavam a ser renegociados, incluindo a extensão da sua maturidade.</p> <p>Conforme comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, as condições dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif foram de facto renegociadas no primeiro trimestre de 2017, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir ao Fundo de Resolução capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Gabinete do Ministro das Finanças de 28 de setembro de 2016 e da comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos ao Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro.</li> <li>• Leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução que se refere ao exercício de 2015.</li> <li>• Revisão do enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução.</li> <li>• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a esta matéria.</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 25)</i>	
As demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016 refletem a expectativa do Banco de que não lhe serão exigidas contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif. Tendo em consideração o potencial impacto das responsabilidades do Fundo de Resolução no Banco e os julgamentos do órgão de gestão nesta matéria conforme acima descritos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.	

## Outras matérias

As demonstrações financeiras individuais anexas referem-se à atividade do Banco a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 2.8 do anexo, as participações financeiras em filiais são registadas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. As demonstrações financeiras individuais anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado. Na Nota 14 do anexo é dada informação adicional sobre as entidades filiais.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

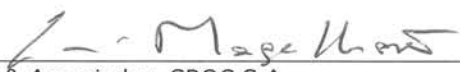
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- A Deloitte & Associados, SROC, S.A. audita o Banco Invest, S.A. desde 2002. A nomeação mais recente ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 16 de maio de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 16 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães, ROC



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Acionistas do  
Banco Invest, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Banco, os atos de gestão do Conselho de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciámos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciámos as demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de dezembro de 2016, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados, dos resultados e do outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade do Banco no exercício de 2016.

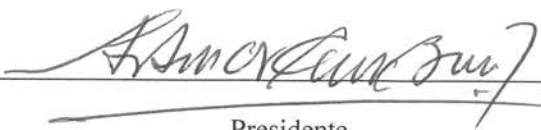
Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ao longo do ano e apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, com data de 16 de maio de 2017, a qual inclui um ênfase e que mereceu o nosso acordo.


Face ao exposto, somos de opinião que após considerado o assunto descrito na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.


Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de maio de 2017

O Conselho Fiscal

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Vogal

  
\_\_\_\_\_  
Vogal

**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º, 1070-101 Lisboa

Tel.: +351 213 821 700 Fax: +351 213 864 984 [welcome@bancoinvest.pt](mailto:welcome@bancoinvest.pt)

**Porto**

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península, Salas 502 a 504 - 5º, 4150-146 Porto

Tel.: +351 226 076 390 Fax: +351 226 095 297

[www.bancoinvest.pt](http://www.bancoinvest.pt)